

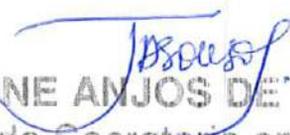


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMARCA DE ALMEIRIM
VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO

TERMO DE ABERTURA DO VI VOLUME

Nesta data, procedo à abertura do **VI Volume** do processo do processo nº **0002487-69.2019.8.14.9100** – **Classe: Recuperação Judicial**, iniciando às fls. 1.001. Do que, para constar, lavro o presente termo.

Distrito de Monte Dourado, 03 de julho de 2019.


JOSANE ANJOS DE SOUSA
Diretora de Secretária em Exercício
Portaria nº 012/2019- G.J.

GRUPO JARI S/A, CNPJ: 17.919.786/0001-48

Art. 51, VIII

CERTIDÕES DOS CARTÓRIOS DE PROTESTOS
DAS COMARCAS SEDE E FILIAIS



1º Tabelião de Notas e Protesto de Letras e Títulos de Barueri

Comarca de Barueri - Estado de São Paulo
Ubiratan Pereira Guimarães - Tabelião
ALAMEDA GRAJAÚ, 279 - ALPHAVILLE - BARUERI



VARA DISTRITAL DE
SANTA DOURADO
n.º 10034

Nº. PEDIDO:
208516/08/12

Certidão Negativa de Protesto

O TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE

BARUERI - SP, no uso de suas atribuições legais, **CERTIFICA** que pesquisados os índices de protesto deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** no período de **5 ANOS** anteriores a **06**

de maio de 2019, em nome de:

GRUPO JARI S/A
CNPJ 17919786000148

.....

Pesquisado por: ALEX DE LIMA PAULA

O referido é verdade e dou fé.
Barueri, 08 de maio de 2019.



Pedido formulado por: FLAVIA SALGADO ESKINAZI - CPF 26492518837

Milena Aricó Lopes
Escritoramente Autorizada

1120945IA100009408051919N

Informações Importantes:

- Certidão válida somente no original.
- Os emolumentos foram recolhidos por guia.
- Certidão expedida no ato do pedido, sem ônus adicional para o requerente.
- Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo.
- Solicite certidão de protesto pela Internet no site : www.tabeliaodebarueri.com.br

Verifique o código de veracidade: **95000020851600128191** no site: www.tabeliaodebarueri.com.br

Emolumentos	Ao Estado	Sefaz	Sinoreg	Trib. Just.	Sta.Casa	Ministério Público	ISS	Total
***** 7,94	***** 2,26	***** 1,54	***** 0,42	***** 0,55	***** 0,08	***** 0,38	***** 0,15	***** 13,32

Qualquer rasura, apagamento ou carimbo, especialmente no que se refere ao endereço de site na Internet, INVALIDARÁ esta certidão.



1º Tabelião de Notas e Protesto
de Letras e Títulos de Barueri

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1004

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO



VARA DISTRICTAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1005-4

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN sobre o contribuinte 17.919.786/0001-48 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.
Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

[Nova Consulta](#)

GRUPO JARI S/A, CNPJ: 17.919.786/0001-48

Art. 51, IX

RELAÇÃO DAS AÇÕES JUDICIAIS EM QUE
FIGURA COMO PARTE

Processo	Vara/Comarca	Natureza da Ação	Escritório	Autor	Réu
0001604-76-2017-4-03-6144	2ª Vara Federal de Barueri	Execução Fiscal	Jurídico Interno	União	Grupo Jari S/A

Processo	Vara/Comarca	Natureza da Ação	Escritório	Autor	Réu
1007631-75.2017.8.26.0068	6ª Vara Cível Barueri/SP	Ação de Cobrança	Acácio Junior	R NEIM JUNIOR CONSULTORIA COMERCIAL - INTERCOMM	Grupo Jari S/a

Processo	Vara/Comarca	Natureza da Ação	Escritório	Autor
0001604-76.2017.4.03.6144	2ª Vara Federal de Barueri	Execução Fiscal	Jurídico Interno	União

Réu
Grupo Jari S/A

GRUPO JARI S/A, CNPJ: 17.919.786/0001-48

Art. 51, V

ATOS CONSTITUTIVOS ATUALIZADOS



Grupo Jari



VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha n.º 10134

GRUPO JARI S/A.

**ATA DA ASSEMBLÉIA DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2013.**

REALIZAÇÃO E LOCAL: Aos 25 (Vinte e Cinco) dias do mês de Março do ano de dois mil e treze, às 08:00 horas, na Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, Sala 2502, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP: 06454-040.

PRESENCAS: Subscritores da totalidade do capital social da nova empresa: **GRUPO JARI S/A.** (a) Saga Investimento e Participações do Brasil S.A., por Sergio Antonio Garcia Amoroso; (b) Sergio Antonio Garcia Amoroso; conforme assinaturas apostas no livro de Presença de Acionistas e no Boletim de Subscrição;

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: Sergio Antonio Garcia Amoroso; Secretário: Jorge Francisco Henriques.

ORDEM DO DIA:

- (a) Constituição de Sociedade Anônima;
- (b) Aprovação de seu Estatuto Social;
- (c) Outros assuntos de interesse da sociedade.

DELIBERAÇÕES: a) O presidente deu por instalada a Assembléia, leu a Ordem do Dia, o que foi aprovado por unanimidade pelos presentes, aprovando integralmente o que segue:



Grupo Jari

JUCESP
12 04 13

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1014/A

- (i) O Sr. Presidente declarou que tinha em mãos o projeto do Estatuto Social da nova companhia, o que oportunamente foi devidamente rubricado pelos subscritores, bem como o boletim de subscrição de suas ações;
- (ii) O Sr. Presidente, providenciará o depósito inicial no valor de R\$ 100,00 (Cem reais), correspondente aos 10% (dez por cento) do valor do capital da companhia, conforme disposição legal (art. 80, inciso II da Lei 6.404/76), em data que precederá o envio do presente aos órgãos públicos de registro, sendo que o montante de R\$ 900,00 (Novecentos reais), correspondente ao remanescente dos 90% (noventa por cento) restantes do capital, será totalmente integralizado em moeda nacional corrente, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data do registro do presente ato na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP;
- (iii) Em seguida, determinou a leitura do Projeto do Estatuto Social da companhia, o que fez na qualidade de Secretário. Finda a leitura, o Sr. Presidente submeteu à todos, para sua discussão e aprovação, o que passei a fazer, nos seguintes termos:

"GRUPO JARI S.A."

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - Da Denominação, Sede, Objeto e Prazo

Artigo 1º - A companhia gira sob a denominação de **GRUPO JARI S.A.**, é uma sociedade anônima por ações, de capital fechado, que se regerá pelo presente Estatuto, e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A sociedade tem sede na Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, Sala 2502, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP: 06454-040.



Grupo Jari

JUCESP
12 04 13

VARA DISTRITAL DE
MONTE COURADO
Folha n.º 10154

Parágrafo primeiro – Por deliberação dos acionistas, a companhia poderá constituir e encerrar filiais e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º - A sociedade tem como objeto social a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista.

Artigo 4º - A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II – Do capital social e das ações

Artigo 5º - O capital social da companhia é de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), dividido em 1.000 (Hum Mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Único – A sociedade poderá emitir outras espécies de ações que, poderão ser subdivididas em classes distintas, porém assegurado o direito de voto nas deliberações sociais somente às ações ordinárias.

Artigo 6º - Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto, nas deliberações das assembléias gerais.

CAPÍTULO III – Da administração

Artigo 7º - A administração da sociedade compete à Diretoria. A subscrição e o término da gestão dos Diretores se regulam pelo disposto na Lei e neste Estatuto.

Parágrafo 1º - A investidura dar-se-á mediante assinatura do termo de posse no livro de ata da Diretoria.

Parágrafo 2º - Vagando por qualquer motivo algum cargo de Diretoria, o Diretor Presidente convocará os acionistas, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, para comparecerem à assembléia especialmente convocada para eleger o novo Diretor. Se a



Grupo Jari

JUCESP
12 04 13

VARA DISTRITAL DE
"MONTE DOURADO"
Folha: n.º 1016-A

vacância for do Diretor Presidente, o Diretor Vice-Presidente deverá convocar a Assembléia aqui prevista, no mesmo prazo. Nas ausências e impedimentos temporários de qualquer dos Diretores, suas funções serão acumuladas por outro Diretor designado em reunião da Diretoria, salvo se o impedimento for do Diretor Presidente, quando então suas funções serão exercidas pelo Diretor Vice-Presidente. Se a ausência ou impedimento temporário for de ambos, o Diretor Presidente deverá indicar o Substituto.

Artigo 8º - A Diretoria compor-se-á no mínimo de 2 (Dois), e no máximo de 10 (Dez) Diretores, sendo 01 (Hum) Diretor Presidente, 01 (Hum) Diretor Vice-Presidente, e os demais Diretores sem designação especial, acionista ou não, eleitos pela Assembléia Geral, pelo prazo de até 02 (dois) anos, permitida a reeleição, devendo ser a remuneração fixada pela Assembléia Geral. Após o decurso de seu mandato, os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse da nova Diretoria.

Parágrafo único – A idade mínima para o exercício do cargo de Diretoria é de 21 (vinte e um) anos, e o Diretor designado deverá ter comprovada experiência de administração empresarial. Acionistas representando a maioria do capital votante poderão expressamente dispensar estes requisitos.

Artigo 9º - Compete à Diretoria:

- a) Coordenar e gerir os negócios sociais;
- b) Observar e fazer cumprir o disposto na Lei e neste Estatuto;
- c) Organizar e apresentar, anualmente, à Assembléia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras e o Relatório da Administração, a serem acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal, quando Instalado;
- d) Autorizar a abertura e fechamento de contas bancárias;
- e) Nomear procurador em nome da sociedade;
- f) Declarar dividendos intermediários;
- g) Alienar, onerar ou arrendar bens imóveis da sociedade, nos moldes do disposto no presente Estatuto.



Grupo Jari

DUCE SP
12 04 13

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 10174

Parágrafo único – Além das atribuições necessárias à realização dos fins sociais, a Diretoria fica investida de poderes para representar a sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, celebrar contratos, alienar e onerar bens de qualquer natureza, nos moldes do disposto neste capítulo.

Artigo 10º - Na primeira reunião da Diretoria, que se realizará após sua eleição, o Diretor Presidente distribuirá entre os Diretores as atribuições cometidas a Diretoria, competindo ainda, ao Diretor-Presidente:

- a) A representação ativa e passiva da sociedade, em juízo e fora dele;
- b) Orientar e coordenar as relações da sociedade com as autoridades federais, estaduais e municipais; e
- c) Coordenar com os demais diretores, distribuindo um plano de ação e consubstanciado nas políticas executivas e recursos disponíveis.

Artigo 11º - A sociedade considerar-se-á obrigada quando representada:

- a) Pela assinatura isolada do Diretor Presidente, para a prática de todos e quaisquer atos;
- b) Pela assinatura do Diretor Vice Presidente, nos casos dispostos no presente Estatuto Social;
- c) Pela assinatura em conjunto de 2 (Dois) Diretores, para a prática de quaisquer atos, observado o que dispõe o presente Estatuto Social;
- d) Pela assinatura em conjunto de um Diretor e um procurador, ou dois procuradores, de acordo com a extensão dos poderes que lhe forem conferidos no respectivo instrumento de mandato;
- e) Pela assinatura isolada de um diretor sem designação especial ou de um procurador, legalmente constituído pela sociedade, de acordo com a extensão dos poderes que lhe forem conferidos no respectivo instrumento de mandato.



Grupo Jari

JUCESP
12 04 13

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folhas n.º 10184

Parágrafo 1º – A representação da sociedade, isoladamente, por um diretor sem designação especial e/ou procurador está limitada aos seguintes atos:

- a) De representação perante repartições públicas federais, estaduais e municipais em geral, Ministérios, Autarquias, Sociedades de Economia Mista, Agências, Cartórios em geral, Alfândegas, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Civil e Federal, Exército do Brasil, entidades de classes, órgãos estaduais de trânsito, perante instituições públicas, privadas, pessoas físicas e jurídicas e afins;
- b) De representação perante o Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Justiça do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho e sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão, rescisão ou demissão de funcionários e/ou acordos trabalhistas, e afins.

Parágrafo 2º – Nos atos de aquisição, alienação e oneração dos bens do ativo permanente e/ou direitos de qualquer natureza se fará representada na forma das alíneas "a", "b", "c" e "d" deste Artigo, exceto na alienação e oneração dos bens imóveis da companhia que deverão necessariamente ser representados na forma das alíneas "a", "b" e "c".

Parágrafo 3º - A diretoria sempre que julgar ser de interesse da sociedade poderá conceder aval e prestar garantias, em operações realizadas pelas suas controladoras, controladas, ligadas; diretas e indiretas, que façam parte do mesmo Grupo Econômico, e ainda, para terceiros, desde que nesta hipótese ocorra com a aprovação conforme disposto nas alíneas "a", "b" e "c" deste artigo.

Artigo 12º – Todas as procurações outorgadas pela sociedade devem ser sempre assinadas isoladamente pelo Diretor Presidente, ou em conjunto de 2 (Dois) Diretores. As procurações terão o prazo de validade máximo de 1 (Hum) ano, com exceção daquelas para fins judiciais.

6 - 15



JUCESP
12 04 13

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 10194

CAPÍTULO IV – Da Assembléia Geral

Artigo 13º - A assembléia geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, dentro dos quatro meses que se seguirem do término do exercício social, para deliberar sobre a matéria que lhe é cometida por Lei e, extraordinariamente, quando convocada pela Diretoria, e nos casos estabelecidos em Lei.

Artigo 14º - A assembléia será presidida pelo Diretor Presidente, que convidará um dos presentes para servir de Secretário. Não estando presente o Diretor Presidente, a Assembléia será dirigida por um dos Diretores. Não estando nem o Diretor Presidente nem qualquer dos Diretores, os acionistas indicarão quem presidirá. A prova da qualidade de acionistas e sua representação na Assembléia regem-se pelo disposto na Lei.

Artigo 15º - As deliberações serão tomadas por maioria de votos presentes, observadas as restrições estabelecidas pela Lei e pelo disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único – É exigido quorum qualificado da maioria das ações com direito a voto para a aprovação das seguintes matérias:

- a) Aumento de capital, exceto aqueles realizados com reservas de lucros, reservas de capital, adiantamentos para futuro aumento de capital, e aqueles efetuados por obrigação legal;
- b) Incorporação da sociedade por outra;
- c) Incorporação de outra sociedade pela companhia;
- d) A cisão total ou parcial da sociedade;
- e) A fusão da sociedade;
- f) A criação de debêntures conversíveis ou não em ações;
- g) A alienação ou oneração de participações societárias, exceto quando realizadas entre sociedades controladas, controladoras, coligadas ou ligadas;



Grupo Jari

JUCESP
12 04 13

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha n.º 1020M

h) A criação ou extinção das classes em que se divide o capital social.

CAPÍTULO V – Conselho Fiscal

Artigo 16º - O conselho fiscal compõe-se de no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros e igual número de suplentes, todos eleitos pela assembléia geral à qual seja aprovado o pedido de sua instalação, por acionistas detentores de quantidade de ações fixadas na Lei. A assembléia geral indicará a respectiva qualificação, atribuições e prazo de duração do mandato dos membros do conselho fiscal, bem como fixará a remuneração. O conselho fiscal não será permanente e somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado.

CAPÍTULO VI – Exercício social e Distribuições de lucros

Artigo 17º - O exercício social começa em 1º de janeiro de cada ano e terminará em 31 de dezembro do mesmo ano, elaborando-se, no final dele, as demonstrações financeiras correspondentes.

Parágrafo 1º - A Diretoria poderá proceder ao levantamento de balanços relativos a períodos menores, com o fim de distribuir dividendos intermediários.

Parágrafo 2º - A Diretoria pode declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados e de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 3º – Acionistas representando a maioria das ações com direito a voto poderão determinar capitalização total do lucro líquido, após deduzida a parcela necessária à constituição da reserva legal.

Artigo 18º - O lucro líquido será o resultado do exercício após a dedução de:

a) Prejuízos acumulados;



Grupo Jari

DUCEAP
12 04 13

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1021A

b) Provisão para o imposto de renda;

Parágrafo 1º - O lucro líquido apurado na forma deste artigo terá a destinação que lhe der a assembléia geral ordinária depois de dele deduzidos:

- a) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até o limite fixado pela Lei; e
- b) A importância suficiente para que seja distribuído em dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do mesmo lucro líquido.

Parágrafo 2º - A assembléia geral deliberará sobre a destinação do lucro restante, se houver, distribuindo-o, no todo ou em parte, ou determinando a sua transferência para os exercícios seguintes.

CAPÍTULO VII – Da Liquidação

Artigo 19º - A companhia entrará em liquidação nos casos legais ou por deliberação de acionistas que tiver a maioria das ações com direito a voto, reunidos em assembléia geral especialmente convocada para esse fim, a qual estabelecerá o modo e o prazo de liquidação, competindo-lhe nomear o liquidante e os membros do conselho fiscal que, conforme solicitação de acionistas que atinjam o mínimo legal, funcionarão durante o período de liquidação.

CAPÍTULO VIII – Das Disposições Finais e Transitórias

Artigo 20º - Fica eleito o Foro da Comarca de Barueri, Estado de São Paulo para qualquer ação fundada neste Estatuto, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que possa vir a ser.

Artigo 21º - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 6.404/76 e suas atualizações posteriores.



Grupo Jari

JUCESP
12 04 13

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha n.º 10224

Terminada a leitura, o Sr. Presidente submeteu à apreciação dos presentes o Estatuto Social, tendo ele sido aprovado por unanimidade e sem discussão. Declarou então, o Sr. Presidente, aprovado o Estatuto Social da companhia **GRUPO JARI S.A.**

O Sr. Presidente sugeriu que não se instalasse, por enquanto, o Conselho Fiscal, o que foi aprovado por unanimidade, pelos presentes.

Em virtude da forma societária da companhia, a assembléia representando a totalidade do capital social, decide por nomear, neste ato, os Diretores abaixo indicados, cujo mandato dar-se-á pelo prazo de 2 (dois) anos, mandato esse que encerrar-se-á na Assembléia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social que findar-se-á em 31.12.2015, tendo sido eleitos:

Diretor Presidente:

SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 7.731.467-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 761.086.608-30;

Diretor Vice-Presidente:

JORGE FRANCISCO HENRIQUES, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.024.358-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 819.806.808-25;

Diretores sem Designação Especial:

JOÃO ANTONIO PEREIRA PRESTES, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 18.782.053 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 099.350.228-89;

DINO ANGELO RANZANI, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 20.062.865-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 141.302.158-17;

Todos com endereço comercial na Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP: 06454-040.



Grupo Jari

DUCE SP
12 04 13

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1023A

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: Nos termos do parágrafo 4º do artigo 147 da Lei 6.404/76 e parágrafo 1º do artigo 1.011 do Código Civil, os diretores, ora eleitos, declaram, sob as penas da lei, não estarem condenados por nenhum crime, cuja pena vede o acesso à atividade mercantil e/ou a administração da sociedade.

ENCERRAMENTO, APROVAÇÃO E ASSINATURAS: A seguir o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso para tratar de outros assuntos de interesse social. Como ninguém se manifestou, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes.

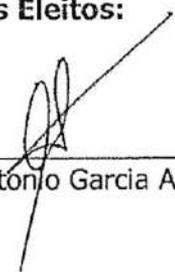
Barueri/SP, 25 de Março de 2013. **Presidente** – Sergio Antonio Garcia Amoroso. **Secretário** – Jorge Francisco Henriques – **Acionistas:** Saga Investimento e Participações do Brasil S.A, por Sergio Antonio Garcia Amoroso; e Sergio Antonio Garcia Amoroso.

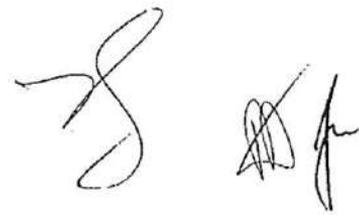
A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.


SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO
Presidente


JORGE FRANCISCO HENRIQUES
Secretário

Diretores Eleitos:

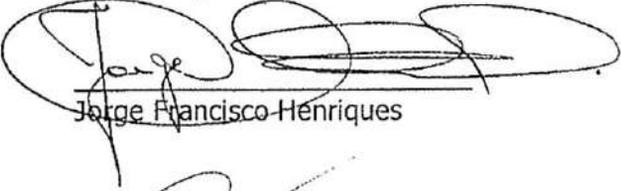

Sergio Antonio Garcia Amoroso



JUCESP
12 04 13

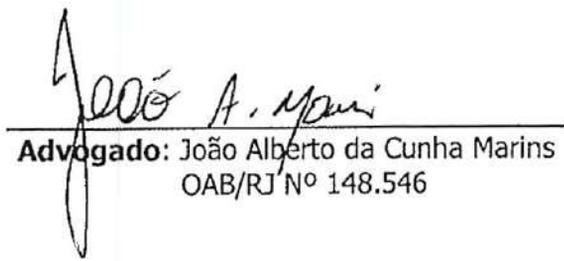


Grupo Jari


Jorge Francisco Henriques


João Antonio Pereira Prestes


Dino Angelo Ranzani


Advogado: João Alberto da Cunha Marins
OAB/RJ Nº 148.546

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
NIRE S/A

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO
3530045202-0

GISELA SIMONE CESCHIN
SECRETARIA GERAL

JUCESP

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
12 ABR. 2013







DUCESP
10 04 13

MUNICÍPIO DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 10254

**GRUPO JARI S/A.
Companhia Fechada
Em Constituição**

LISTA DE PRESENÇA DOS ACIONISTAS

ACIONISTAS	Nº de Ações	%
Saga Investimento e Participações do Brasil S.A.	99	99,99%
Sergio Antonio Garcia Amoroso	1	0,01%
Total Geral	1.000	100%

Este documento integra a Ata da Assembléia de Constituição da companhia **GRUPO JARI S/A.**, realizada em 25 de Março de 2013.

Barueri/ SP, 25 de Março de 2013.



Saga Investimento e Participações do Brasil S.A.

Sergio Antonio Garcia Amoroso



Sergio Antonio Garcia Amoroso



Grupo Jari

JUCESP
12 04 13

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha n.º 10264

GRUPO JARI S/A.

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

SAGA INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.053.186/0001-72, com sede social na Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, Sala 2502, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seus atos sociais, por seu Diretor Presidente Sr. **SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 7.731.467-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 761.086.608-30, declara subscrever neste ato 1 (Uma) ação ordinária nominativa, da empresa **GRUPO JARI S/A.**, localizada na Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, Sala 2502, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, como segue:

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>TOTAL DAS AÇÕES</u>	<u>ACÇÕES INTEGRALIZADAS</u>	<u>ACÇÕES À INTEGRALIZAR</u>
Ações ordinárias	<u>999</u>	<u>99</u>	<u>900</u>
Nominativas, sem Valor nominal	<u>999</u>	<u>99</u>	<u>900</u>

Este documento integra a Ata da Assembléia de Constituição da companhia **GRUPO JARI S/A.**, realizada em 25 de Março de 2013.

Barueri/ SP, 25 de Março de 2013.



SAGA INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A.
Sergio Antonio Garcia Amoroso



Grupo Jari

JUCESP
12 04 13

VARA DISTRITAL DE
MONTE LOURADO
Folha n.º 10274

GRUPO JARI S/A.

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 7.731.467-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 761.086.608-30, declara subscrever neste ato 1 (Uma) ação ordinária nominativa, da empresa **GRUPO JARI S/A.**, localizada na Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, Sala 2502, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, como segue:

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>TOTAL DAS AÇÕES</u>	<u>ACÇÕES INTEGRALIZADAS</u>	<u>ACÇÕES À INTEGRALIZAR</u>
Ações ordinárias Nominativas, sem Valor nominal	<u>1</u> 1	<u>1</u> 1	<u>0</u> 0

Este documento integra a Ata da Assembléia de Constituição da companhia **GRUPO JARI S/A.**, realizada em 25 de Março de 2013.

Barueri/ SP, 25 de Março de 2013.



SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO

JUCESP
14 07 14



JUCESP PROTOCOLO
0.612.971/14-4



Grupo Jari

GRUPO JARI S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 17.919.786/0001-48
NIRE 35.300.452.020

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2014.**

1) DATA, HORA E LOCAL: Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e quatorze, às 21:00 horas, na sede social da Grupo Jari S.A. ("Companhia"), na Alameda Mamoré, 989, 25º andar, sala 2502, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo.

2) CONVOCAÇÃO: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei 6.404/76, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social.

3) PRESENÇA: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas no livro de presença de acionistas.

4) COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente – Sergio Antonio Garcia Amoroso
Secretário – Vinicius Montagnana Garcia

5) ORDEM DO DIA:

- (a) Laudo de avaliação do Patrimonial;
- (b) Aumento do capital social da companhia;
- (c) Outros assuntos de interesse da sociedade.

06) DELIBERAÇÕES: O presidente deu por instalada a Assembleia, leu a Ordem do Dia, o que foi aprovado por unanimidade pelos presentes, aprovando integralmente o que segue:

a) Aprovação Empresa Especializada **Intercontinental Ltda.**, sociedade simples de direito privado, com endereço a Rua Nilo Peçanha, 79, 1º andar, Bairro Santa Paula, Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ/MF nº 58.411.893/0001-48, devidamente registrada no Conselho



Grupo Jari

JUCESP
14 07 14

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1029 M

Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRC-SP nº 2SP014629/O-4, representada por seu Sócio João Eduardo Peres, brasileiro, casado, Bacharel em Ciências Contábeis, residente e domiciliado à Rua Nilo Peçanha, 79, Apto 11 – Bairro Santa Paula, Município de São Caetano do Sul, S.P., portador da cédula de identidade Rg. nº 14.423.427 SSP-SP e do CPF/MF sob o nº 042.551.018-25 e do registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº CRC/1SP138.421/O-6, que procedeu à avaliação dos ativos necessários a subscrição e integralização do aumento de capital que serão vertidos à **COMPANHIA**, nesta Assembleia, com data base de 31 de maio de 2014, obedecendo aos critérios de avaliação contábil existente na contabilidade do subscritor.

b) Suspenderam a Assembleia dos Acionistas para leitura do **Laudo de Avaliação** entregue à mesa, bem como a presença contínua do Sr. João Eduardo Peres, representando a empresa responsável pela elaboração do Laudo, para prestar quaisquer esclarecimentos. As partes, por unanimidade, aprovaram o **Laudo de Avaliação Patrimonial** e os elementos ativos que constituirão a subscrição e integralização de capital social da companhia.

Pela presente Assembleia serão incorporados os seguintes ativos à companhia:

<u>ATIVO</u>	<u>R\$</u>
Não Circulante	
Investimentos	
Avanthy Investimentos S.A.	7.128.825,95
Total do Ativo	7.128.825,95
<u>PASSIVO</u>	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital Social	7.128.825,95
Total do Patrimônio Líquido	7.128.825,95
Total do Passivo	7.128.825,95



Grupo Jari

DUCE SP
14 07 14

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha n.º 1030M

Estes elementos encontram-se de acordo com o **Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil**, datado de 23 de Junho de 2014. Para levar a efeito a subscrição e integralização, será procedido um aumento de capital social pelos valores apurados no **Laudo de Avaliação Patrimonial**. O aumento no patrimônio líquido, mediante a subscrição e integralização dos ativos constantes do Laudo de Avaliação representando o montante líquido na conta do Capital Social no valor de R\$ 7.128.825,95 (Sete milhões, cento e vinte e oito mil, oitocentos e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos).

c) Aumentar o capital social da Companhia de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) para R\$ 7.129.825,95 (Sete milhões, cento e vinte e nove mil, oitocentos e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos), um aumento, portanto, de R\$ 7.128.825,95 (Sete milhões, cento e vinte e oito mil, oitocentos e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos), mediante a emissão de 7.128.825 (Sete milhões, cento e vinte e oito mil, oitocentos e vinte e cinco) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (Hum real) por ação, fixado com base no artigo 170, parágrafo 1º, I, e artigo 98, parágrafo 2º e 3º, da Lei das Sociedades por Ações. As ações ora emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas pela Linea Florestal S.A., com os ativos descritos e caracterizados no Laudo de Avaliação, nos termos do Boletim de Subscrição parte integrante da presente ata e com a expressa anuência dos demais acionistas, que renunciam neste ato ao direito de preferência que lhe assiste, e em consequência desta deliberação, o artigo 5º do Estatuto Social da companhia, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 5º"

O capital social da companhia é de R\$ 7.129.825,95 (Sete milhões, cento e vinte e nove mil, oitocentos e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos), dividido em 7.129.825 (Sete milhões, cento e vinte e nove mil, oitocentos e vinte e cinco) de ações, todas ordinárias nominativas, sem valor nominal.

7) DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS: Fazem parte da presente Assembleia e com a mesma são arquivados nos órgãos competentes, os seguintes documentos:

- Laudo de Avaliação;
- Lista de presença dos acionistas;
- Boletim de subscrição.

8) ENCERRAMENTO, APROVAÇÃO E ASSINATURAS: A seguir o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso para tratar de outros assuntos de interesse social. Como ninguém se manifestou, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos

JUCESP
14 07 14

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1031A



Grupo Jari

pelo tempo necessário a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes.

Barueri/SP, 26 de Junho 2014. Presidente: Sergio Antonio Garcia Amoroso. Secretário: Vinicius Montagnana Garcia – Acionistas: Grupo Saga S.A., por Sergio Antonio Garcia Amoroso, e Linea Florestal S.A., por Antonio Rodrigues Vasconcellos.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro de registro de Atas das Assembleias Gerais



SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO
Presidente



VINICIUS MONTAGNANA GARCIA
Secretário



JUCESP



Grupo Jari

JUCESP
14 07 14

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1032A

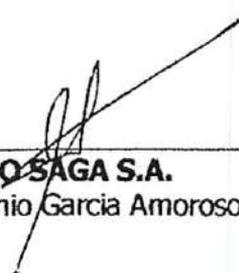
GRUPO JARI S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 17.919.786/0001-48
NIRE 35.300.452.020

LISTA DE PRESENÇA DOS ACIONISTAS

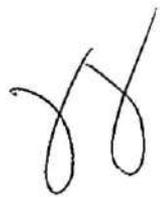
NOME DO ACIONISTA	Nº DE AÇÕES ORDINÁRIAS	%
Grupo Saga S.A.	1.000	100,00%
TOTAL	1.000	100,00%

Este documento integra a Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de Junho de 2014.

Barueri/SP, 26 de Junho de 2014.



GRUPO SAGA S.A.
Sergio Antonio Garcia Amoroso





Grupo Jari

DUCE SP
14 07 14

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 10334

GRUPO JARI S.A.
CNPJ/MF nº 17.919.786/0001-48
NIRE 35.300.452.020
Companhia Fechada

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

LINEA FLORESTAL S.A., pessoa jurídica de direito privado, com sede social na Rua Vítório Girardi, nº 77, Município de Sengés, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.339.898/0001-88, representada na forma de seus atos sociais, por seu Diretor Presidente, Sr. **Antonio Rodrigues Vasconcellos**, brasileiro, divorciado, engenheiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 6.921.143-7 SSP/SP e CPF/MF nº 667.156.608-91, residente e domiciliado na Rua Tanabi, nº 75, Bairro da Água Branca, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, declara subscrever neste 7.128.825 (Sete milhões, cento e vinte e oito mil, oitocentos e vinte e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, da empresa **GRUPO JARI S.A.**, localizada na Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, sala 2502, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06454-040, como segue:

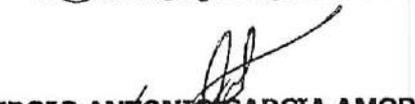
DESCRIÇÃO	TOTAL DAS AÇÕES	AÇÕES INTEGRALIZADAS	AÇÕES À INTEGRALIZAR
Ações ordinárias Nominativas, sem Valor nominal	<u>7.128.825</u>	<u>7.128.825</u>	<u>0</u>
	<u>7.128.825</u>	<u>7.128.825</u>	<u>0</u>

Este documento integra a Ata da Assembleia Geral Extraordinária da empresa **GRUPO JARI S.A.**, realizada em 26 de Junho de 2014.

Barueri/ SP, 26 de Junho de 2014.



LINEA FLORESTAL S.A.
Antonio Rodrigues Vasconcellos


SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO
Presidente


VINICIUS MONTAGNANA GARCIA
Secretário



Grupo Jari

JUCESP
14 07 14

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha nº 1034A

GRUPO JARI S.A.
CNPJ/MF nº 17.919.786/0001-48
NIRE 35.300.452.020
Companhia Fechada

**POSIÇÃO ACIONÁRIA APÓS DELIBERAÇÃO DESTA ASSEMBLEIA E
BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES**

Nome do Acionista	Nº de Ações	%
GRUPO SAGA S.A.	1.000	0,0140%
LINEA FLORESTAL S.A.	7.128.825	99,9860%
TOTAL	7.129.825	100,00%

Este documento integra a Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de Junho de 2014.

Barueri/SP, 26 de Junho de 2014.

GRUPO SAGA S.A.
Sergio Antonio Garcia Amoroso

LINEA FLORESTAL S.A.
Antonio Rodrigues Vasconcellos



Grupo Jari

JUCESP
23 07 14



VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
JUCESP PROTOCOLO 10354
0.650.107/14-7



GRUPO JARI S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 17.919.786/0001-48
NIRE 35.300.452.020

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2014.**

1) DATA, HORA E LOCAL: Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e quatorze, às 11:00 horas, na sede social da Grupo Jari S.A. ("Companhia"), na Alameda Mamoré, 989, 25º andar, sala 2502, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo.

2) CONVOCAÇÃO: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei 6.404/76, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social.

3) PRESENÇA: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas no livro de presença de acionistas.

4) COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente – Sergio Antonio Garcia Amoroso
Secretário – Vinicius Montagnana Garcia

5) ORDEM DO DIA:

- (a) Aumento do capital social da companhia;
- (b) Outros assuntos de interesse da sociedade.

06) DELIBERAÇÕES: O presidente deu por instalada a Assembleia, leu a Ordem do Dia, o que foi aprovado por unanimidade pelos presentes, aprovando integralmente o que segue:

a) Aumentar o capital social da Companhia de R\$ 7.129.825,95 (Sete milhões, cento e vinte e nove mil, oitocentos e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos) para R\$ 50.740.872,15 (Cinquenta milhões, setecentos e quarenta mil, oitocentos e setenta e dois reais e quinze centavos), um aumento, portanto, de R\$ 43.611.046,20 (Quarenta e três milhões, seiscentos e onze mil, quarenta e seis reais e vinte centavos), mediante a emissão de 15.464.910 (Quinze milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e dez) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 2,82 (Dois reais e oitenta e dois centavos) por ação, fixado com base no artigo 170, parágrafo 1º, I, e artigo 98, parágrafo 2º e 3º, da Lei das Sociedades por Ações. As ações ora emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas pela Grupo Saga S.A., com créditos financeiros que possui perante a companhia, nos termos do

JUCESP
23 07 14

VARA DISTRITAL DE
MONTE COURADO
Folha n.º 10564



Grupo Jari

Boletim de Subscrição parte integrante da presente ata e com a expressa anuência dos demais acionistas, que renunciam neste ato ao direito de preferência que lhe assiste, e em consequência desta deliberação, o artigo 5º do Estatuto Social da companhia, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 5º"

O capital social da companhia é de R\$ 50.740.872,15 (Cinquenta milhões, setecentos e quarenta mil, oitocentos e setenta e dois reais e quinze centavos), dividido em 22.594.735 (Vinte e dois milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e trinta e cinco) de ações, todas ordinárias nominativas, sem valor nominal.

7) DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS: Fazem parte da presente Assembleia e com a mesma são arquivados nos órgãos competentes, os seguintes documentos:

- Lista de presença dos acionistas;
- Boletim de subscrição.

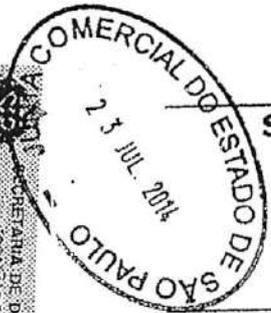
8) ENCERRAMENTO, APROVAÇÃO E ASSINATURAS: A seguir o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso para tratar de outros assuntos de interesse social. Como ninguém se manifestou, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes.

Barueri/SP, 04 de Julho 2014. Presidente: Sergio Antonio Garcia Amoroso. Secretário: Vinicius Montagnana Garcia – Acionistas: Grupo Saga S.A., por Sergio Antonio Garcia Amoroso, e Linea Florestal S.A., por Antonio Rodrigues Vasconcellos.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro de registro de Atas das Assembleias Gerais

CERTIFICADO O REGISTRO DA ATILHA RESOLUÇÃO Nº 287.447/14-5
SOB O NÚMERO SECRETARIA DE REGISTRO EM EXERCÍCIO

JUCESP



SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO
Presidente

VINICIUS MONTAGNANA GARCIA
Secretário



Grupo Jari

JUCESP
23 07 14

VARA DISTRITAL DE
MONTE LOURADO
Folha n.º 1037A

GRUPO JARI S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 17.919.786/0001-48
NIRE 35.300.452.020

LISTA DE PRESENÇA DOS ACIONISTAS

Nome do Acionista	Nº de Ações	%
GRUPO SAGA S.A.	1.000	0,0140%
LINEA FLORESTAL S.A.	7.128.825	99,9860%
TOTAL	7.129.825	100,00%

Este documento integra a Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de Julho de 2014.

Barueri/SP, 04 de Julho de 2014.

GRUPO SAGA S.A.

Sergio Antonio Garcia Amoroso

LINEA FLORESTAL S.A.

Antonio Rodrigues Vasconcelles



Grupo Jari

JUCESP
23 07 14

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha n.º 10384

GRUPO JARI S.A.
CNPJ/MF nº 17.919.786/0001-48
NIRE 35.300.452.020
Companhia Fechada

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

GRUPO SAGA S.A., pessoa jurídica de direito privado, com sede social na Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, parte, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.087.773/0001-73, representada na forma de seus atos sociais, por seu Diretor Presidente, Sr. **Sergio Antonio Garcia Amoroso**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 7.731.467-0 SSP/SP e CPF/MF nº 761.086.608-30, com endereço comercial à Alameda Mamoré, 989, 25º andar, Bairro de Alphaville, Município de Barueri, Estado de São, declara subscrever neste 15.464.910 (Quinze milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e dez) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, da empresa **GRUPO JARI S.A.**, localizada na Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, sala 2502, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06454-040, como segue:

DESCRIÇÃO	TOTAL DAS AÇÕES	AÇÕES INTEGRALIZADAS	AÇÕES À INTEGRALIZAR
Ações ordinárias Nominativas, sem Valor nominal	<u>15.464.910</u>	<u>15.464.910</u>	0
	15.464.910	15.464.910	0

Este documento integra a Ata da Assembleia Geral Extraordinária da empresa **GRUPO JARI S.A.**, realizada em 04 de Julho de 2014.

Barueri/ SP, 04 de Julho de 2014.



GRUPO SAGA S.A.
Sergio Antonio Garcia Amoroso


SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO
Presidente


VINICIUS MONTAGNANA GARCIA
Secretário

JUCESP
23 07 14

VARA DISTRICTAL DE
MONTE DOURADO
Folha n.º 10394



Grupo Jari

GRUPO JARI S.A.
CNPJ/MF nº 17.919.786/0001-48
NIRE 35.300.452.020
Companhia Fechada

**POSIÇÃO ACIONÁRIA APÓS DELIBERAÇÃO DESTA ASSEMBLEIA E
BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES**

Nome do Acionista	Nº de Ações	%
GRUPO SAGA S.A.	15.465.910	68,44918%
LINEA FLORESTAL S.A.	7.128.825	31,55082%
TOTAL	22.594.735	100,00%

Este documento integra a Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de Julho de 2014.

Barueri/SP, 04 de Julho de 2014.

GRUPO SAGA S.A.

Sergio Antonio Garcia Amoroso

LINEA FLORESTAL S.A.

Antonio Rodrigues Vasconcellos

JUCESP
01 03 14

JUCESP PROTOCOLO
0.686.733/14-9



Grupo Jari

GRUPO JARI S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 17.919.786/0001-48
NIRE 35.300.452.020

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2014.**

1) DATA, HORA E LOCAL: Aos quatorze dias do mês de julho de dois mil e quatorze, às 15:00 horas, na sede social da Grupo Jari S.A. ("Companhia"), na Alameda Mamoré, 989, 25º andar, sala 2502, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo.

2) CONVOCACÃO: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei 6.404/76, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social.

3) PRESENÇA: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas no livro de presença de acionistas.

4) COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente – Sergio Antonio Garcia Amoroso
Secretário – Vinicius Montagnana Garcia

5) ORDEM DO DIA:

- (a) Laudo de avaliação patrimonial;
- (b) Aumento do capital social da companhia;
- (c) Outros assuntos de interesse da sociedade.

06) DELIBERAÇÕES: O presidente deu por instalada a Assembleia, leu a Ordem do Dia, o que foi aprovado por unanimidade pelos presentes, aprovando integralmente o que segue:

a) Aprovação Empresa Especializada **Intercontinental Ltda.**, sociedade simples de direito privado, com endereço a Rua Nilo Peçanha, 79, 1º andar, Bairro Santa Paula, Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ/MF nº 58.411.893/0001-48, devidamente registrada no Conselho

JUCESP
01 08 14



Grupo Jari

Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRC-SP nº 2SP014629/O-4, representada por seu Sócio João Eduardo Peres, brasileiro, casado, Bacharel em Ciências Contábeis, residente e domiciliado à Rua Nilo Peçanha, 79, Apto 11 – Bairro Santa Paula, Município de São Caetano do Sul, S.P., portador da cédula de identidade Rg. nº 14.423.427 SSP-SP e do CPF/MF sob o nº 042.551.018-25 e do registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº CRC/1SP138.421/O-6, que procedeu à avaliação dos ativos necessários a subscrição e integralização do aumento de capital que serão vertidos à **COMPANHIA**, nesta Assembleia, com data base de 30 de junho de 2014, obedecendo aos critérios de avaliação contábil existente na contabilidade do subscritor.

b) Suspenderam a Assembleia dos Acionistas para leitura do **Laudo de Avaliação** entregue à mesa, bem como a presença contínua do Sr. João Eduardo Peres, representando a empresa responsável pela elaboração do Laudo, para prestar quaisquer esclarecimentos. As partes, por unanimidade, aprovaram o **Laudo de Avaliação Patrimonial** e os elementos ativos que constituirão a subscrição e integralização de capital social da companhia.

Pela presente Assembleia serão incorporados os seguintes ativos à companhia:

<u>ATIVO</u>	<u>R\$</u>
Não Circulante	
Investimentos	
Saga Inv. Part. do Brasil S.A.	52.073.216,00
	<hr/>
Total do Ativo	52.073.216,00
	<hr/>
<u>PASSIVO</u>	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital Social	52.073.216,00
	<hr/>
Total do Patrimônio Líquido	52.073.216,00
	<hr/>
Total do Passivo	52.073.216,00
	<hr/>

[Handwritten signatures and initials]

JUCESP
01 08 14



Grupo Jari

Estes elementos encontram-se de acordo com o **Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil**, datado de 11 de Julho de 2.014. Para levar a efeito a subscrição e integralização, será procedido um aumento de capital social pelos valores apurados no **Laudo de Avaliação Patrimonial**. O aumento no patrimônio líquido, mediante a subscrição e integralização dos ativos constantes do Laudo de Avaliação representando o montante líquido na conta do Capital Social no valor de R\$ 52.073.216,00 (Cinquenta e dois milhões, setenta e três mil, duzentos e dezesseis reais).

c) Aumentar o capital social da Companhia de R\$ 50.740.872,15 (Cinquenta milhões, setecentos e quarenta mil, oitocentos e setenta e dois reais e quinze centavos) para R\$ 102.814.088,15 (Cento e dois milhões, oitocentos e quatorze mil, oitenta e oito reais e quinze centavos), um aumento, portanto, de R\$ 52.073.216,00 (Cinquenta e dois milhões, setenta e três mil, duzentos e dezesseis reais), mediante a emissão de 1.169.000 (Um milhão, cento e sessenta e nove mil) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 44,545 por ação, fixado com base no artigo 170, parágrafo 1º, I, e artigo 98, parágrafo 2º e 3º, da Lei das Sociedades por Ações. As ações ora emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas pela Estoril Properties Investimentos do Brasil Ltda., com os ativos descritos e caracterizados no Laudo de Avaliação, nos termos do Boletim de Subscrição, parte integrante da presente ata, e com a expressa anuência dos demais acionistas, que renunciam neste ato ao direito de preferência que lhe assiste, e em consequência desta deliberação, o artigo 5º do Estatuto Social da companhia, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 5º"

O capital social da companhia é de R\$ 102.814.088,15 (Cento e dois milhões, oitocentos e quatorze mil, oitenta e oito reais e quinze centavos), dividido em 23.763.735 (Vinte e três milhões, setecentos e sessenta e três mil, setecentos e trinta e cinco) de ações, todas ordinárias nominativas, sem valor nominal.

7) DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS: Fazem parte da presente Assembleia e com a mesma são arquivados nos órgãos competentes, os seguintes documentos:

- Laudo de Avaliação;
- Lista de presença dos acionistas;
- Boletim de subscrição.

8) ENCERRAMENTO, APROVAÇÃO E ASSINATURAS: A seguir o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso para tratar de outros assuntos de interesse social. Como ninguém se manifestou, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos

JUCESP
01 08 14



Grupo Jari

pelo tempo necessário a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes.

Barueri/SP, 14 de Julho 2014. Presidente: Sergio Antonio Garcia Amoroso. Secretário: Vinicius Montagnana Garcia – Acionistas: Grupo Saga S.A., por Sergio Antonio Garcia Amoroso, Linea Florestal S.A., por Antonio Rodrigues Vasconcellos, Estoril Properties Investimentos do Brasil Ltda., por Roberto Ramos Fernandes.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro de registro de Atas das Assembleias Gerais



SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO
Presidente



VINICIUS MONTAGNANA GARCIA
Secretário



JUCESP

11

VIA DISTRIBUIÇÃO
MONTE LOURADO
Folham.º 1044/A

JUCESP
01 08 14



GRUPO JARI S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 17.919.786/0001-48
NIRE 35.300.452.020

LISTA DE PRESENÇA DOS ACIONISTAS

Nome do Acionista	Nº de Ações	%
GRUPO SAGA S.A.	15.465.910	68,44918%
LINEA FLORESTAL S.A.	7.128.825	31,55082%
TOTAL	22.594.735	100,00%

Este documento integra a Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de Julho de 2014.

Barueri/SP, 14 de Julho de 2014.

GRUPO SAGA S.A.
Sergio Antonio Garcia Amoroso

LINEA FLORESTAL S.A.
Antonio Rodrigues Vasconcellos

JUCESP
01 08 14



Grupo Jari

GRUPO JARI S.A.
CNPJ/MF nº 17.919.786/0001-48
NIRE 35.300.452.020
Companhia Fechada

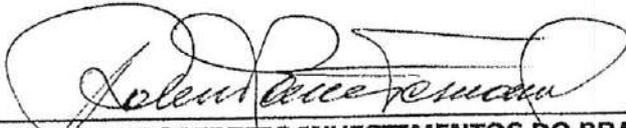
BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

ESTORIL PROPERTIES INVESTIMENTOS DO BRASIL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede social na Avenida das Nações Unidas nº 10.989, 5º andar, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.145.398/0001-01, representada na forma de seus atos sociais, por seu Administrador, Sr. **Roberto Ramos Fernandes**, brasileiro, casado, contador, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 2.764.310-4 SSP/SP e CPF/MF nº 029.385.618-49, residente e domiciliado na Avenida Paes de Barros, 2.520, Apto 101 – Bairro da Moóca, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, declara subscrever neste ato 1.169.000 (Hum milhão, cento e sessenta e nove mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, da empresa **GRUPO JARI S.A.**, localizada na Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, sala 2502, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06454-040, como segue:

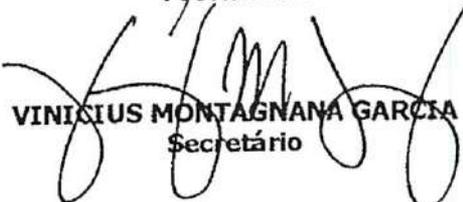
DESCRIÇÃO	TOTAL DAS AÇÕES	AÇÕES INTEGRALIZADAS	AÇÕES À INTEGRALIZAR
Ações ordinárias Nominativas, sem Valor nominal	<u>1.169.000</u>	<u>1.169.000</u>	<u>0</u>
	<u>1.169.000</u>	<u>1.169.000</u>	<u>0</u>

Este documento integra a Ata da Assembleia Geral Extraordinária da empresa **GRUPO JARI S.A.**, realizada em 14 de Julho de 2014.

Barueri/ SP, 14 de Julho de 2014.


ESTORIL PROPERTIES INVESTIMENTOS DO BRASIL LTDA.
Roberto Ramos Fernandes


SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO
Presidente


VINICIUS MONTAGNANA GARCIA
Secretário

JUCESP
01 08 14



Grupo Jari

GRUPO JARI S.A.
CNPJ/MF nº 17.919.786/0001-48
NIRE 35.300.452.020
Companhia Fechada

**POSIÇÃO ACIONÁRIA APÓS DELIBERAÇÃO DESTA ASSEMBLEIA E
BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES**

Nome do Acionista	Nº de Ações	%
GRUPO SAGA S.A.	15.465.910	65,0820%
LINEA FLORESTAL S.A.	7.128.825	29,9987%
ESTORIL PROPERTIES INVESTIMENTOS DO BRASIL LTDA.	1.169.000	4,9193%
TOTAL	23.763.735	100,00%

Este documento integra a Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de Julho de 2014.

Barueri/SP, 14 de Julho de 2014.

GRUPO SAGA S.A.
Sergio Antonio Garcia Amoroso

LINEA FLORESTAL S.A.
Antonio Rodrigues Vasconcellos

ESTORIL PROPERTIES INVESTIMENTOS DO BRASIL LTDA.
Roberto Ramos Fernandes



JUCESP
12 12 18



JUCESP PROTOCOLO
2.212.185/18-2



VARÁ DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha n.º 1047M

GRUPO JARI S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 17.919.786/0001-48
NIRE 35.300.452.020

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2018.**

REALIZAÇÃO E LOCAL: Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, às 15:00 horas, na sede social da Grupo Jari S.A. ("Companhia"), na Alameda Mamoré, 989, 25º andar, sala 2502, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo.

CONVOCAÇÃO: Dispensada a Convocação Prévia, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124, da Lei 6.404/76, e suas atualizações.

PRESENÇA: Acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: Sergio Antonio Garcia Amoroso; **Secretário:** Jorge Francisco Henriques

ORDEM DO DIA:

- (a) Reeleição de Diretoria;
- (b) Outros assuntos de interesse da sociedade.

DELIBERAÇÕES: O presidente deu por instalada a Assembleia, leu a Ordem do Dia, o que foi aprovado por unanimidade pelos presentes, aprovando integralmente o que segue:



Grupo Jari

DUCESP
12 12 12

- a) Procedeu-se à reeleição da Diretoria, para o mandato de 2 (dois) anos, que encerrar-se-á na Assembleia Geral, que aprovar as contas do exercício social que findar-se-á em 31 de dezembro de 2019, permitida a reeleição. Após o decurso de seus mandatos, os Diretores permanecerão em seus cargos até a eleição e posse de uma nova Diretoria. São reeleitos, e neste ato tomam posse:

Diretor Presidente:

SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 7.731.467-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 761.086.608-30.

Diretor Vice-Presidente:

JORGE FRANCISCO HENRIQUES, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.024.358-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 819.806.808-25.

Diretor sem Designação Especial:

DINO ANGELO RANZANI, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 20.062.865-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 141.302.158-17.

Todos domiciliados na Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo – CEP: 06454-040.

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: Nos termos do artigo 147 da Lei 6.404/76 e parágrafo 1º do artigo 1.011 do Código Civil, os diretores, ora eleitos, declaram, sob as penas da lei, não estarem condenados por nenhum crime, cuja pena vede o acesso à atividade mercantil e/ou a administração da Companhia.

DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS: Fazem parte da presente Assembleia e com a mesma são arquivados nos órgãos competentes, os seguintes documentos:



Grupo Jari

JUCESP
12 12 18

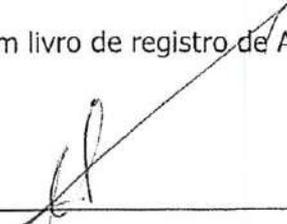
VARA DISTRITAL DE
MUNICÍPIO DE
MUNICÍPIO DE
FOLHA Nº 1049 M

- a) Termo de posse dos Diretores reeleitos;
- b) Lista de presença dos acionistas.

ENCERRAMENTO, APROVAÇÃO E ASSINATURAS: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso para tratar de outros assuntos de interesse social. Como ninguém se manifestou, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes.

Barueri/SP, 22 de outubro 2018. Presidente: Sergio Antonio Garcia Amoroso. Secretário: Jorge Francisco Henriques – Acionistas: Grupo Saga S.A., por Sergio Antonio Garcia Amoroso, Linea Florestal S.A., por Antonio Rodrigues Vasconcellos, Estoril Properties Investimentos do Brasil Ltda., por Roberto Ramos Fernandes.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro de registro de Atas das Assembleias Gerais.



SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO
Presidente

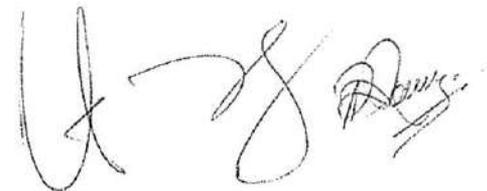


JORGE FRANCISCO HENRIQUES
Secretário

JUCESP
12 DEZ 2018

SEDE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP
FLAVIA R BRITTO DE OLIVEIRA
SECRETARIA GERAL
579.718/18-9

JUCESP





DUCE SP
12 12 18

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 10804

GRUPO JARI S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 17.919.786/0001-48
NIRE 35.300.452.020

LISTA DE PRESENÇA DOS ACIONISTAS

Nome do Acionista	Nº de Ações	%
GRUPO SAGA S.A.	15.465.910	65,0820%
LINEA FLORESTAL S.A.	7.128.825	29,9987%
ESTORIL PROPERTIES INVESTIMENTOS DO BRASIL LTDA.	1.169.000	4,9193%
TOTAL	23.763.735	100,00%

Este documento integra a Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de outubro de 2018.

Barueri/SP, 22 de outubro de 2018.

GRUPO SAGA S.A.
Sergio Antonio Garcia Amoroso

LINEA FLORESTAL S.A.
Antonio Rodrigues Vasconcellos

ESTORIL PROPERTIES INVESTIMENTOS DO BRASIL LTDA.
Roberto Ramos Fernandes



JUCESP
10 10 18

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha n.º 1051A

GRUPO JARI S.A.
CNPJ/MF nº 17.919.786/0001-48
NIRE 35.300.452.020
Companhia Fechada

TERMO DE POSSE DOS MEMBROS ELEITOS DA DIRETORIA

Em Assembleia Geral da Extraordinária, realizada no dia 22 de outubro de 2018, tomam posse os membros eleitos da Diretoria, para o mandato de 02 (dois) anos, o qual se encerrará na Assembleia Geral de 2019, que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social que findar-se-á em 31.12.2019, tendo sido eleitos:

DIRETORIA

Diretor Presidente:

SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 7.731.467-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 761.086.608-30.

Diretor Vice-presidente:

JORGE FRANCISCO HENRIQUES, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.024.358-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 819.806.808-25.

Diretores sem Designação Especial:

DINO ANGELO RANZANI, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 20.062.865-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 141.302.158-17;



Grupo Jari

0106 SP
12 12 18

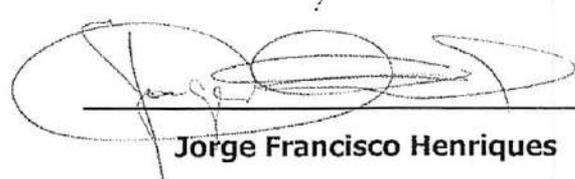
VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1052A

Todos domiciliados na Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, Alphaville, Município de Barueri,
Estado de São Paulo – CEP: 06454-040.

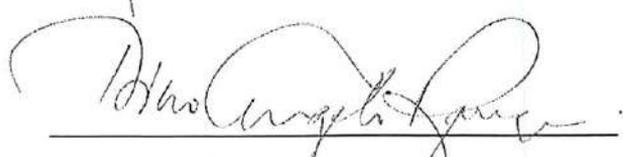
Barueri/SP, 22 de outubro de 2018.



Sergio Antonio Garcia Amoroso



Jorge Francisco Henriques



Dino Angelo Ranzani

GRUPO JARI S/A, CNPJ: 17.919.786/0001-48

PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

GRUPO JARI S/A, sociedade empresária inscrita no CNPJ/MF n.º. 17.919.786/0001-48 com sede na Alameda Mamoré, n.º 989, 25º andar, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06454-040, neste ato representada por seu representante legal, pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus bastante procuradores os advogados **DR. RENATO DE LUIZI JÚNIOR**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP sob o n.º. 52.901; **DR. VICENTE ROMANO SOBRINHO**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP sob o n.º. 83.338; **DR. FERNANDO FIOREZZI DE LUIZI**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/BA n.º 36.254; **DR. GERALDO GOUVEIA JUNIOR**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP 182.188, e **DR. CRISTIANO GUSMAN**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob n.º 186.004, todos com escritório na Avenida Paulista, n.º 1.048, 9º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01311-200, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judicium et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-o, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, assim como, representá-la perante credores, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente para requerer os benefícios da Recuperação Judicial, conforme previsto pela Lei n.º. 11.101/05, bem como representar a outorgante perante seus credores, com o propósito específico de notificá-los e/ou contranotificá-los seja judicial ou extrajudicialmente.



GRUPO JARI S/A

GRUPO JARI S/A, CNPJ: 17.919.786/0001-48

CUSTAS JUDICIAIS

1056M

GRUPO JARI S/A, CNPJ: 17.919.786/0001-48

(REQUISITOS DO ART. 48, DA LEI 11.101/05)

CERTIDÕES JUDICIAIS



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS
ADJUNTOS**

Nº 2019.0002058180

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
FONE: Nº 10574

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de São Paulo, com sede em São Paulo / Capital e jurisdição no Estado de São Paulo, **CONSTA**, até a presente data e hora, contra **GRUPO JARI S/A**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **17.919.786/0001-48**, a distribuição do(s) seguinte(s) processo(s) e/ou procedimento(s):

1. Registro n. 0001604-76.2017.4.03.6144

Classe / Situação: EXECUCAO FISCAL / SOBRESTADO
Órgão Julgador: 2 Vara - FORUM FEDERAL DE BARUERI
Tipo da Parte: EXECUTADO
Assunto: DIVIDA ATIVA - DIREITO TRIBUTARIO
Data da distribuição: 04/04/2017
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

Total de registro(s): 1

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 2 (dois) dias do mês de maio de 2019, às 11:38.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) Certidões e/ou informações a respeito do(s) processo(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente na respectiva Secretaria do Órgão Julgador, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver localizado, conforme endereços disponibilizados em nosso site;
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **135dd0a9 02f6ee57 9492d17f a573f8a7 42184dba**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- d) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- e) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) constantes dos aludidos documentos;
- h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- i) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) A pesquisa abrange registros desde 25/04/1967 até a presente data, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo;
- l) Esta certidão abrange os processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 1º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Núcleo de Apoio Judiciário
admsp-nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225-8666



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS

Nº 2019.0002058383

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha nº 1058 M

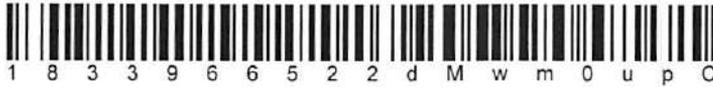
CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo / Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **GRUPO JARI S/A**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **17.919.786/0001-48**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 2 (dois) dias do mês de maio de 2019, às 11:45.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) Certidões e/ou informações a respeito do(s) processo(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente na respectiva Secretaria do Órgão Julgador, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver localizado, conforme endereços disponibilizados em nosso site;
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **5eaa4751 d6fc3a49 b39cfbd7 41dfe62c 6bbc5280**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- d) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- e) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) constantes dos aludidos documentos;
- h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- i) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) A pesquisa abrange registros desde 30/03/1989 até a presente data, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul;
- l) Esta certidão abrange os processos em tramitação no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 2º Grau e no PJe – Sistema Processual Eletrônico.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região / Secretaria Judiciária
seju@trf3.jus.br - Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



1 8 3 3 9 6 6 5 2 2 d M w m 0 u p C

VIA DISTRIÇÃO
MONTE DOURADO
FUNDAÇÃO 1059A

CERTIDÃO DE AÇÃO TRABALHISTA EM TRAMITAÇÃO

Dados Pesquisados:

CNPJ: 17.919.786/0001-48

Nome: GRUPO JARI S.A

Certidão n° 401946 / 2019

CERTIFICA-SE que em pesquisa aos registros eletrônicos armazenados nos Sistemas de Acompanhamento e Informações Processuais do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, até 01/05/2019, **NÃO CONSTA** ação trabalhista em tramitação em face da pessoa natural ou jurídica identificada acima, de acordo com os dados fornecidos pelo solicitante.

IMPORTANTE

- a. A validade da presente certidão está condicionada à conferência do nome e do CPF/CNPJ indicado, bem como à verificação de sua autenticidade pelo recebedor em <https://www.trtsp.jus.br/valida-certidao> em até 90 (noventa) dias após a sua expedição;
- b. A informação do n° do CPF/CNPJ e do nome indicado acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão;
- c. Estão compreendidos nesta certidão, no caso de pessoa jurídica, todos os seus estabelecimentos, agência ou filiais vinculados à raiz do CNPJ;
- d. Certidão emitida gratuitamente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO
Folha n.º 1060A

CERTIDÃO N.º: 3420639

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, no período de 10 (dez) anos anteriores a 02/05/2019, verificou CONSTAR como réu/requerido/interessado em nome de: ***

GRUPO JARI S/A, CNPJ: 17.919.786/0001-48, conforme indicação constante do pedido de certidão.

A seguinte distribuição:*****

BARUERI
» Foro de Barueri - 6ª Vara Cível. Processo: 1007631-75.2017.8.26.0068. Ação: Procedimento Comum Cível. Assunto: Correção Monetária. Data: 01/06/2017. Reqte: R Nejm Junior Consultoria Comercial - Intercomm.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI n.º 22/2019.

Esta certidão aponta os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em grau de recurso, e não aponta os processos distribuídos há mais de 10 anos da data limite, ainda que estejam em andamento.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e as filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 3 de maio de 2019.

PEDIDO N.º: 2542386
[Barcode]





02/05/2019

2549492

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

VILA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
FOLHA Nº 1061A

CERTIDÃO Nº: 3394869

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 01/05/2019, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

GRUPO JARI S/A, CNPJ: 17.919.786/0001-48, conforme indicação constante do pedido de certidão.

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 2 de maio de 2019.

PEDIDO Nº:

2549492



CIA. DO JARI

Doc. 1.7

COMPANHIA DO JARI S/A, CNPJ:
27.682.251/0001-50

Art. 51, II

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS
AOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS
(2014-2015-2016) E ESPECIALMENTE
LEVANTADAS PARA O PEDIDO

- **BALANÇO PATRIMONIAL;**
- **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ACUMULADOS;**
- **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DESDE O ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL;**
- **RELATÓRIO GERENCIAL DE FLUXO DE CAIXA E DE SUA PROJEÇÃO;**

COMPANHIA DO JARI

Período: 01/05/2019 A 31/05/2019

Título	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
02.000.000 - PASSIVO	0,00	0,00	0,00	0,00
02.200.000 - EXIGIVEL A LONGO PRAZO	3.252.713,56C	0,00	0,00	3.252.713,56C
02.250.000 - CREDITOS COM EMPRESAS	205.232,68C	0,00	0,00	205.232,68C
02.251.000 - CREDITOS CONTROLADORAS/CONTROLADAS	205.232,68C	0,00	0,00	205.232,68C
02.251.100 - CREDITOS CONTROLADORAS/CONTROLADAS	205.232,68C	0,00	0,00	205.232,68C
02.251.102 - SAGA INVESTIM. E PARTIC. DO BRASIL S A	205.232,68C	0,00	0,00	205.232,68C
02.260.000 - OUTROS CREDITOS A PAGAR	3.047.480,88C	0,00	0,00	3.047.480,88C
02.262.000 - CREDITOS DE APLICACIONES/QUOTISTAS	3.047.480,88C	0,00	0,00	3.047.480,88C
02.262.100 - CREDITOS DE APLICACIONES/QUOTISTAS	3.047.480,88C	0,00	0,00	3.047.480,88C
02.262.101 - CREDITOS DE APLICACIONES/QUOTISTAS	3.047.480,88C	0,00	0,00	3.047.480,88C
02.400.000 - PATRIMONIO LIQUIDO	3.252.713,56D	0,00	0,00	3.252.713,56D
02.410.000 - CAPITAL REALIZADO	138.714.776,65C	0,00	0,00	138.714.776,65C
02.411.000 - CAPITAL REALIZADO	138.714.776,65C	0,00	0,00	138.714.776,65C
02.411.100 - CAPITAL SOCIAL	138.714.776,65C	0,00	0,00	138.714.776,65C
02.411.101 - CAPITAL SOCIAL	138.714.776,65C	0,00	0,00	138.714.776,65C
02.420.000 - RESERVAS DE CAPITAL	322.864.477,48C	0,00	0,00	322.864.477,48C
02.421.000 - RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	322.864.477,48C	0,00	0,00	322.864.477,48C
02.421.100 - INCENTIVOS FISCAIS	322.864.477,48C	0,00	0,00	322.864.477,48C
02.421.105 - ALIENACAO DE PARTES A BENEFICIAR	322.864.477,48C	0,00	0,00	322.864.477,48C
02.430.000 - LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	464.831.967,69D	0,00	0,00	464.831.967,69D
02.431.000 - LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	464.831.967,69D	0,00	0,00	464.831.967,69D
02.431.100 - LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	464.831.967,69D	0,00	0,00	464.831.967,69D
02.431.102 - PREJUÍZOS ACUMULADOS	464.831.967,69D	0,00	0,00	464.831.967,69D
		0,00		
			0,00	
02	0,00			0,00

Sergio Antonio Garcia Amoroso
Diretor - Presidente

Robson Ederaldo de Mello
CRC 1SP 189409/O-4

Companhia do Jari S.A
CNPJ - 27.682.251/0001-50
Endereço: Alameda Mamorê, 989 - 25 andar - Parte - Alphaville
Barueri - São Paulo - CEP 06454-040

Balancos patrimoniais
Em 31 de maio de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Não circulante		
Exigível a longo prazo		
Contas a pagar controladora	205	205
Outros créditos a pagar	<u>3.047</u>	<u>3.047</u>
	<u>3.252</u>	<u>3.252</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	138.715	138.715
Reserva de capital	322.864	322.864
Prejuízos acumulados	<u>(464.831)</u>	<u>(464.831)</u>
	<u>(3.252)</u>	<u>(3.252)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

2019



2018

Companhia do Jari S.A
CNPJ - 27.682.251/0001-50
Endereço: Alameda Mamorê, 989 - 25 andar - Parte - Alphaville
Barueri - São Paulo - CEP 06454-040

Demonstrações do resultado
Em 31 de maio de 2019 e 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	-	-
Prejuízo líquido do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>



Two handwritten signatures are present at the bottom of the page. The signature on the left is a stylized, cursive mark. The signature on the right is more legible, appearing to be a name followed by a surname, also in cursive.

Companhia do Jari S.A
CNPJ - 27.682.251/0001-50
Endereço: Alameda Mamoré, 989 - 25 andar - Parte - Alphaville
Barueri - São Paulo - CEP 06454-040

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de maio de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-
Resultado na venda de investimentos	-	-
Resultado de participações societárias	-	-
Variações nos ativos e passivos		
Partes relacionadas	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	-	-
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	-	-
No final do exercício	-	-
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	-	-

Companhia do Jari S.A
CNPJ - 27.682.251/0001-50
Endereço: Alameda Mamoré, 989 - 25 andar - Parte - Alphaville
Barueri - São Paulo - CEP 06454-040

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de Capital	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016	<u>138.715</u>	<u>322.864</u>	<u>(464.831)</u>	<u>(3.252)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>138.715</u>	<u>322.864</u>	<u>(464.831)</u>	<u>(3.252)</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>138.715</u>	<u>322.864</u>	<u>(464.831)</u>	<u>(3.252)</u>
Em 31 de maio de 2019	<u>138.715</u>	<u>322.864</u>	<u>(464.831)</u>	<u>(3.252)</u>


Sergio Antônio Garcia Amoroso
Diretor Presidente


Robson Ederaldo de Mello
Contador - CRC 189.409/O-4

Processo	Vara/Comarca	Natureza da Ação	Escritório	Autor	Réu
0509964-15.2005.4.02.5101	10ª Vara das Execuções Fiscais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro	Execução Fiscal	Cardillo & Prado Rossi Advogados	União	Companhia do Jari

Companhia do Jari S.A
CNPJ - 27.682.251/0001-50
 Endereço: Alameda Mamoré, 989 - 25 andar - Parte - Alphaville
 Barueri - São Paulo - CEP 06454-040

Balancos patrimoniais

Em milhares de reais

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2015
Passivo e patrimônio líquido		
Não circulante		
Exigível a longo prazo		
Contas a pagar controladora	205	205
Outros créditos a pagar	3.047	3.047
	3.252	3.252
Patrimônio líquido		
Capital social	138.715	138.715
Reserva de capital	322.864	322.864
Prejuízos acumulados	(464.831)	(464.831)
	(3.252)	(3.252)
Total do passivo e patrimônio líquido	-	-

Companhia do Jari S.A

CNPJ - 27.682.251/0001-50

Endereço: Alameda Mamoré, 989 - 25 andar - Parte - Alphaville

Barueri - São Paulo - CEP 06454-040

Demonstrações do resultado

Em milhares de reais

Exercício findo em
31 de dezembro

2016

2015

Despesas operacionais

Gerais e administrativas

-

-

Prejuízo líquido do exercício

-

-



Companhia do Jari S.A
CNPJ - 27.682.251/0001-50
 Endereço: Alameda Mamoré, 989 - 25 andar - Parte - Alphaville
 Barueri - São Paulo - CEP 06454-040

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-
Resultado na venda de investimentos	-	-
Resultado de participações societárias	-	-
Variações nos ativos e passivos		
Partes relacionadas	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	-	-
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	-	-
No final do exercício	-	-
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	-	-

Companhia do Jari S.A
CNPJ - 27.682.251/0001-50
Endereço: Alameda Mamoré, 989 - 25 andar - Parte - Alphaville
Barueri - São Paulo - CEP 06454-040

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de Capital</u>	<u>Lucros (Prejuízos) Acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>138.715</u>	<u>322.864</u>	<u>(464.831)</u>	<u>(3.252)</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>138.715</u>	<u>322.864</u>	<u>(464.831)</u>	<u>(3.252)</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>138.715</u>	<u>322.864</u>	<u>(464.831)</u>	<u>(3.252)</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>138.715</u>	<u>322.864</u>	<u>(464.831)</u>	<u>(3.252)</u>


Sergio Antônio Garcia Amoroso
Diretor Presidente


Robson Ederaldo de Mello
Contador - CRC 1SP 189.409/O-4

Companhia do Jari S.A
CNPJ - 27.682.251/0001-50
 Endereço: Alameda Mamoré, 989 - 25 andar - Parte - Alphaville
 Barueri - São Paulo - CEP 06454-040

Balancos patrimoniais

Em milhares de reais

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Passivo e patrimônio líquido		
Não circulante		
Exigível a longo prazo		
Contas a pagar controladora	205	205
Outros créditos a pagar	3.047	3.047
	<u>3.252</u>	<u>3.252</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	138.715	138.715
Reserva de capital	322.864	322.864
Prejuízos acumulados	(464.831)	(464.831)
	<u>(3.252)</u>	<u>(3.252)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>-</u>	<u>-</u>

Companhia do Jari S.A
CNPJ - 27.682.251/0001-50
Endereço: Alameda Mamoré, 989 - 25 andar - Parte - Alphaville
Barueri - São Paulo - CEP 06454-040

Demonstrações do resultado

Em milhares de reais

	Exercício findo em	
	31 de dezembro	
	2017	2016
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-



Companhia do Jari S.A
CNPJ - 27.682.251/0001-50
Endereço: Alameda Mamoré, 989 - 25 andar - Parte - Alphaville
Barueri - São Paulo - CEP 06454-040

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em milhares de reais

	Exercício findo em	
	31 de dezembro	
	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-
Resultado na venda de investimentos	-	-
Resultado de participações societárias	-	-
Variações nos ativos e passivos		
Partes relacionadas	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	-	-
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	-	-
No final do exercício	-	-
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	-	-



Companhia do Jari S.A
CNPJ - 27.682.251/0001-50
 Endereço: Alameda Mamoré, 989 - 25 andar - Parte - Alphaville
 Barueri - São Paulo - CEP 06454-040

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de Capital	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2014	138.715	322.864	(464.831)	(3.252)
Em 31 de dezembro de 2015	138.715	322.864	(464.831)	(3.252)
Em 31 de dezembro de 2016	138.715	322.864	(464.831)	(3.252)
Em 31 de dezembro de 2017	138.715	322.864	(464.831)	(3.252)


 Sergio Antonio Garcia Amoroso
 Diretor Presidente


 Robson Ederaldo de Mello
 Contador - CRC 1SP 189.409/O-4

Companhia do Jari S.A
CNPJ - 27.682.251/0001-50
 Endereço: Alameda Mamoré, 989 - 25 andar - Parte - Alphaville
 Barueri - São Paulo - CEP 06454-040

Balancos patrimoniais

Em milhares de reais

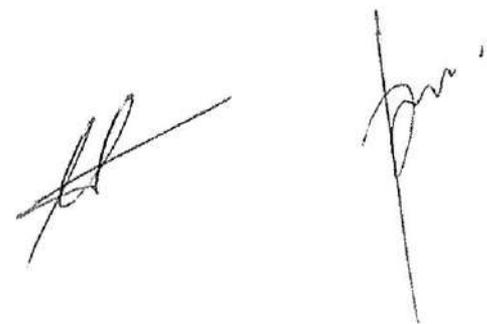
	Exercício findo em	
	2018	2017
Passivo e patrimônio líquido		
Não circulante		
Exigível a longo prazo		
Contas a pagar controladora	205	205
Outros créditos a pagar	3.047	3.047
	<u>3.252</u>	<u>3.252</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	138.715	138.715
Reserva de capital	322.864	322.864
Prejuízos acumulados	(464.831)	(464.831)
	<u>(3.252)</u>	<u>(3.252)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>-</u>	<u>-</u>

Companhia do Jari S.A
CNPJ - 27.682.251/0001-50
Endereço: Alameda Mamoré, 989 - 25 andar - Parte - Alphaville
Barueri - São Paulo - CEP 06454-040

Demonstrações do resultado

Em milhares de reais

	Exercício findo em	
	31 de dezembro	
	2018	2017
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-

Two handwritten signatures in black ink are present at the bottom right of the page, positioned below the table. The signature on the left is more stylized and compact, while the one on the right is more vertical and includes a small flourish at the top.

Companhia do Jari S.A
CNPJ - 27.682.251/0001-50
Endereço: Alameda Mamoré, 989 - 25 andar - Parte - Alphaville
Barueri - São Paulo - CEP 06454-040

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

	Exercício findo em	
	31 de dezembro	
	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-
Resultado na venda de investimentos	-	-
Resultado de participações societárias	-	-
Variações nos ativos e passivos		
Partes relacionadas	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	-	-
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	-	-
No final do exercício	-	-
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	-	-



VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
FOLHA Nº 1083 A

Companhia do Jari S.A
CNPJ - 27.682.251/0001-50
Endereço: Alameda Mamoré, 989 - 25 andar - Parte - Alphaville
Barueri - São Paulo - CEP 06454-040

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de Capital</u>	<u>Lucros (Prejuízos) Acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>138.715</u>	<u>322.864</u>	<u>(464.831)</u>	<u>(3.252)</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>138.715</u>	<u>322.864</u>	<u>(464.831)</u>	<u>(3.252)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>138.715</u>	<u>322.864</u>	<u>(464.831)</u>	<u>(3.252)</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>138.715</u>	<u>322.864</u>	<u>(464.831)</u>	<u>(3.252)</u>


Sergio Antonio Garcia Amoroso
Diretor Presidente


Robson Ederaldo de Mello
Contador - CRC 1SP 189.409/O-4

Companhia do Jari S.A
CNPJ - 27.682.251/0001-50
Endereço: Alameda Mamoré, 989 - 25 andar - Parte - Alphaville
Barueri - São Paulo - CEP 06454-040

Balancos patrimoniais
Em 30 de abril de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Não circulante		
Exigível a longo prazo		
Contas a pagar controladora	205	205
Outros créditos a pagar	<u>3.047</u>	<u>3.047</u>
	<u>3.252</u>	<u>3.252</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	138.715	138.715
Reserva de capital	322.864	322.864
Prejuízos acumulados	<u>(464.831)</u>	<u>(464.831)</u>
	<u>(3.252)</u>	<u>(3.252)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		



Companhia do Jari S.A

CNPJ - 27.682.251/0001-50

Endereço: Alameda Mamoré, 989 - 25 andar - Parte - Alphaville
Barueri - São Paulo - CEP 06454-040

Demonstrações do resultado

Em 30 de abril de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

	2019	2018
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-

Two handwritten signatures in black ink are present below the table. The signature on the left is a stylized, cursive mark, and the signature on the right is more elaborate and appears to be a full name or a more formal signature.

Companhia do Jari S.A
CNPJ - 27.682.251/0001-50
Endereço: Alameda Mamoré, 989 - 25 andar - Parte - Alphaville
Barueri - São Paulo - CEP 06454-040

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 30 de abril de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-
Resultado na venda de investimentos	-	-
Resultado de participações societárias	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Variações nos ativos e passivos		
Partes relacionadas	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>-</u>	<u>-</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	-	-
No final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>

Two handwritten signatures in black ink are present below the table. The signature on the left is a stylized, cursive mark, while the one on the right is more elaborate and includes a vertical line extending downwards.

Companhia do Jari S.A
CNPJ - 27.682.251/0001-50
Endereço: Alameda Mamoré, 989 - 25 andar - Parte - Alphaville
Barueri - São Paulo - CEP 06454-040

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de Capital	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016	<u>138.715</u>	<u>322.864</u>	<u>(464.831)</u>	<u>(3.252)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>138.715</u>	<u>322.864</u>	<u>(464.831)</u>	<u>(3.252)</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>138.715</u>	<u>322.864</u>	<u>(464.831)</u>	<u>(3.252)</u>
Em 30 de abril de 2019	<u>138.715</u>	<u>322.864</u>	<u>(464.831)</u>	<u>(3.252)</u>


Sergio Antonio Garcia Amoroso
Diretor Presidente


Robson Ederaldo de Mello
Contador - CRC 1SP 189.409/O-4

COMPANHIA DO JARI

Balancete

Período: 01/04/2019 A 30/04/2019

03/06/2019 - 12:15

Titulo	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
02.000.000 - PASSIVO	0,00	0,00	0,00	0,00
02.200.000 - EXIGIVEL A LONGO PRAZO	3.252.713,56C	0,00	0,00	3.252.713,56C
02.250.000 - CREDITOS COM EMPRESAS	205.232,68C	0,00	0,00	205.232,68C
02.251.000 - CREDITOS CONTROLADORAS/CONTROLADAS	205.232,68C	0,00	0,00	205.232,68C
02.251.100 - CREDITOS CONTROLADORAS/CONTROLADAS	205.232,68C	0,00	0,00	205.232,68C
02.251.102 - SAGA INVESTIM. E PARTIC. DO BRASIL S A	205.232,68C	0,00	0,00	205.232,68C
02.260.000 - OUTROS CREDITOS A PAGAR	3.047.480,88C	0,00	0,00	3.047.480,88C
02.262.000 - CREDITOS DE ACIONISTAS/QUOTISTAS	3.047.480,88C	0,00	0,00	3.047.480,88C
02.262.100 - CREDITOS DE ACIONISTAS/QUOTISTAS	3.047.480,88C	0,00	0,00	3.047.480,88C
02.262.101 - CREDITOS DE ACIONISTAS/QUOTISTAS	3.047.480,88C	0,00	0,00	3.047.480,88C
02.400.000 - PATRIMONIO LIQUIDO	3.252.713,56D	0,00	0,00	3.252.713,56D
02.410.000 - CAPITAL REALIZADO	138.714.776,65C	0,00	0,00	138.714.776,65C
02.411.000 - CAPITAL REALIZADO	138.714.776,65C	0,00	0,00	138.714.776,65C
02.411.100 - CAPITAL SOCIAL	138.714.776,65C	0,00	0,00	138.714.776,65C
02.411.101 - CAPITAL SOCIAL	138.714.776,65C	0,00	0,00	138.714.776,65C
02.420.000 - RESERVAS DE CAPITAL	322.864.477,48C	0,00	0,00	322.864.477,48C
02.421.000 - RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	322.864.477,48C	0,00	0,00	322.864.477,48C
02.421.100 - INCENTIVOS FISCAIS	322.864.477,48C	0,00	0,00	322.864.477,48C
02.421.105 - ALIENACAO DE PARTES A BENEFICIAR	322.864.477,48C	0,00	0,00	322.864.477,48C
02.430.000 - LUCROS (PREJUIZOS) ACUMULADOS	464.831.967,69D	0,00	0,00	464.831.967,69D
02.431.000 - LUCROS (PREJUIZOS) ACUMULADOS	464.831.967,69D	0,00	0,00	464.831.967,69D
02.431.100 - LUCROS (PREJUIZOS) ACUMULADOS	464.831.967,69D	0,00	0,00	464.831.967,69D
02.431.102 - PREJUIZOS ACUMULADOS	464.831.967,69D	0,00	0,00	464.831.967,69D
		0,00		
			0,00	
				0,00

Sergio Antônio Garcia Amoroso
Diretor Presidente

Robson Ederaldo de Melo
Contador - CRC 1SP 189.409/0-4

COMPANHIA DO JARI S/A, CNPJ:
27.682.251/0001-50

Art. 51, III

RELAÇÃO NOMINAL DE CREDORES

COMPANHIA DO JARI S/A, CNPJ:
27.682.251/0001-50

Art. 51, IV

RELAÇÃO INTEGRAL DOS EMPREGADOS

COMPANHIA DO JARI S/A, CNPJ:
27.682.251/0001-50

Art. 51, V

CERTIDÃO DE REGULARIDADE NO
REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS



FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA		
COMPANHIA DO JARI		
		TIPO: SOCIEDADE POR AÇÕES
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35300314603	01/04/2004	04/06/2019 11:34:50
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
26/01/1982	27.682.251/0001-50	

CAPITAL
R\$ 138.714.776,65 (CENTO E TRINTA E OITO MILHÕES, SETECENTOS E QUATORZE MIL, SETECENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS)

ENDEREÇO	
LOGRADOURO: AL. MAMORE	NÚMERO: 989
BAIRRO: ALPHAVILLE	COMPLEMENTO: 23 A. SL 2401
MUNICÍPIO: BARUERI	CEP: UF: SP

OBJETO SOCIAL
HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
JOAO EDUARDO PERES, CPF: 042.551.018-25, ENDEREÇO NÃO INFORMADO, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR.
SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, CPF: 761.086.608-30, ENDEREÇO NÃO INFORMADO, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR PRESIDENTE.

ARQUIVAMENTOS
SESSÃO: 01/04/2004
SEDE TRANSFERIDA DE OUTRO ESTADO: RJ, NIRE 33300008926. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 05/12/2003.

B.A. = 1.051.429/04-3, DE 01/04/2004, FUNDAMENTO: FALTA CERTIDAO SIMPLIFICADA.

PARECER DA ASSESSORIA: DE: 17/08/2004, SANADA A IRREGULARIDADE SUPRA MANTENHA-SE O ARQUIVAMENTO.

NUM.DOC: 201.422/04-9 SESSÃO: 22/04/2004

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 15/04/2004. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 05/12/2003.

NUM.DOC: 201.423/04-2 SESSÃO: 22/04/2004

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 15/04/2004. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 05/12/2003.

NUM.DOC: 385.765/04-6 SESSÃO: 18/08/2004

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 19/04/2004. APROVAR O RELATORIO DA ADMINISTRACAO, BALANCO PATRIMONIAL E DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS, RELATIVAS AO EXERCICIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003.

INCLUSÃO DE CNPJ 27.682.251/0001-50

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.O., DATADA DE: 19/04/2004.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 761.086.608-30, RG/RNE: 7731467 - SP, RESIDENTE À ALAMEDA PERU, 631, RES 2, ALPHAVILLE, BARUERI - SP, COMO VICE-PRESIDENTE E DIRETOR.

ELEITO JOSE APARECIDO MONTAGNANA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 810.791.098-20, RG/RNE: 9616646 - SP, RESIDENTE À ALAMEDA TAMBAQUI, 47, RES 11, ALPHAVILLE, SANTANA DE PARNAIBA - SP, COMO DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA.

NUM.DOC: 021.986/05-8 SESSÃO: 18/01/2005

JORNAL DIARIO DE SAO PAULO, DE 08/01/2005. PUBLICOU ATA: A.G.O. EM : 19/04/2005.

NUM.DOC: 021.987/05-1 SESSÃO: 18/01/2005

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 08/01/2005. PUBLICOU ATA: A.G.O. EM : 19/06/2004.

NUM.DOC: 119.752/05-0 SESSÃO: 23/04/2005

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.O./A.G.E., DATADA DE: 18/04/2005.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 761.086.608-30, RG/RNE: 7731467, RESIDENTE À ALAMEDA PERU, 631, RES 2, ALPHAVILLE, BARUERI - SP, COMO VICE-PRESIDENTE E DIRETOR.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE JOSE APARECIDO MONTAGNANA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 810.791.098-20, RG/RNE: 9616646, RESIDENTE À ALAMEDA TAMBAQUI, 47, RES 11, ALPHAVILLE, SANTANA DE PARNAIBA - SP, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

NUM.DOC: 138.553/05-1 SESSÃO: 11/05/2005

BALANCO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2004 E 2003.

DIARIO DE S.PAULO, DE 07/04/2005.

NUM.DOC: 138.554/05-5 SESSÃO: 11/05/2005

BALANCO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2004 E 2003.

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 07/04/2005.

NUM.DOC: 161.446/05-0 SESSÃO: 08/06/2005

DIARIO DE S PAULO, DE 09/04/2005. PUBLICOU ATA: A.G.O. EM : 18/04/2005.

NUM.DOC: 161.447/05-3 SESSÃO: 08/06/2005

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 09/04/2005. PUBLICOU ATA: A.G.O. EM : 18/04/2005.

NUM.DOC: 136.924/06-2 SESSÃO: 24/05/2006

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 19/04/2006. DELIBERACOES: LEITURA, DISCUSSAO E APROVACAO DO RELATORIO DA ADMINISTRACAO, BALANCO PATRIMONIAL E DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS, RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005; ELEICAO DA DIRETORIA; OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA SOCIEDADE.

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.O., DATADA DE: 19/04/2006.

ELEITO JOSE APARECIDO MONTAGNANA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 810.791.098-20, RG/RNE: 9.616.646 - SP, RESIDENTE À ALAMEDA MAMORE, 989, 25 ANDAR, ALPHAVILLE, BARUERI - SP, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

ELEITO SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 761.086.608-30, RG/RNE: 7.731.467-0 - SP, RESIDENTE À ALAMEDA MAMORE, 989, 25 ANDAR, ALPHAVILLE, BARUERI - SP, COMO VICE-PRESIDENTE E DIRETOR.

NUM.DOC: 188.973/06-0 SESSÃO: 19/07/2006

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1092

DIARIO DE S. PAULO, DE 23/06/2006. PUBLICOU ATA: A.G.O. EM : 19/04/2006.

NUM.DOC: 188.974/06-4 SESSÃO: 19/07/2006

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 23/06/2006. PUBLICOU ATA: A.G.O. EM : 19/04/2006.

NUM.DOC: 203.555/06-5 SESSÃO: 02/08/2006

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE JORGE FRANCISCO HENRIQUES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 819.806.808-25, RG/RNE: 9024358, ENDEREÇO NÃO INFORMADO, COMO DIRETOR.

ALTERAÇÃO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.E., DATADA DE: 11/07/2006.

ELEITO SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 761.086.608-30, RG/RNE: 77314670, RESIDENTE À ALAMEDA MAMORE, 989, 25 ANDAR, ALPHAVILLE, BARUERI - SP, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

NUM.DOC: 215.348/07-2 SESSÃO: 11/06/2007

ALTERAÇÃO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.O., DATADA DE: 07/05/2007.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 761.086.608-30, RG/RNE: 77314670, RESIDENTE À ALAMEDA MAMORE, 989, 23 ANDAR, ALPHAVILLE, BARUERI - SP, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE JORGE FRANCISCO HENRIQUES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 819.806.808-25, RG/RNE: 9024358, RESIDENTE À ALAMEDA MAMORE, 989, 23 ANDAR, ALPHAVILLE, BARUERI - SP, COMO VICE-PRESIDENTE E DIRETOR.

NUM.DOC: 130.376/08-5 SESSÃO: 25/04/2008

ALTERAÇÃO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.O., DATADA DE: 18/04/2008.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 761.086.608-30, RG/RNE: 77314670, RESIDENTE À ALAMEDA MAMORE, 989, 23 ANDAR, ALPHAVILLE, BARUERI - SP, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE JORGE FRANCISCO HENRIQUES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 819.806.808-25, RG/RNE: 9024358, RESIDENTE À ALAMEDA MAMORE, 989, 23 ANDAR, ALPHAVILLE, BARUERI - SP, COMO VICE-PRESIDENTE E DIRETOR.

NUM.DOC: 207.188/09-9 SESSÃO: 17/06/2009

ALTERAÇÃO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.O., DATADA DE: 15/04/2009.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 761.086.608-30, RG/RNE: 77314670, RESIDENTE À ALAMEDA COLOMBIA, 1034, ALPHAVILLE, BARUERI - SP, CEP 06470-010, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE JORGE FRANCISCO HENRIQUES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 819.806.808-25, RG/RNE: 90243584, RESIDENTE À ALAMEDA MAMORE, 989, 23 ANDAR, ALPHAVILLE, BARUERI - SP, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

NUM.DOC: 167.204/10-5 SESSÃO: 17/05/2010

ALTERAÇÃO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.E., DATADA DE: 26/04/2010.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 761.086.608-30, RG/RNE: 77314670, RESIDENTE À ALAMEDA COLOMBIA, 1034, ALPHAVILLE, BARUERI - SP, CEP 06470-010, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE JORGE FRANCISCO HENRIQUES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 819.806.808-25, RG/RNE: 90243584, RESIDENTE À ALAMEDA MAMORE, 989, 23 ANDAR, ALPHAVILLE, BARUERI - SP, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

NUM.DOC: 188.265/11-9 SESSÃO: 18/05/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 30/04/2011. LEITURA, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010; ELEIÇÃO DA DIRETORIA;

NUM.DOC: 198.912/12-2 SESSÃO: 16/05/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 18/04/2012. AS 11:00 HORAS, NA SEDE SOCIAL DA COMPANHIA E COM A PRESENÇA DE ACIONISTAS REPRESENTANDO 100% DO CAPITAL SOCIAL, A ASSEMBLEIA GERAL, POR VOTACAO UNANIME DOS PRESENTES, APROVARAM INTEGRALMENTE: O BALANCO PATRIMONIAL E AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCICIO FINDO EM 31.12.2011; E A ELEICAO DA DIRETORIA PARA O MANDADO DE 1 ANO, DOS SRS. SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO COMO DIRETOR PRESIDENTE E JORGE FRANCISCO HENRIQUES, DIRETOR SEM DESIGNACAO ESPECIAL.

ELEITO SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 761.086.608-30, RG/RNE: 7731467-0 - SP, RESIDENTE À ALAMEDA MAMORE, 989, 25 ANDAR, ALPHAVILLE INDUSTRI, BARUERI - SP, CEP 06454-040, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

ELEITO JORGE FRANCISO HENRIQUES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 819.806.808-25, RG/RNE: 9024358-4 - SP, RESIDENTE À ALAMEDA MAMORE, 989, 25 ANDAR, ALPHAVILLE INDUSTRI, BARUERI - SP, CEP 06454-040, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

NUM.DOC: 281.103/13-6 SESSÃO: 29/07/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 29/04/2013. - APROVACAO DO BALANCO PATRIMONIAL E AS DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCICIO FINDO EM 31.12.2012; E- ELEICAO DOS SENHORES: SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO - DIRETOR PRESIDENTE E JORGE FRANCISO HENRIQUES - DIRETOR SEM DESIGNACAO ESPECIAL.

ELEITO SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 761.086.608-30, RG/RNE: 7731467-0 - SP, RESIDENTE À ALAMEDA MAMORE, 989, 25 ANDAR, ALPHAVILLE INDUSTRI, BARUERI - SP, CEP 06454-040, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

ELEITO JORGE FRANCISO HENRIQUES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 819.806.808-25, RG/RNE: 9024358-4 - SP, RESIDENTE À ALAMEDA MAMORE, 989, 25 ANDAR, ALPHAVILLE INDUSTRI, BARUERI - SP, CEP 06454-040, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

NUM.DOC: 425.244/14-3 SESSÃO: 16/10/2014

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 761.086.608-30, RG/RNE: 7731467-0, RESIDENTE À ALAMEDA MAMORE, 989, 25 ANDAR, ALPHAVILLE INDUSTRI, BARUERI - SP, CEP 06454-040, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE JORGE FRANCISO HENRIQUES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 819.806.808-25, RG/RNE: 9024358-4, RESIDENTE À ALAMEDA MAMORE, 989, 25 ANDAR, ALPHAVILLE INDUSTRI, BARUERI - SP, CEP 06454-040, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA ALAMEDA MAMORE, 989, 25 AND.PARTE, ALPHAVILLE, BARUERI - SP, CEP 06454-040. CONFORME A.G.O./A.G.E., DATADA DE: 30/04/2014.

NUM.DOC: 386.474/15-1 SESSÃO: 28/08/2015

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 30/04/2015. DELIBERACOES: A ASSEMBLEIA GERAL, POR VOTACAO UNANIME DOS PRESENTES, APROVA INTEGRALMENTE: (I) O BALANCO PATRIMONIAL E AS DEMAIS DEMONSTRACOES, FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCICIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35300314603

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 03/06/2019



documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Completa emitida para GABRIELA JORDAO DUARTE COSTA : 30649685806. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucasponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 118212682, terça-feira, 4 de junho de 2019 às 11:34:50.

COMPANHIA DO JARI S/A, CNPJ:
27.682.251/0001-50

Art. 51, VI

RELAÇÃO DOS BENS PARTICULARES DOS
SÓCIOS CONTROLADORES E
ADMINISTRADORES

COMPANHIA DO JARI S/A, CNPJ:
27.682.251/0001-50

Art. 51, VII

EXTRATOS ATUALIZADOS DAS CONTAS BANCÁRIAS

COMPANHIA DO JARI S/A, CNPJ:
27.682.251/0001-50

Art. 51, VIII

CERTIDÕES DOS CARTÓRIOS DE PROTESTOS
DAS COMARCAS SEDE E FILIAIS



1º Tabelião de Notas e Protesto
de Letras e Títulos de Barueri

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1098/A

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1099 *K*

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: COMPANHIA DO JARI
CNPJ: 27.682.251/0001-50

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:35:33 do dia 05/06/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/12/2019.
Código de controle da certidão: **29F6.768D.D06A.4171**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

COMPANHIA DO JARI S/A, CNPJ:
27.682.251/0001-50

Art. 51, IX

RELAÇÃO DAS AÇÕES JUDICIAIS EM QUE
FIGURA COMO PARTE

Processo	Vara/Comarca	Natureza da Ação	Escritório	Autor	Réu
0509964-15.2005.4.02.5101	10ª Vara das Execuções Fiscais da Seção judiciaria do Rio de Janeiro	Execução Fiscal	Cardillo & Prado Rossi Advogados	União	Companhia do Jari

COMPANHIA DO JARI S/A, CNPJ:
27.682.251/0001-50

Art. 51, V

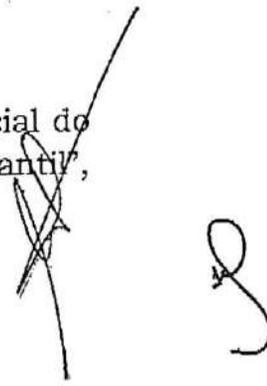
ATOS CONSTITUTIVOS ATUALIZADOS

COMPANHIA DO JARI

CNPJ/MF nº 27.682.251/0001-50
NIRE 33.300.008.926

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2000**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** 29.12.00, às 10:00 horas, na sede social, na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na rua do Mercado, nº 17, 11º andar.
2. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sérgio Antônio Garcia Amoroso - Presidente.
João Eduardo Peres - Secretário.
3. **PRESENÇA:** Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas.
4. **CONVOCAÇÃO:** Editais de Convocação publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil", respectivamente, nos dias 21, 22 e 26 de dezembro de 2000.



5. ORDEM DO DIA:

- a) Inclusão de dispositivo no Estatuto Social admitindo a concessão, pela companhia, de fianças, avais e quaisquer garantias, a sociedades coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, ou à sociedades sob controle comum;
- b) Alteração do Artigo 13 do Estatuto Social da companhia;
- c) Consolidação do Estatuto Social;
- d) Outros assuntos de interesse da companhia.

6. DELIBERAÇÕES: A Assembléia Geral dos acionistas, por unanimidade de votos, com abstenção dos legalmente impedidos:

- 6.1 Aprovou a inclusão de dispositivo no Estatuto Social admitindo a concessão, pela companhia, de fianças, avais e quaisquer garantias, a sociedades coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, ou à sociedades sob controle comum;
- 6.2 Face ao exposto no item 6.1, supra, aprovou a alteração do Artigo 13 do Estatuto Social da companhia, de forma a incluir o Parágrafo 5º, conforme redação constante na consolidação infra transcrita;
- 6.3 Diante do exposto nos itens 6.1 e 6.2, supra, aprovou a consolidação do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:


10

**"ESTATUTO SOCIAL DA
COMPANHIA DO JARI**

CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO

ARTIGO 1º A Companhia do Jari é sociedade anônima que se rege pelo presente estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

ARTIGO 2º A Companhia tem por objeto a participação em empreendimentos e iniciativas que promovam o desenvolvimento econômico da região situada à margem esquerda do Rio Amazonas, atravessada pelo Rio Jari.

PARÁGRAFO ÚNICO A Companhia poderá participar de outras sociedades.

ARTIGO 3º A Companhia tem sede e foro na cidade e município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo, por deliberação da Diretoria, criar ou encerrar filiais, sucursais ou escritórios, no país ou no exterior.

ARTIGO 4º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 5º O capital social é de R\$ 138.714.776,65 (cento e trinta e oito milhões, setecentos e quatorze mil, setecentos e setenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), dividido em 85.580.704 (oitenta e cinco

milhões, quinhentos e oitenta mil, setecentas e quatro) ações ordinárias, sem valor nominal.

ARTIGO 6º Os certificados e cautelas de ações da Companhia serão assinados por 2 (dois) membros da Diretoria ou por agente emissor de certificados.

PARÁGRAFO ÚNICO A Companhia poderá cobrar o custo de substituição de certificados ou cautelas de ações quando pedida pelo acionista.

CAPÍTULO III ASSEMBLÉIA GERAL

ARTIGO 7º A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que convocada, com observância dos preceitos legais.

ARTIGO 8º A Assembléia elegerá seu Presidente, que convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

ARTIGO 9º O acionista poderá ser representado na Assembléia Geral nos termos do parágrafo 1º da Artigo 126 da Lei n° 6404, de 15.12.1976, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora para a qual estiver convocada a Assembléia.

ARTIGO 10 A Assembléia Geral Extraordinária que tiver por objeto a reforma do estatuto social somente poderá ser instalada com a presença de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital social. Em segunda convocação, a Assembléia se instalará com qualquer número.

PARÁGRAFO ÚNICO O disposto neste artigo não se aplica às alterações estatutárias referentes à capitalização da correção monetária do capital social.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 11 A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de 2 (dois) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, que indicará o Diretor-Presidente.

PARÁGRAFO ÚNICO O mandato dos Diretores será de 1 (um) ano, podendo haver reeleição, e será prorrogado automaticamente até a eleição e posse de seus substitutos.

ARTIGO 12 Em caso de vacância de qualquer dos cargos na Diretoria, o substituto será eleito pela Assembléia Geral e completará o prazo e gestão do substituído.

ARTIGO 13 Os Diretores terão amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionem com o objeto social, ressalvadas as hipóteses previstas neste estatuto;

PARÁGRAFO 1º Os Diretores terão representação ativa e passiva da Companhia, competendo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações da Assembléia Geral.

PARÁGRAFO 2º A Companhia somente poderá assumir obrigações e constituir procuradores mediante a assinatura dos 2 (dois) Diretores, devendo ser especificados no instrumento de procuração os atos ou operações que poderão praticar e a duração do mandato, à exceção de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado

PARÁGRAFO 3º Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada por um único Diretor e, mediante a sua assinatura, assumir obrigações, desde que haja, no caso específico, autorização expressa da Diretoria.

PARÁGRAFO 4º Dependerá de prévia autorização da Assembléia Geral a alienação pela Sociedade de ações de empresas sob seu controle acionário, bem como a constituição de quaisquer ônus sobre essas mesmas ações. Dependerá, ainda, de autorização da Assembléia Geral a alienação de quaisquer bens ou direitos de valor superior a R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais).

PARÁGRAFO 5º A Companhia poderá conceder fianças, avais e quaisquer garantias a sociedades coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, ou a sociedades sob controle comum.

ARTIGO 14 A Diretoria reunir-se-á sempre que exigirem os interesses sociais. Suas resoluções serão consignadas em ata, no livro próprio.

PARÁGRAFO ÚNICO Ao Diretor-Presidente compete:

- a) convocar e presidir as reuniões de Diretoria;
- b) coordenar e orientar suas atividades;
- c) elaborar o relatório anual da Companhia e a proposta sobre a destinação dos lucros líquidos do exercício e apresentar tais documentos à Assembléia Geral, juntamente com as demonstrações financeiras da Companhia, depois de cumpridas as formalidades previstas neste estatuto.

ARTIGO 15
da Diretoria.

A Assembléia Geral fixará a remuneração dos membros

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

ARTIGO 16 A Companhia terá um Conselho Fiscal, com as atribuições de lei, composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes.

PARÁGRAFO 1º O Conselho Fiscal não funcionará permanentemente e somente será instalado a pedido de acionistas, nos termos da lei.

PARÁGRAFO 2º A remuneração de cada um dos membros do Conselho Fiscal será equivalente a 10% (dez por cento) dos

honorários que, em média, forem atribuídos a cada Diretor.

CAPÍTULO VI PARTES DE FUNDADOR

ARTIGO 17 As 1.000 (mil) partes beneficiárias emitidas e alienadas pela Companhia em dação em pagamento do preço de aquisição de quotas da "**JARI CELULOSE S.A.**", conferem a seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, consistente na participação nos seus lucros, nos limites permitidos pela Lei.

PARÁGRAFO 1º A participação global das partes beneficiárias corresponderá a 5% (cinco por cento) dos dividendos em dinheiro que a Companhia receber, em cada exercício social, da "**JARI CELULOSE S.A.**", ou sociedades que forem suas sucessoras, mais a totalidade dos rendimentos que a Companhia receber, em cada exercício social, como usufrutária das ações da "**JARI CELULOSE S.A.**".

PARÁGRAFO 2º Cada parte beneficiária confere o direito, a partir do exercício de 1987, a uma remuneração correspondente a um milésimo da participação global definida no parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO 3º Todas as partes beneficiárias extinguir-se-ão, sem preço de resgate no dia 31 de dezembro do ano de 2004, sem prejuízo do direito de participação nos lucros no exercício social encerrado nesse ano.

PARÁGRAFO 4º As partes beneficiárias serão nominativas.

PARÁGRAFO 5º Os portadores de, no mínimo, 75% das partes beneficiárias terão direito, enquanto estas estiverem em circulação, a que seu representante obtenha informações completas referentes à situação financeira e operacional da Companhia e suas subsidiárias, inclusive da "JARI CELULOSE S.A."

PARÁGRAFO 6º A Companhia obriga-se, em caso de venda das ações da "JARI CELULOSE S.A." ou de suas sucessoras, a obter que o comprador substitua as partes beneficiárias pela sua obrigação de continuar a pagar a participação por elas conferidas.

CAPÍTULO VII EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DE LUCRO

ARTIGO 18 O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano e ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras da Companhia, as quais serão submetidas a exames e parecer de auditor independente.

PARÁGRAFO ÚNICO O lucro líquido do exercício terá, obrigatoriamente, a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) para a formação do fundo de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social.
- b) pagamento de dividendos das partes do fundador.
- c) pagamento de dividendo obrigatório (Artigo 19).
- d) o lucro remanescente terá a destinação deliberada pela Assembléia Geral.

ARTIGO 19 A Companhia distribuirá como dividendo das ações, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do art. 202 da Lei 6404, de 15.12.76.

ARTIGO 20 A Companhia poderá levantar, por deliberação da Diretoria, ad referendum da Assembléia Geral balanços intermediários, trimestrais ou semestrais, podendo, com base neles, distribuir dividendos, observadas as disposições legais.

CAPÍTULO VIII LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 21 A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembléia Geral, a quem compete nomear o liquidante e fixar a sua remuneração.”

7. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE SOCIAL:** Procurações.

8. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em livro próprio, em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelos acionistas presentes.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2000. Sérgio Antônio Garcia Amoroso - Presidente. João Eduardo Peres - Secretário. Os acionistas: Saga Investimento e Participações do Brasil Ltda - p. Sérgio Antônio Garcia Amoroso.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CERTIFICO O REGISTRO SOB NOME, NÚMERO E DATA ABAIXO.
COMPANHIA DO JARI

JARI



00001130112

DATA : 17/01/2001


Maria Cristina V. Contreras
SECRETARIA GERAL

VARÁ DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1113 M



JUCESP PROTOCOLO
314663/04-6

VARÁ DISTRICTAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 11144



CADA

COMPANHIA DO JARI
CNPJ/MF n.º 27.682.251/0001-50
NIRE 33.300.008.926

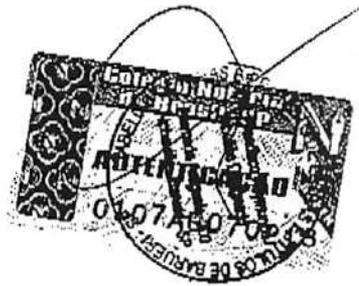


**Ata da Assembléia Geral Extraordinária
realizada no dia 05 de dezembro de 2003.**

1. **Data, Hora e Local:** 05.12.03, às 10:00 horas, na sede social, na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, 62, 6º andar.
2. **Composição da Mesa:** Mariana Siani - Presidente; Aline Mello Brandão - Secretária.
3. **Presença:** Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas.
4. **Convocação:** Editais de Convocação publicados no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" nos dias 19, 21 e 24 de novembro de 2003 e no jornal "Diário Mercantil" nos dias 19, 20 e 22 de novembro de 2003.
5. **Ordem do Dia:**
 - a) Transferência da sede da Companhia, do Estado do Rio de Janeiro, para o Estado de São Paulo, com a conseqüente alteração do artigo 3º do Estatuto Social;
 - b) Outros assuntos de interesse social.
6. **Deliberações:** A Assembléia Geral dos acionistas, por unanimidade de votos:
 - a) Deliberou alterar o texto do artigo 3º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: "A Companhia tem sede e foro na Alameda Mamoré, n.º 989, 23º andar e sala 2401, parte, Alphaville, município de Barueri, Estado de São Paulo, podendo por deliberação

[Handwritten signatures]

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 11154



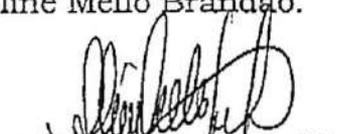
da Diretoria, criar ou encerrar filiais, sucursais ou escritórios, no país ou no exterior”.

7. Documentos arquivados na Companhia: Procurações.

8. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, dos quais se lavrou esta ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada.

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2003. Mariana Siani - Presidente. Aline Mello Brandão - Secretária; O (s) acionista (s) Saga Investimento e Participações do Brasil Ltda., .p.p. Mariana Siani e Aline Mello Brandão.

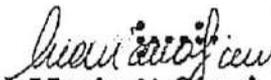

Mariana Siani
Presidente


Aline Mello Brandão
Secretária

ACIONISTA (S):

 
Saga Investimento e Participações do Brasil Ltda.
p.p. Mariana Siani e Aline Mello Brandão

**AUTENTICAÇÃO
VERSO E ANVERSO**
1.º Cartório de Notas
Baurerri - SP


Adv. Resp.: Mariana Siani
OAB/RJ 100.623

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Nome: COMPANHIA DO JARI Nire : 33.3.000882-6 Protocolo : 00-2003/172758-1 - 11/12/2003 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/12/2003 NUMERO E DATA ABAIXO.	E O REGISTRO SOB O
00001371536 DATA: 12/12/2003		
	Valéria S. M. Serra SECRETÁRIA GERAL	



Grupo Jari

JUCESP
15 10 10



JUCESP PROTOCOLO
0.974.254/14-9

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1116 M



COMPANHIA DO JARI S/A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 27.682.251/0001-50
NIRE nº 35.300.314.603

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2014.**

REALIZAÇÃO E LOCAL: Aos 30 (trinta) dias do mês de Abril do ano de dois mil e quatorze, às 09:00 horas, em sua sede social, localizada na Alameda Mamoré, nº 989, 23º andar, Sala 2401, Parte, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP: 06454-040.

CONVOCAÇÕES: Dispensada a Convocação Prévia, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da Lei 6.404/76, e suas atualizações.

PUBLICAÇÕES: Dispensada a Publicação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras: Os Acionistas declaram que preenchem os requisitos do inciso II, do artigo 294 da Lei 6.404/76, e suas atualizações.

PRESEÇA: Acionistas representando 100% do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: **Sergio Antonio Garcia Amoroso**; Secretário: **Jorge Francisco Henriques**.

ORDEM DO DIA:

I - Assembleia Geral Ordinária

- (i) Leitura, discussão e aprovação do balanço patrimonial e das demais demonstrações financeiras, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013;
- (ii) Reeleição da Diretoria;



Grupo Jari

JUCESP
16 10 14

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 117A

II – Assembleia Geral Extraordinária

- (i) Alterar o endereço da sede da Companhia;
- (ii) Alterar o prazo de mandato da Diretoria;
- (iii) Outros assuntos de interesse.

DELIBERAÇÕES: A Assembleia Geral, por votação unânime dos presentes, aprova integralmente:

I - Assembleia Geral Ordinária

- (i) O balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013;
- (ii) A Reeleição e posse da Diretoria, para o mandato de 02 (dois) anos, cuja posse se dará com a assinatura da presente Ata, para o mandato que encerrar-se-á na Assembleia Geral que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social que findar-se-á em 31/12/2017, tendo sido eleitos:

Diretor Presidente:

SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 7.731.467-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 761.086.608-30.

Diretor sem designação especial:

JORGE FRANCISCO HENRIQUES, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.024.358-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 819.806.808-25.

Todos domiciliados na Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo – CEP: 06454-040.

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: Nos termos do artigo 147 da Lei 6.404/76 e parágrafo 1º do artigo 1.011 do Código Civil, os diretores, ora eleitos, declaram, sob as penas da lei, não estarem condenados por nenhum crime, cuja pena vede o acesso à atividade mercantil, podendo dessa forma firmar declaração de desimpedimento.

JUCESP
15 10 14

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 118



Grupo Jari

II – Assembleia Geral Extraordinária

(i) Alteração do endereço da sede da Companhia, dessa forma, o artigo 3º do Estatuto Social passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 3º A Companhia tem sede e foro na Alameda Mamoré, nº 989, 25º andar, Parte, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, podendo por deliberação da Diretoria, criar ou encerrar filiais, sucursais ou escritórios, no país ou no exterior."

(ii) Alteração do prazo de mandato da Diretoria para 2 (dois) anos, dessa forma, o artigo 11, parágrafo único do Estatuto Social, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 11 A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de 2 (dois) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, que indicará o Diretor-Presidente.

Parágrafo único. O mandato dos Diretores será de 2 (dois) anos, podendo haver reeleição, e será prorrogado automaticamente até a eleição e posse de seus substitutos."

DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA COMPANHIA:

- (a) Balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013;
- (b) Termo de Posse dos Diretores Eleitos.

ENCERRAMENTO, APROVAÇÃO E ASSINATURAS: A seguir o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso para tratar de outros assuntos de interesse social. Como ninguém tenha se manifestado, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes.



Grupo Jari

JUCESP
16 10 14

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha n.º 1119M

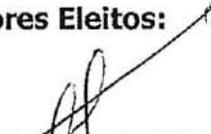
Barueri/ SP, 30 de Abril de 2014. **Presidente** – Sergio Antonio Garcia Amoroso. **Secretário** – Jorge Francisco Henriques. **Acionistas:** Saga Investimento e Participações do Brasil S.A., por Sergio Antonio Garcia Amoroso.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.


SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO
Presidente


JORGE FRANCISCO HENRIQUES
Secretário

Diretores Eleitos:


Sergio Antonio Garcia Amoroso


Jorge Francisco Henriques



JUCESP



Grupo Jari

JUCESP
15 10 14

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 55204

COMPANHIA DO JARI S/A
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 27.682.251/0001-50
NIRE nº 35.300.314.603

LISTA DE PRESENÇA DOS ACIONISTAS

Nome do Acionista	Nº de ações	%
Saga Investimento e Participações do Brasil S.A.	85.580.704	100%
Total	85.580.704	100%

Este documento integra a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de Abril de 2014.

Barueri/ SP, 30 de Abril de 2014.



SAGA INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A.

Sergio Antonio Garcia Amoroso
Diretor Presidente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

VARA DISTRICTAL DE
 MONTE DOURADO
 FOLHA Nº 1133M

CERTIDÃO Nº: 3400098

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 01/05/2019, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

COMPANHIA DO JARI S/A, CNPJ: 27.682.251/0001-50, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI n.º 22/2019.

Esta certidão aponta os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em grau de recurso, e não aponta os processos distribuídos há mais de 10 anos da data limite, ainda que estejam em andamento.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e as filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 2 de maio de 2019.

PEDIDO Nº:

2554987





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

02/05/2019

2555240

VARA DISTRITAL DE
SORTE DOURADO
Folha: n.º 1134

CERTIDÃO Nº: 3400367

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 01/05/2019, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

COMPANHIA DO JARI S/A, CNPJ: 27.682.251/0001-50, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 2 de maio de 2019.

PEDIDO Nº:



JARI
CELULOSE
Doc. 1.8

JARI CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS
S/A , CNPJ: 04.815.734/0001-80

Art. 51, II

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS
AOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS
(2014-2015-2016) E ESPECIALMENTE
LEVANTADAS PARA O PEDIDO

- BALANÇO PATRIMONIAL;
- DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ACUMULADOS;
- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DESDE O ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL;
- RELATÓRIO GERENCIAL DE FLUXO DE CAIXA E DE SUA PROJEÇÃO;



Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A
CNPJ - 04.815.734/0001-80
Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 4274

Ativo	mai/19	dez/18
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	33.626	37.875
Contas a receber	604.513	92.019
Estoques	57.748	93.931
Impostos a recuperar	21.130	20.493
Adiantamentos a fornecedores	71.092	53.793
Outras contas a receber	5.160	11.693
Despesas antecipadas	4.180	6.106
	<u>797.449</u>	<u>315.910</u>
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Impostos a recuperar	199.385	182.477
Partes relacionadas	29.706	31.201
Depósitos judiciais	17.001	11.945
Adiantamentos a fornecedores - fomento	5.586	5.570
Outras contas a receber	232	228
	<u>251.910</u>	<u>231.421</u>
Investimento		
Em controladas	25.332	44.067
Imobilizado	1.575.811	1.612.897
Ativos biológicos	727.533	737.665
	<u>2.328.676</u>	<u>2.394.629</u>
Total não circulante	<u>2.580.586</u>	<u>2.626.050</u>
Total do Ativo	<u>3.378.035</u>	<u>2.941.960</u>

Passivo e patrimônio líquido	mai/19	dez/18
Circulante		
Fornecedores	258.152	239.004
Financiamentos	646.700	571.100
Salários e encargos sociais	32.723	31.691
Impostos a recolher e parcelados	89.182	96.051
Outras contas a pagar	507.577	31.656
	<u>1.534.334</u>	<u>959.502</u>
Exigível a Longo Prazo		
Financiamentos	954.391	1.013.977
Tributos diferidos	345.708	348.736
Impostos a recolher e parcelados	157.548	152.709
Partes relacionadas	273.223	271.869
Provisão Contingências	44.771	44.771
Outras contas a pagar	3.320	15.240
	<u>1.778.961</u>	<u>1.847.302</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	1.162.086	1.162.086
Reserva de Capital	6.529	6.529
Ajuste de Avaliação Patrimonial	578.452	583.407
Prejuízos acumulados	(1.682.327)	(1.616.866)
	<u>64.740</u>	<u>135.156</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>3.378.035</u>	<u>2.941.960</u>

[Handwritten signature]



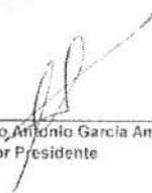
Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A
CNPJ - 04.815.734/0001-80
Demonstrações do resultado
Em milhares de reais

	mai/19	dez/18
Receita bruta de vendas		
Mercado Interno	3.444	13.162
Mercado externo	188.870	560.565
Impostos sobre vendas e outras deduções	(583)	(1.315)
Receita líquida das vendas	191.731	572.412
Custo dos produtos vendidos	(154.189)	(433.795)
Depreciação e exaustão	(51.375)	(123.825)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	(44.597)
Lucro (Prejuízo) Bruto	(13.833)	(29.805)
Despesas operacionais		
Despesas com Vendas	(1.588)	(2.030)
Gerais e administrativas	(22.559)	(81.889)
Honorários da administração	(1.924)	(4.307)
Depreciação e exaustão	(523)	(795)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas	40.359	26.462
	13.765	(62.559)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	(68)	(92.364)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	1.076	1.426
Despesas financeiras	(52.906)	(146.505)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(14.952)	(108.440)
	(66.782)	(253.519)
Resultado de participações societárias		
Equivalência patrimonial	(6.635)	(12.933)
	(6.595)	(12.933)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(73.445)	(358.816)
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido		
Do exercício	3.029	14.264
Liquidação de tributos parcelados		988
	3.029	15.252
Prejuízo líquido do exercício	(70.416)	(343.564)



Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A
CNPJ - 04.815.734/0001-80
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016	1.162.086	6.529	623.520	(932.321)	859.814
Resultado abrangente do exercício					
Prejuízo líquido do exercício				(381.094)	(381.094)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(28.060)	28.060	
Em 31 de dezembro de 2017	1.162.086	6.529	595.460	(1.285.355)	478.720
Resultado abrangente do exercício					
Prejuízo líquido do exercício				(343.564)	(343.564)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(12.053)	12.053	
Em 31 de dezembro de 2018	1.162.086	6.529	583.407	(1.616.866)	135.156
Resultado abrangente do exercício					
Prejuízo líquido do exercício				(70.416)	(70.416)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(4.955)	4.955	
Em 31 de maio de 2019	1.162.086	6.529	578.452	(1.682.327)	64.740


Sérgio Antônio Garcia Amoroso
Diretor Presidente


Flávio Quindelher de Brito
Contador
CRC 1SP 259882/O-8



Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A
CNPJ - 04.815.734/0001-80
Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 13604

Ativo	mai/19	dez/18
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	33.626	37.875
Contas a receber	604.513	92.019
Estoques	57.748	93.931
Impostos a recuperar	21.130	20.493
Adiantamentos a fornecedores	71.092	53.793
Outras contas a receber	5.160	11.693
Despesas antecipadas	4.180	6.106
	<u>797.449</u>	<u>315.910</u>
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Impostos a recuperar	199.385	182.477
Partes relacionadas	29.706	31.201
Depósitos judiciais	17.001	11.945
Adiantamentos a fornecedores - fomento	5.586	5.570
Outras contas a receber	232	228
	<u>251.910</u>	<u>231.421</u>
Investimento		
Em controladas	25.332	44.067
Imobilizado	1.575.611	1.612.897
Ativos biológicos	727.533	737.665
	<u>2.328.676</u>	<u>2.394.629</u>
Total não circulante	<u>2.580.586</u>	<u>2.626.050</u>
Total do Ativo	<u>3.378.035</u>	<u>2.941.960</u>
Passivo e patrimônio líquido	mai/19	dez/18
Circulante		
Fornecedores	258.152	239.004
Financiamentos	646.700	571.100
Salários e encargos sociais	32.723	31.691
Impostos a recolher e parcelados	89.182	86.051
Outras contas a pagar	507.577	31.656
	<u>1.534.334</u>	<u>959.502</u>
Exigível a Longo Prazo		
Financiamentos	954.391	1.013.977
Tributos diferidos	345.708	348.736
Impostos a recolher e parcelados	157.548	152.709
Partes relacionadas	273.223	271.869
Provisão Contingências	44.771	44.771
Outras contas a pagar	3.320	15.240
	<u>1.778.961</u>	<u>1.847.302</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	1.162.086	1.162.086
Reserva de Capital	6.529	6.529
Ajuste de Avaliação Patrimonial	578.452	583.407
Prejuízos acumulados	(1.682.327)	(1.616.866)
	<u>64.740</u>	<u>135.156</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>3.378.035</u>	<u>2.941.960</u>

[Handwritten signatures and initials]



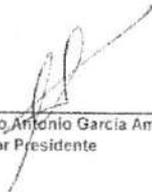
Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A
CNPJ - 04.815.734/0001-80
Demonstrações do resultado
Em milhares de reais

	mai/19	dez/18
Receita bruta de vendas		
Mercado Interno	3.444	13.162
Mercado externo	188.870	560.565
Impostos sobre vendas e outras deduções	(583)	(1.315)
Receita líquida das vendas	191.731	572.412
Custo dos produtos vendidos	(154.189)	(433.795)
Depreciação e exaustão	(51.375)	(123.825)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	(44.597)
Lucro (Prejuízo) Bruto	(13.833)	(29.805)
Despesas operacionais		
Despesas com Vendas	(1.588)	(2.030)
Gerais e administrativas	(22.559)	(81.889)
Honorários da administração	(1.924)	(4.307)
Depreciação e exaustão	(523)	(795)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas	40.359	26.462
	13.765	(62.559)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	(68)	(92.364)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	1.076	1.426
Despesas financeiras	(52.906)	(146.505)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(14.952)	(108.440)
	(66.782)	(253.519)
Resultado de participações societárias		
Equivalência patrimonial	(6.635)	(12.933)
	(6.595)	(12.933)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(73.445)	(358.816)
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido		
Do exercício	3.029	14.264
Liquidação de tributos parcelados		988
	3.029	15.252
Prejuízo líquido do exercício	(70.416)	(343.564)



Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A
CNPJ - 04.815.734/0001-80
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016	1.162.086	6.529	623.520	(932.321)	859.814
Resultado abrangente do exercício					
Prejuízo líquido do exercício				(381.094)	(381.094)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(28.060)	28.060	
Em 31 de dezembro de 2017	1.162.086	6.529	595.460	(1.285.355)	478.720
Resultado abrangente do exercício					
Prejuízo líquido do exercício				(343.564)	(343.564)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(12.053)	12.053	
Em 31 de dezembro de 2018	1.162.086	6.529	583.407	(1.616.866)	135.156
Resultado abrangente do exercício					
Prejuízo líquido do exercício				(70.416)	(70.416)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(4.955)	4.955	
Em 31 de maio de 2019	1.162.086	6.529	578.452	(1.682.327)	64.740


Sérgio Antonio Garcia Amoroso
Diretor Presidente


Flavio Quindelher de Brito
Contador
CRC 15P 259882/O-8

JARCEL INTERNATIONAL LTD
Período: 01/04/2019 A 30/04/2019

03/06/2019 - 14:39

Título	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
01.000.000 - ATIVO	12.057.202,92D	0,00	0,00	12.057.202,92D
01.100.000 - ATIVO CIRCULANTE	2.056.101,67D	0,00	0,00	2.056.101,67D
01.110.000 - DISPONIVEL	74,87D	0,00	0,00	74,87D
01.112.000 - BANCO CONTA MOVIMENTO	74,87D	0,00	0,00	74,87D
01.112.100 - BANCO CONTA MOVIMENTO	74,87D	0,00	0,00	74,87D
01.112.734 - BANCO BRADESCO S/A NEW YORK BRANCH USD	74,87D	0,00	0,00	74,87D
01.113.000 - APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
01.113.100 - APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
01.113.109 - BANK OF EUROPE	430.933,33D	0,00	0,00	430.933,33D
01.113.702 - PROV. P/ PERDA C/ APLIC. FINANC.	430.933,33D	0,00	0,00	430.933,33D
01.120.000 - REALIZAVEL A CURTO PRAZO	2.056.026,80D	0,00	0,00	2.056.026,80D
01.121.000 - CREDITOS	2.056.026,80D	0,00	0,00	2.056.026,80D
01.121.700 - CONTAS A RECEBER DE TERCEIROS	2.056.026,80D	0,00	0,00	2.056.026,80D
01.121.701 - CONTAS A RECEBER DE TERCEIROS	2.056.026,80D	0,00	0,00	2.056.026,80D
01.200.000 - REALIZAVEL A LONGO PRAZO	10.001.101,25D	0,00	0,00	10.001.101,25D
01.210.000 - CREDITOS	10.001.101,25D	0,00	0,00	10.001.101,25D
01.215.000 - OUTROS CREDITOS	10.001.101,25D	0,00	0,00	10.001.101,25D
01.215.200 - EMPRESTIMOS A CONTROLADAS/CONTROLADORAS	822.786,71D	0,00	0,00	822.786,71D
01.215.207 - JARI CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS S.A.	822.786,71D	0,00	0,00	822.786,71D
01.215.300 - EMPRESTIMOS A LIGADAS	9.176.314,54D	0,00	0,00	9.176.314,54D
01.215.317 - JARI S.A	7.824.556,30D	0,00	0,00	7.824.556,30D
01.215.316 - JARI PULP LLC	1.353.758,24D	0,00	0,00	1.353.758,24D
02.000.000 - PASSIVO	12.063.202,92C	0,00	0,00	12.063.202,92C
02.200.000 - EXIGIVEL A LONGO PRAZO	5.859.435,14C	0,00	0,00	5.859.435,14C
02.250.000 - CREDITOS COM EMPRESAS	5.859.435,14C	0,00	0,00	5.859.435,14C
02.252.000 - CREDITOS COM LIGADAS	5.859.435,14C	0,00	0,00	5.859.435,14C
02.252.100 - CREDITOS COM LIGADAS	5.859.435,14C	0,00	0,00	5.859.435,14C
02.252.102 - JARI OVERSEAS	2.380.475,14C	0,00	0,00	2.380.475,14C
02.252.111 - JARI INTERNATIONAL - JINC	3.478.960,00C	0,00	0,00	3.478.960,00C
02.400.000 - PATRIMONIO LIQUIDO	6.203.767,78C	0,00	0,00	6.203.767,78C
02.410.000 - CAPITAL REALIZADO	42.050.000,00C	0,00	0,00	42.050.000,00C
02.411.000 - CAPITAL REALIZADO	42.050.000,00C	0,00	0,00	42.050.000,00C
02.411.100 - CAPITAL SOCIAL	42.050.000,00C	0,00	0,00	42.050.000,00C
02.411.101 - CAPITAL SOCIAL	42.050.000,00C	0,00	0,00	42.050.000,00C
02.430.000 - LUCROS (PREJUIZOS) ACUMULADOS	35.846.232,22D	0,00	0,00	35.846.232,22D
02.431.000 - LUCROS (PREJUIZOS) ACUMULADOS	35.846.232,22D	0,00	0,00	35.846.232,22D
02.431.100 - LUCROS (PREJUIZOS) ACUMULADOS	35.846.232,22D	0,00	0,00	35.846.232,22D
02.431.102 - PREJUIZOS ACUMULADOS	35.846.232,22D	0,00	0,00	35.846.232,22D
03.000.000 - RESULTADO DO EXERCICIO	6.000,00D	0,00	0,00	6.000,00D
03.100.000 - RESULTADO OPERACIONAL	6.000,00D	0,00	0,00	6.000,00D
03.710.000 - RESULTADOS FINANCEIROS LIQUIDOS	6.000,00D	0,00	0,00	6.000,00D
03.711.000 - DESPESAS FINANCEIRAS	6.000,00D	0,00	0,00	6.000,00D
03.711.100 - DESPESAS FINANCEIRAS	6.000,00D	0,00	0,00	6.000,00D
03.711.103 - DESPESAS BANCARIAS	6.000,00D	0,00	0,00	6.000,00D
Total de Débitos		0,00		
Total de Créditos			0,00	
01	-	12.057.202,92D		12.057.202,92D
02	-	12.063.202,92C		12.063.202,92C
03	-	6.000,00D		6.000,00D
Lucros e Perdas		6.000,00D		6.000,00D
01/02		6.000,00C		6.000,00C


Robson Ederaldo de Mello
Contador - CRC 15P 189.409/0-4



JARCEL INTERNATIONAL LTD.
Financial Statements at December, 31st 2016 and 2015
in thousands of USD

Balance Sheets

Statement of Income

	dec/2016	dec/2015		dec/2016	dec/2015		dec/2016	dec/2015
Assets			Liabilities and stockholders equity			Gross sales revenues		
Current assets			Current liabilities			Sales revenues	-	-
Cash and banks	1	17	Other accounts payable	-	21	Net sales revenues	-	-
Others trade receivables	12.258	13.491		-	21	Cost of sales	-	-
	<u>12.259</u>	<u>13.508</u>	Non-current liabilities			Gross loss	-	-
			Long-term liabilities			Operating expenses		
			Accounts payable associated companies	5.964	7.143	General and administrative	(24)	(58)
				<u>5.964</u>	<u>7.143</u>		<u>(24)</u>	<u>(58)</u>
			Stockholders equity			Operating profit before financial results	<u>(24)</u>	<u>(58)</u>
			Capital	42.050	42.050	Financial results		
			Loss earnings	(35.755)	(35.706)	Financial income	-	2
				<u>6.295</u>	<u>6.344</u>	Financial expenses	(25)	(26)
						Exchange variations, net	-	-
				<u>12.259</u>	<u>13.508</u>		<u>(25)</u>	<u>(24)</u>
						Net profit (loss) for the year	<u>(49)</u>	<u>(82)</u>

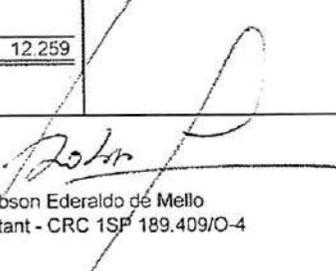
Robson Ederaldo de Mello
Accountant - CRC 1SP 189.409/O-4

Statement of loss earnings - USD	
Loss earnings of 12,31,2015	(35.706)
Low reserve	-
Loss profit	(49)
Loss earnings of 12,31,2016	<u>(35.755)</u>



JARCEL INTERNATIONAL LTD.
Financial Statements at December, 31st 2017 and 2016
in thousands of USD

Balance Sheets				Statement of Income			
		dec/2017	dec/2016			dec/2017	dec/2016
Assets				Liabilities and stockholders equity			
Current assets				Current liabilities			
Cash and banks		1	1	Other accounts payable		-	-
Others trade receivables		12.174	12.258			-	-
		<u>12.175</u>	<u>12.259</u>				
				Non-current liabilities			
				Long-term liabilities			
				Accounts payable associated companies		5.912	5.964
						<u>5.912</u>	<u>5.964</u>
				Stockholders equity			
				Capital		42.050	42.050
				Loss earnings		(35.787)	(35.755)
						<u>6.263</u>	<u>6.295</u>
						<u>12.175</u>	<u>12.259</u>
		<u>12.175</u>	<u>12.259</u>				
				Gross sales revenues			
				Sales revenues			
				Net sales revenues			
				Cost of sales			
				Gross loss			
				Operating expenses			
				General and administrative			
				Operating profit before financial results			
				Financial results			
				Financial income			
				Financial expenses			
				Exchange variations, net			
				Net profit (loss) for the year			
				Statement of loss earnings - USD			
				Loss earnings of 12,31,2016			
				Low reserve			
				Loss profit			
				Loss earnings of 12,31,2017			

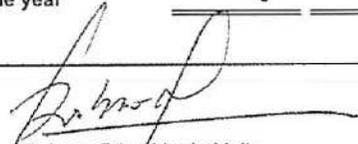

Robson Ederaldo de Mello
Accountant - CRC ISP 189.409/O-4

MUNICIPALIDADE DE
DOURADO
Distrito: n.º 13464



JARI OVERSEARS LTD.
Financial Statements at April, 30st 2019 and December, 31st 2018
in thousands of USD

Balance Sheets				Statement of Income			
		2019	2018			2019	2018
Assets				Liabilities and stockholders equity			
Current assets				Current liabilities			
Credits with associated companies		4.173	4.173	Accounts controlling company		239	239
		<u>4.173</u>	<u>4.173</u>			<u>239</u>	<u>239</u>
				Non-current liabilities			
				Long-term liabilities			
				Payable contracts		18.082	18.082
						<u>18.082</u>	<u>18.082</u>
				Stockholders equity			
				Capital		1.912	1.912
				Retained (loss) earnings		-16.060	-16.060
						<u>-14.148</u>	<u>-14.148</u>
		<u>4.173</u>	<u>4.173</u>			<u>4.173</u>	<u>4.173</u>
				Revenue			
				Interest income			
				-			
				<u>-</u>			
				Operating (expenses)			
				General and administrative			
				-			
				Financial expenses			
				-			
				Operating (loss)			
				-			
				<u>(16)</u>			
				Net (loss) for the year			
				-			
				<u>(16)</u>			

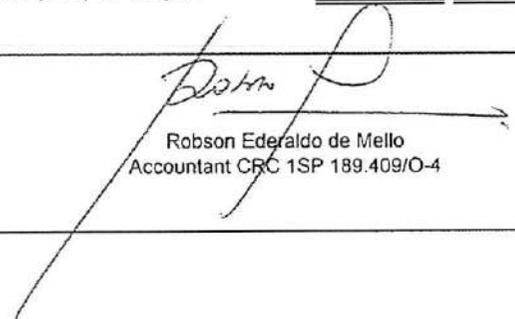

Robson Ederaldo de Mello
Accountant CRC 1SP 189.409/O-4

VIAJA DISTRITAL DE
MONTI BURRADO
Folha nº 3148 A



JARI OVERSEARS LTD.
Financial Statements at December, 31st 2017 and 2016
in thousands of USD

Balance Sheets				Statement of Income			
		2017	2016			2017	2016
Assets				Liabilities and stockholders equity			
Current assets				Current liabilities			
Crédits with associated companies		4.189	4.213	Accounts controlling company		239	239
		<u>4.189</u>	<u>4.213</u>			<u>239</u>	<u>239</u>
				Non-current liabilities			
				Long-term liabilities			
				Payable contracts		18.082	18.082
						<u>18.082</u>	<u>18.082</u>
				Stockholders equity			
				Capital		1.912	1.912
				Retained (loss) earnings		-16.044	-16.020
						<u>-14.132</u>	<u>-14.108</u>
						<u>4.189</u>	<u>4.213</u>
		<u>4.189</u>	<u>4.213</u>				
				Revenue			
				Interest income			
				-			
				Operating (expenses)			
				General and administrative			
				(24)			
				Financial expenses			
				-			
				Operating (loss)			
				<u>(24)</u>			
				Net (loss) for the year			
				<u>(24)</u>			


Robson Ederaldo de Mello
Accountant CRC 1SP 189.409/O-4

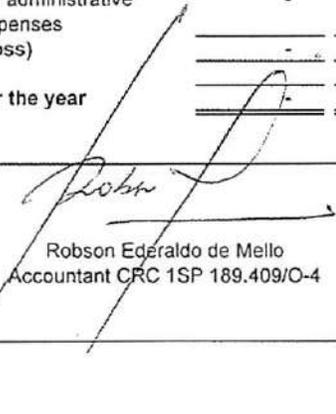


JARI OVERSEARS LTD.
Financial Statements at December, 31st 2016 and 2015
in thousands of USD

Balance Sheets

Statement of Income

		2016	2015			2016	2015			2016	2015	
Assets				Liabilities and stockholders equity				Revenue				
Current assets				Current liabilities				Interest income				
Credits with associated companies				Accounts controlling company				-				
		4.213	4.213			239	239			-	-	
		<u>4.213</u>	<u>4.213</u>			<u>239</u>	<u>239</u>	Operating (expenses)				
				Non-current liabilities				General and administrative				
				Long-term liabilities				-				
				Payable contracts						Financial expenses		
						18.082	18.082			-	(15)	
						<u>18.082</u>	<u>18.082</u>	Operating (loss)				
				Stockholders equity				-				
				Capital						-		(15)
						1.912	1.912	Net (loss) for the year				
						-16.020	-16.020	-				
						<u>-14.108</u>	<u>-14.108</u>	<u>(15)</u>				
						<u>4.213</u>	<u>4.213</u>	<u>(15)</u>				
		<u>4.213</u>	<u>4.213</u>			<u>4.213</u>	<u>4.213</u>					


Robson Edgardo de Mello
Accountant CRC 1SP 189.409/O-4

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 3350/A

Título	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
01.000.000 - ATIVO	4.173.518,14D	0,00	0,00	4.173.518,14D
01.200.000 - REALIZAVEL A LONGO PRAZO	4.173.518,14D	0,00	0,00	4.173.518,14D
01.210.000 - CREDITOS	4.173.518,14D	0,00	0,00	4.173.518,14D
01.215.000 - OUTROS CREDITOS	4.173.518,14D	0,00	0,00	4.173.518,14D
01.215.300 - EMPRESTIMOS A LIGADAS	4.173.518,14D	0,00	0,00	4.173.518,14D
01.215.314 - JARCEL INTERNATIONAL INC - JIL	2.380.475,14D	0,00	0,00	2.380.475,14D
01.215.315 - JARI INTERNATIONAL INC - JIIC	1.793.043,00D	0,00	0,00	1.793.043,00D
02.000.000 - PASSIVO	4.173.518,14C	0,00	0,00	4.173.518,14C
02.200.000 - EXIGIVEL A LONGO PRAZO	18.320.793,66C	0,00	0,00	18.320.793,66C
02.250.000 - CREDITOS COM EMPRESAS	238.516,24C	0,00	0,00	238.516,24C
02.251.000 - CREDITOS CONTROLADORAS/CONTROLADAS	238.516,24C	0,00	0,00	238.516,24C
02.251.100 - CREDITOS CONTROLADORAS/CONTROLADAS	238.516,24C	0,00	0,00	238.516,24C
02.251.102 - SAGA INVESTIM. E PARTIC. DO BRASIL S A	238.516,24C	0,00	0,00	238.516,24C
02.280.000 - OUTRAS EXIGIBILIDADES	18.082.277,42C	0,00	0,00	18.082.277,42C
02.282.000 - CONTRATOS A PAGAR	18.082.277,42C	0,00	0,00	18.082.277,42C
02.282.100 - CONTRATOS A PAGAR	18.082.277,42C	0,00	0,00	18.082.277,42C
02.282.113 - OUTROS CONTRATOS A PAGAR	18.082.277,42C	0,00	0,00	18.082.277,42C
02.400.000 - PATRIMONIO LIQUIDO	14.147.275,52D	0,00	0,00	14.147.275,52D
02.410.000 - CAPITAL REALIZADO	1.912.000,00C	0,00	0,00	1.912.000,00C
02.411.000 - CAPITAL REALIZADO	1.912.000,00C	0,00	0,00	1.912.000,00C
02.411.100 - CAPITAL SOCIAL	1.912.000,00C	0,00	0,00	1.912.000,00C
02.411.101 - CAPITAL SOCIAL	1.912.000,00C	0,00	0,00	1.912.000,00C
02.430.000 - LUCROS (PREJUIZOS) ACUMULADOS	16.059.275,52D	0,00	0,00	16.059.275,52D
02.431.000 - LUCROS (PREJUIZOS) ACUMULADOS	16.059.275,52D	0,00	0,00	16.059.275,52D
02.431.100 - LUCROS (PREJUIZOS) ACUMULADOS	16.059.275,52D	0,00	0,00	16.059.275,52D
02.431.102 - PREJUIZOS ACUMULADOS	16.059.275,52D	0,00	0,00	16.059.275,52D
		0,00	0,00	
	Total de Débitos	0,00		
	Total de Créditos		0,00	
01	-	4.173.518,14D		4.173.518,14D
02	-	4.173.518,14C		4.173.518,14C

Robson RdeAlida de Mello
 Robson RdeAlida de Mello
 CRC 1SP 182409/D-4

JARI PULP LDC
Período: 01/04/2019 a 30/04/2019

Título	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
01.000.000 - ATIVO	134.735.414,59D	41.190.650,48	32.511.944,72	143.414.120,35D
01.100.000 - ATIVO CIRCULANTE	115.011.652,36D	41.190.650,48	32.511.944,72	123.290.358,12D
01.110.000 - DISPONÍVEL	3.855,88D	10.791.050,31	10.121.268,66	673.637,53D
01.112.000 - BANCO CONTA MOVIMENTO	3.855,88D	10.791.050,31	10.121.268,66	673.637,53D
01.112.100 - BANCO CONTA MOVIMENTO	3.855,88D	10.791.050,31	10.121.268,66	673.637,53D
01.112.734 - BANCO BRADESCO S/A NEW YORK BRANCH USD	3.855,88D	10.791.050,31	10.121.268,66	673.637,53D
01.120.000 - REALIZAVEL A CURTO PRAZO	115.007.756,48D	30.359.600,17	22.390.676,06	123.016.720,59D
01.121.000 - CREDITOS	115.007.756,48D	19.661.664,42	11.652.740,31	123.016.720,59D
01.121.100 - ADIANTAMENTOS	112.835.222,77D	5.061.690,00	861.690,00	121.635.222,77D
01.121.101 - ADIANTAMENTOS FORNECEDORES	112.835.222,77D	5.061.690,00	861.690,00	121.635.222,77D
01.121.200 - CLIENTES	2.172.573,71D	10.599.974,42	10.791.050,31	1.581.497,82D
01.121.201 - CLIENTES NO PAIS	2.172.573,71D	10.599.974,42	10.791.050,31	1.581.497,82D
01.131.000 - ESTOQUES	0,00	10.737.935,75	10.737.935,75	0,00
01.131.100 - ESTOQUES PRODUTOS ACABADOS	0,00	10.737.935,75	10.737.935,75	0,00
01.131.101 - PRODUTOS ACABADOS	0,00	10.737.935,75	10.737.935,75	0,00
02.200.000 - REALIZAVEL A LONGO PRAZO	19.723.762,23D	0,00	0,00	19.723.762,23D
02.210.000 - CREDITOS	19.723.762,23D	0,00	0,00	19.723.762,23D
02.215.000 - OUTROS CREDITOS	19.723.762,23D	0,00	0,00	19.723.762,23D
02.215.200 - EMPRESTIMOS A CONTROLADAS/CONTROLADORAS	19.723.762,23D	0,00	0,00	19.723.762,23D
02.215.201 - JARI CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS S.A.	19.723.762,23D	0,00	0,00	19.723.762,23D
02.000.000 - PASSIVO	136.482.635,37C	3.931.539,19	13.038.799,37	145.589.895,55C
02.100.000 - PASSIVO CIRCULANTE	133.076.535,47C	3.931.539,19	13.038.799,37	142.183.795,66C
02.110.000 - EXIGIVEL A CURTO PRAZO	133.076.535,47C	3.931.539,19	13.038.799,37	142.183.795,66C
02.113.000 - FORNECEDORES	132.017.589,52C	861.704,41	9.781.548,80	140.937.434,31C
02.113.100 - FORNECEDORES	132.017.589,52C	861.704,41	9.781.548,80	140.937.434,31C
02.113.101 - FORNECEDORES NO PAIS	132.017.589,52C	861.704,41	9.781.548,80	140.937.434,31C
02.116.000 - OUTRAS CONTAS A PAGAR	0,00	1.057.358,66	2.300.863,62	1.243.504,96C
02.116.100 - ADIANTAMENTO DE CLIENTES	0,00	152.744,67	152.744,67	152.744,67C
02.116.101 - CLIENTES NO PAIS	0,00	152.744,67	152.744,67	152.744,67C
02.116.400 - OUTRAS CONTAS A PAGAR	0,00	1.057.358,66	2.148.118,95	1.090.760,29C
02.116.406 - OUTRAS CONTAS A PAGAR	0,00	1.057.358,66	2.148.118,95	1.090.760,29C
02.117.000 - OUTRAS EXIGIBILIDADES	1.058.945,55C	2.012.476,12	556.386,95	2.856,38C
02.117.500 - PROVISAO PARA CUSTOS E DESPESAS	1.058.945,55C	2.012.476,12	556.386,95	2.856,38C
02.117.555 - PROVISAO PARA FRETE OCEANICO	1.058.945,55C	2.012.476,12	556.386,95	2.856,38C
02.200.000 - EXIGIVEL A LONGO PRAZO	1.353.758,24C	0,00	0,00	1.353.758,24C
02.250.000 - CREDITOS COM EMPRESAS	1.353.758,24C	0,00	0,00	1.353.758,24C
02.252.000 - CREDITOS COM LIGADAS	1.353.758,24C	0,00	0,00	1.353.758,24C
02.252.100 - CREDITOS COM LIGADAS	1.353.758,24C	0,00	0,00	1.353.758,24C
02.252.113 - JARCEL INTERNATIONAL LTD	1.353.758,24C	0,00	0,00	1.353.758,24C
02.400.000 - PATRIMONIO LIQUIDO	2.052.341,66C	0,00	0,00	2.052.341,66C
02.410.000 - CAPITAL REALIZADO	98.070.100,00C	0,00	0,00	98.070.100,00C
02.411.000 - CAPITAL REALIZADO	98.070.100,00C	0,00	0,00	98.070.100,00C
02.411.100 - CAPITAL SOCIAL	98.070.100,00C	0,00	0,00	98.070.100,00C
02.411.101 - CAPITAL SOCIAL	98.070.100,00C	0,00	0,00	98.070.100,00C
02.430.000 - LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	96.017.758,34D	0,00	0,00	96.017.758,34D
02.431.000 - LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	96.017.758,34D	0,00	0,00	96.017.758,34D
02.431.100 - LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	96.017.758,34D	0,00	0,00	96.017.758,34D
02.431.102 - PREJUÍZOS ACUMULADOS	96.017.758,34D	0,00	0,00	96.017.758,34D
03.000.000 - RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.747.220,78D	11.028.543,25	10.599.988,83	2.175.775,20D
03.100.000 - RESULTADO OPERACIONAL	1.747.220,78D	11.028.543,25	10.599.988,83	2.175.775,20D
03.110.000 - CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	34.045.090,95D	10.737.935,75	0,00	44.783.026,70D
03.111.000 - CUSTO	34.045.090,95D	10.737.935,75	0,00	44.783.026,70D
03.111.100 - CUSTO DE FABRICACAO	34.045.090,95D	10.737.935,75	0,00	44.783.026,70D
03.111.103 - CELULOSE	34.045.090,95D	10.737.935,75	0,00	44.783.026,70D
03.210.000 - DESPESAS COMERCIAIS	862.304,65D	288.387,50	0,00	1.150.692,15D
03.211.000 - DESPESAS COMERCIAIS	862.304,65D	288.387,50	0,00	1.150.692,15D
03.211.200 - DESPESAS COMERCIAIS MERCADO EXTERNO	862.304,65D	288.387,50	0,00	1.150.692,15D
03.211.201 - COMISSOES	576.506,26D	135.967,78	0,00	712.474,04D
03.211.202 - SEGUROS	52.787,15D	16.776,89	0,00	69.564,04D
03.211.299 - OUTRAS DESPESAS COMERCIAIS	233.011,24D	135.642,83	0,00	368.654,07D
03.410.000 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS	73.281,13D	0,00	0,00	73.281,13D
03.515.000 - DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	73.281,13D	0,00	0,00	73.281,13D
03.515.100 - DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	73.281,13D	0,00	0,00	73.281,13D
03.515.199 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	73.281,13D	0,00	0,00	73.281,13D
03.710.000 - RESULTADOS FINANCEIROS LIQUIDOS	868.836,16D	2.220,00	14,41	871.056,16D
03.711.000 - DESPESAS FINANCEIRAS	868.836,16D	2.220,00	0,00	871.056,16D
03.711.100 - DESPESAS FINANCEIRAS	868.836,16D	2.220,00	0,00	871.056,16D
03.711.102 - DESCONTOS CONCEDIDOS	861.906,16D	0,00	0,00	861.906,16D
03.711.103 - DESPESAS BANCARIAS	6.850,00D	2.220,00	0,00	9.070,00D
04.711.000 - RECEITAS FINANCEIRAS	160,06C	0,00	14,41	174,47C
04.711.100 - RECEITAS FINANCEIRAS	160,06C	0,00	14,41	174,47C
04.711.101 - JUROS RECEBIDOS OU AUFERIDOS	0,92C	0,00	0,00	0,92C
04.711.105 - DESCONTOS OBTIDOS	159,14C	0,00	14,41	173,55C
04.000.000 - RECEITAS OPERACIONAIS	34.102.132,25C	0,00	10.599.974,42	44.702.106,67C
04.001.000 - RECEITA LIQUIDA DE VENDAS	34.102.132,25C	0,00	10.599.974,42	44.702.106,67C
04.001.110 - RECEITA BRUTA VENDA DE PROD INDUSTRIAIS	34.102.132,25C	0,00	10.599.974,42	44.702.106,67C
04.001.115 - VENDAS DE CELULOSE	34.102.132,25C	0,00	10.599.974,42	44.702.106,67C
05.000.000 - TRANSITORIAS	0,00	20.381.523,22	20.381.523,22	0,00
01.000.003 - TRANSITORIA DE CLIENTES	0,00	10.599.974,42	10.599.974,42	0,00
02.000.001 - TRANSITORIA DE FORNECEDORES	0,00	9.781.548,80	9.781.548,80	0,00
Total de Débitos		76.532.256,14		
Total de Créditos			76.532.256,14	
01	-	134.735.414,59D		143.414.120,35D
02	-	136.482.635,37C		145.589.895,55C
03	-	35.849.513,09D		66.878.056,34D
04	-	34.102.297,31C		44.702.281,14C
05	-	0,00		0,00
Lucros e Perdas		1.747.220,78D		2.175.775,20D
01/02/5		1.747.220,78C		2.175.775,20C

Robson Ederaldo de Mello
Contador - CRC 189.409/0-4

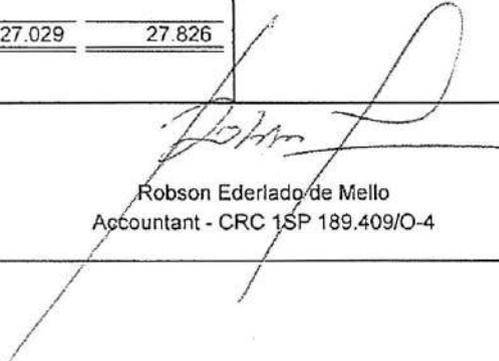


JARI PULP LLC.
Financial Statements at December, 31st 2016 and 2015
in thousands of USD

Balance Sheets

Statement of Income

	dec/2016	dec/2015		dec/2016	dec/2015		dec/2016	dec/2015
Assets			Liabilities and stockholders equity			Gross sales revenues		
Current assets			Current liabilities			Sales revenues	158.248	85.549
Cash and banks	2.310	6	Accounts payable controlling company	11.747	3.203	Commercial discounts/devolutions	(5.206)	-
Trade accounts receivable	4.994	8.095	Other accounts payable	1.542	6.259	Net sales revenues	153.042	85.549
Other accounts	19.725	19.725	Provision for expenses	-	122	Cost of sales	(153.181)	(90.144)
	<u>27.029</u>	<u>27.826</u>		<u>13.289</u>	<u>9.584</u>	Gross loss	(139)	(4.595)
			Stockholders equity			Operating expenses		
			Capital	98.070	98.070	Selling	(2.879)	(1.717)
			Loss earnings	(84.330)	(79.828)	Administrative	(211)	(4)
				<u>13.740</u>	<u>18.242</u>		<u>(3.090)</u>	<u>(1.721)</u>
	<u>27.029</u>	<u>27.826</u>		<u>27.029</u>	<u>27.826</u>	Operating loss before financial results	(3.229)	(6.316)
						Financial results		
						Financial income	19	8
						Financial expenses	(1.292)	(400)
							<u>(1.273)</u>	<u>(392)</u>
						Net loss for the year	(4.502)	(6.708)


Robson Ederlado de Mello
Accountant - CRC 1SP 189.409/O-4

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 154/14



JARI PULP LLC.
Financial Statements at April, 30st 2019 and December, 31st 2018
in thousands of USD

Balance Sheets				Statement of Income				
		2019	2018			2019	2018	
Assets				Liabilities and stockholders equity				
Current assets				Current liabilities				
Cash and banks		674	-	Accounts payable controlling company	20.993	23.317		
Trade accounts receivable		1.981	7.958	Other accounts payable	1.507	1.370		
Other accounts		19.724	19.724	Provision for expenses	3	943		
		<u>22.379</u>	<u>27.682</u>		<u>22.503</u>	<u>25.630</u>		
				Stockholders equity				
				Capital	98.070	98.070		
				Loss earnings	<u>(98.194)</u>	<u>(96.018)</u>		
					<u>(124)</u>	<u>2.052</u>		
		<u><u>22.379</u></u>	<u><u>27.682</u></u>		<u><u>22.379</u></u>	<u><u>27.682</u></u>		
						Gross sales revenues		
						Sales revenues	44.702	170.757
						Commercial discounts/devolutions		(173)
						Net sales revenues	<u>44.702</u>	<u>170.584</u>
						Cost of sales	<u>(44.783)</u>	<u>(169.132)</u>
						Gross loss	<u>(81)</u>	<u>1.452</u>
						Operating expenses		
						Selling	(1.151)	(5.165)
						Administrative	(73)	(23)
							<u>(1.224)</u>	<u>(5.188)</u>
						Operating loss before financial results	<u>(1.305)</u>	<u>(3.736)</u>
						Financial results		
						Financial income		12
						Financial expenses	(871)	(1.535)
							<u>(871)</u>	<u>(1.523)</u>
						Net loss for the year	<u>(2.176)</u>	<u>(5.259)</u>


Robson Ederlaco de Mello
Accountant - CRC 1SP 189.409/O-4

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 356/H



JARI PULP LLC.
Financial Statements at December, 31st 2017 and 2016
in thousands of USD

Balance Sheets

Statement of Income

		dec/2017	dec/2016			dec/2017	dec/2016			dec/2017	dec/2016
Assets				Liabilities and stockholders equity				Gross sales revenues			
Current assets				Current liabilities				Sales revenues			
Cash and banks		335	2.310	Accounts payable controlling company		14.527	11.747	Commercial discounts/devolutions		(365)	(5.206)
Trade accounts receivable		3.238	4.994	Other accounts payable		1.459	1.542	Net sales revenues		166.478	153.042
Other accounts		19.724	19.725	Provision for expenses		-	-	Cost of sales		(167.637)	(153.181)
		<u>23.297</u>	<u>27.029</u>			<u>15.986</u>	<u>13.289</u>	Gross loss		(1.159)	(139)
				Stockholders equity				Operating expenses			
				Capital		98.070	98.070	Selling		(3.366)	(2.879)
				Loss earnings		(90.759)	(84.330)	Administrative		(247)	(211)
						<u>7.311</u>	<u>13.740</u>			<u>(3.613)</u>	<u>(3.090)</u>
		<u>23.297</u>	<u>27.029</u>			<u>23.297</u>	<u>27.029</u>	Operating loss before financial results		(4.772)	(3.229)
								Financial results			
								Financial income			
								14			
								Financial expenses			
								(1.671)			
								<u>(1.657)</u>			
								<u>(1.273)</u>			
								Net loss for the year			
								<u>(6.429)</u>			
								<u>(4.502)</u>			

Robson
Robson-Ederaldo de Mello
Accountant - CRC/ISP 189.409/O-4

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1157-11

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Opinião com ressalva

- 1 Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
- 2 Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito do assunto mencionado no parágrafo 3, pelos efeitos, quantificados ou não, dos assuntos mencionados nos parágrafos 4 a 6 e pela ausência de divulgações mencionadas no parágrafo 7 da seção a seguir intitulada "Bases para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A. e da Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Bases para opinião com ressalva

- 3 Conforme mencionado na Nota 8 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016 a Companhia e suas controladas mantém saldos de impostos a recuperar no montante de R\$ 120.789 mil (2015 - R\$ 116.889 mil), cuja realização depende de homologação e aprovação das autoridades fiscais para utilização futura, geração de débitos fiscais em montante suficiente para permitir sua compensação através das atividades operacionais ou eventual compensação com saldo devedor de tributos de mesma espécie, desde que aprovado pelas autoridades fiscais. A administração não nos apresentou plano ou estudo que indiquem como esses créditos serão realizados e, dessa forma, não foi praticável concluirmos quanto à necessidade de eventual ajuste para trazer os créditos tributários ao valor de realização.
- 4 A Companhia mantinha planos de saúde e assistência médica que garantiam certos níveis de atendimento a funcionários da sua unidade de negócios de embalagens e papéis para embalagens, inclusive aqueles já aposentados. A referida unidade de negócios foi transferida em dezembro de 2012 para a então controlada Orsa Embalagens S.A., cujo controle acionário foi alienado em janeiro de 2013. Apesar da Companhia ter mantido, contratualmente, a obrigação do passivo atuarial, a administração não divulgou em nota explicativa a existência dessa obrigação, tampouco reconheceu, mediante cálculo atuarial, a provisão correspondente ao passivo atuarial retido, como previsto no Pronunciamento Técnico CPC 33 - "Benefícios a Empregados". Conseqüentemente, não foi praticável determinar o valor da provisão necessária para fazer frente ao passivo atuarial decorrente desses planos.



Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

- 5 Em dezembro de 2012 foi realizado aumento de capital com aproveitamento de parcela do saldo da rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" referente à diferença do custo atribuído de certos bens do ativo imobilizado da sua unidade de negócios de embalagens e papéis para embalagens, no valor de R\$ 42.041 mil. As práticas contábeis adotadas no Brasil determinam que esses valores sejam transferidos da conta "Ajuste de avaliação patrimonial" para a conta "Lucros ou prejuízos acumulados" ou capitalizados, somente quando realizados. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2016 o capital social está apresentado a maior e a conta "Ajuste de avaliação patrimonial" a menor pelo montante de R\$ 27.747 mil, líquido dos efeitos tributários, sem impacto no total do patrimônio líquido.
- 6 Conforme mencionado na Nota 2.10, a Companhia adota a prática contábil de avaliar suas florestas nativas, com planos de manejo sustentável aprovados, como ativos biológicos, estando tal entendimento baseado no fato da Companhia ser a proprietária das terras, de exercer o controle e segurança sobre as áreas, executar obras de infraestrutura e fundamentalmente preservar uma grande área de mata nativa. Dessa forma, registrou contabilmente como parte do total de ativos biológicos valor referente ao ajuste de avaliação a valor justo das referidas florestas, que totalizou em 31 de dezembro de 2016, R\$ 454.322 mil (2015 - R\$ 443.800 mil), antes dos efeitos tributários. Todavia, segundo definição do CPC 29 - "Ativo Biológico e Produto Agrícola" a Companhia não exerce o gerenciamento de mudança que consiste em facilitar a transformação biológica, promovendo, ou pelo menos estabilizando, as condições necessárias para que o processo de crescimento da floresta ocorra, como por exemplo, nível de nutrientes, umidade, fertilidade, desbastes, entre outros, procedimentos esses que distinguem as atividades agrícolas de outras atividades, citando, inclusive, que desflorestamento não é atividade agrícola. Portanto, o reconhecimento de valor justo dessas florestas nativas está fora do escopo do CPC 29 e não deveria ser reconhecido contabilmente. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2016, o ativo biológico está demonstrado a maior por R\$ 454.322 mil (2015 - R\$ 443.800 mil), o patrimônio líquido está demonstrado a maior por R\$ 299.853 mil (2015 - R\$ 292.908 mil) e o prejuízo do exercício findo nessa data está demonstrado a menor por R\$ 6.945 mil (2015 - R\$ 70.244 mil), líquido dos efeitos tributários, tanto na controladora como no consolidado.
- 7 Não estão sendo apresentadas de forma completa as notas explicativas às demonstrações financeiras relacionadas com gestão de risco financeiro, gestão de capital, qualidade de créditos dos ativos financeiros, divulgação de cláusulas restritivas (*convenants*) dos empréstimos, divulgação dos compromissos assumidos com relação a contratos de arrendamento mercantil operacional, e conciliação da alíquota efetiva dos tributos sobre a renda, como requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 8 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase - continuidade operacional

- 9 Conforme descrito na Nota 1, a Companhia concluiu durante 2015, o plano de modernização da sua unidade fabril de celulose iniciado em 2013, no qual foram despendidas quantias relevantes em custos de reorganização, desenvolvimento e implementação. De acordo com as estimativas e projeções da Companhia, esses custos deverão ser recuperados pelas receitas de operação futura, conforme plano de negócios desenvolvido pela administração, que projeta receitas futuras suficientes para atender aos compromissos de curto prazo, assegurar a realização dos ativos, assim como absorver os prejuízos

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

acumulados pela Companhia até 31 de dezembro de 2016. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude das incertezas associadas à realização das premissas contidas nos planos da administração. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

- 10 A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

- 11 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

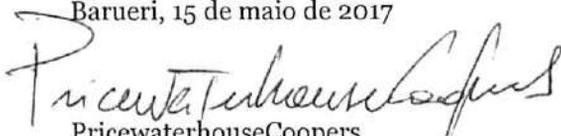
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- 12 Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 15 de maio de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" PA


Emerson Lima de Macedo
Contador CRC 1BA022047/O-1 "S" PA

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Cor
	2016	2015	2016	2015		2016	2015	2016
Circulante					Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	18.902	72.369	26.435	72.460	Fornecedores (Nota 14)	208.661	174.173	213.648
Contas a receber (Nota 6)	35.057	9.573	18.035	16.548	Financiamentos (Nota 15)	379.279	318.877	379.279
Estoques (Nota 7)	84.210	74.702	84.210	74.702	Salários e encargos sociais	47.391	22.434	47.391
Impostos a recuperar (Nota 8)	9.335	3.673	9.335	3.673	Impostos a recolher e parcelados (Nota 16)	70.265	47.581	70.265
Adiantamento a fornecedores	38.003	20.336	38.003	20.336	Outras contas a pagar	5.912	2.537	5.912
Outras contas a receber	14.088	10.655	20.788	18.683		711.508	565.602	716.495
Despesas antecipadas	2.876	124	2.876	124				
	202.471	191.432	199.682	206.526	Não circulante			
Não circulante					Financiamentos (Nota 15)	678.645	835.652	678.645
Realizável a longo prazo					Tributos diferidos, líquidos (Nota 17)	374.603	385.866	374.603
Impostos a recuperar (Nota 8)	111.454	113.216	111.454	113.216	Impostos a recolher e parcelados (Nota 16)	155.076	147.740	155.076
Partes relacionadas (Nota 9)	17.671		43.210	30.600	Partes relacionadas (Nota 9)	250.254	251.646	202.722
Depósitos judiciais (Nota 18)	4.316	4.078	4.316	4.078	Provisão para contingências (Nota 18)	29.137	34.903	29.137
Adiantamento a fornecedores - fomento (Nota 10)	7.938	9.068	7.938	9.068	Outras contas a pagar	7.382	6.395	7.382
	141.379	126.362	166.918	156.962		1.495.097	1.662.202	1.447.565
					Total do passivo	2.206.605	2.227.804	2.164.060
Investimentos (Nota 11)	65.295	96.004			Patrimônio líquido			
Imobilizado (Nota 12)	1.811.515	1.935.049	1.811.515	1.935.049	Capital (Nota 19)	1.162.086	1.162.086	1.162.086
Ativos biológicos (Nota 13)	845.759	859.162	845.759	859.162	Reserva de Capital	6.529	6.529	6.529
	2.722.569	2.890.215	2.657.274	2.794.211	Ajustes de avaliação patrimonial	623.520	651.755	623.520
					Prejuízos acumulados	(932.321)	(840.165)	(932.321)
	2.863.948	3.016.577	2.824.192	2.951.173	Total do patrimônio líquido	859.814	980.205	859.814
Total do Ativo	3.066.419	3.208.009	3.023.874	3.157.699	Total do passivo e patrimônio líquido	3.066.419	3.208.009	3.023.874

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita líquida das vendas (Nota 21)	494.093	305.594	524.927	320.140
Custo das vendas (Nota 23)	(496.707)	(351.549)	(529.190)	(385.684)
Variação do valor justo dos ativos biológicos (Nota 13)	19.804	98.320	19.804	98.320
Lucro (prejuízo) bruto	17.190	52.365	15.541	32.776
(Despesas) receitas operacionais				
Com vendas (Nota 23)	(3.998)	(3.632)	(13.839)	(9.707)
Gerais e administrativas (Nota 23)	(45.873)	(63.987)	(46.682)	(64.187)
Com fábrica em transformação (Nota 1(a) e Nota 23)	-	(59.615)	-	(59.615)
Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 22)	(21.937)	4.445	(21.937)	4.393
	(71.808)	(122.789)	(82.458)	(129.116)
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	(54.618)	(70.424)	(66.917)	(96.340)
Resultado financeiro (Nota 25)				
Receitas financeiras	8.824	11.383	8.891	11.421
Despesas financeiras	(151.340)	(148.919)	(155.852)	(150.436)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	96.189	(213.251)	82.224	(173.194)
	(46.327)	(350.787)	(64.737)	(312.209)
Resultado de participações societárias				
Equivalência patrimonial (Nota 11)	(30.709)	12.662		
	(30.709)	12.662		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(131.654)	(408.549)	(131.654)	(408.549)
Imposto de renda e contribuição social				
Diferido (Nota 17)	11.263	(21.367)	11.263	(21.367)
Liquidação de tributos parcelados		9.427		9.427
	11.263	(11.940)	11.263	(11.940)
Prejuízo do exercício	(120.391)	(420.489)	(120.391)	(420.489)
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			(120.391)	(420.489)
			(120.391)	(420.489)
Prejuízo por ação- expresso em reais (expresso em R\$ por ação) - básico e diluído (Nota 19(c))	(7,52)	(26,28)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo do exercício	(120.391)	(420.489)	(120.391)	(420.489)
Outros componentes do resultado abrangente				
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido (Nota 12 (c))	<u>28.235</u>	<u>29.576</u>	<u>28.235</u>	<u>29.576</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(92.156)</u>	<u>(390.913)</u>	<u>(92.156)</u>	<u>(390.913)</u>
Atribuível				
Acionistas da Companhia			<u>(92.156)</u>	<u>(390.913)</u>
			<u>(92.156)</u>	<u>(390.913)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atribuível aos controladores da Companhia

	Capital social	Reserva de capital – incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2014 (reapresentado)	1.162.086	6.529	681.331	(449.252)	1.400.694
Resultado abrangente do exercício					
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (Nota 12 (c))			(29.576)	29.576	
Prejuízo do exercício				(420.489)	(420.489)
Em 31 de dezembro de 2015	1.162.086	6.529	651.755	(840.165)	980.205
Resultado abrangente do exercício					
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (Nota 12 (c))			(28.235)	28.235	
Prejuízo do exercício				(120.391)	(120.391)
Em 31 de dezembro de 2016	1.162.086	6.529	623.520	(932.321)	859.814

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(131.654)	(408.549)	(131.654)	(408.549)
	(131.654)	(408.549)	(131.654)	(408.549)
Ajustes				
Provisão para perdas - estoques	5.763	(576)	5.763	(576)
Resultado de participações societárias	30.709	(12.662)		
Resultado na venda de bens do imobilizado	(596)	699	(596)	699
Ajuste do valor justo do ativo biológico	(19.804)	(98.320)	(19.804)	(98.320)
Depreciação e exaustão	176.327	164.143	176.327	164.143
Variações monetárias e juros sobre financiamentos, parcelamentos, contratos a pagar e outros	37.041	301.873	37.041	301.873
Provisão para contingência e outros	(5.766)	12.976	(5.766)	12.976
	92.020	(40.416)	61.311	(27.754)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(25.484)	(8.145)	(1.487)	(11.566)
Estoques	(14.626)	15.434	(14.626)	15.434
Impostos a recuperar	(3.900)	(17.252)	(3.900)	(17.252)
Adiantamentos a fornecedores	(5.516)	(2.215)	(5.516)	284
Outros créditos e contas a receber	(3.433)	1.212	(2.105)	(6.816)
Despesas antecipadas	(2.752)	541	(2.752)	541
Depósitos judiciais	(238)	479	(238)	479
Adiantamentos a fornecedores - fomento	1.130	387	1.130	387
Fornecedores	34.488	82.876	33.380	88.971
Salários e encargos sociais	24.957	14.754	24.957	14.754
Impostos a recolher e parcelados	10.541	14.219	10.541	14.219
Outras contas a pagar	4.362	(11.830)	3.887	2.540
	111.549	50.044	104.582	74.221
Caixa provenientes das operações	(60.803)	(55.745)	(60.803)	(55.745)
	50.746	(5.701)	43.779	18.476
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Valor de venda de bens do imobilizado	1.091	2.768	1.091	2.768
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(12.599)	(69.999)	(12.599)	(69.999)
Gastos incorridos com ativos biológico	(20.278)	(31.005)	(20.278)	(31.005)
	(31.786)	(98.236)	(31.786)	(98.236)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Ingresso de financiamentos	72.536	156.731	72.536	156.731
Amortização de financiamentos - principal	(117.714)	(144.277)	(117.714)	(144.277)
Partes relacionadas	(19.063)	32.852	(4.654)	2.299
Amortização de parcelamentos	(8.186)	(9.044)	(8.186)	(9.044)
	(72.427)	36.262	(58.018)	5.709
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos				
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(53.467)	(67.675)	(46.025)	(74.051)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	72.369	140.044	72.460	146.511
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	18.902	72.369	26.435	72.460

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1168 A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A. ("Companhia" ou "JCPE"), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Almeirim, estado do Pará. Seu principal controlador é a Saga Investimento e Participações do Brasil S.A. e, em conjunto com as sociedades controladas e ligadas, compartilha as estruturas e os custos corporativos gerenciais e operacionais.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente, o "Grupo") estão situadas no Brasil e atuam no mercado de celulose para as indústrias de papel e têxtil, exportando grande parcela de sua produção.

Em 2013, iniciou-se o projeto de conversão da sua unidade fabril para a produção de celulose solúvel, produto destinado para o mercado externo e utilizado majoritariamente para a indústria têxtil, assim como podendo ser insumo para as indústrias farmacêuticas e alimentícias em formas mais puras do produto.

As instalações industriais da Companhia estão localizadas em Almeirim, no Estado do Pará. Adicionalmente, a Companhia possui aproximadamente 50.017,36 hectares de eucalipto (não auditado) plantados nos estados do Pará e Amapá, sendo estes 47.863,80 hectares de plantios próprios (não auditado), 2.153,56 hectares de fomento e projeto de manejo sustentável (não auditado) aprovado em 545.000 hectares (não auditado) no estado do Pará

A emissão dessas demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) foi autorizada pela diretoria da Companhia, em 10 de abril de 2017.

(a) Modernização da unidade fabril de celulose

Em 23 de janeiro de 2013, visando à modernização de sua unidade fabril de celulose, estabelecida em Almeirim, a direção da Companhia deliberou pela paralisação das atividades de produção da celulose de mercado (BEKP) para transformação da respectiva unidade em produtora de celulose solúvel, utilizada em larga escala pela indústria têxtil. Com esta modernização a Companhia estará apta a produzir tanto celulose de mercado (BEKP) como celulose solúvel (DWP).

A previsão de retomada das atividades para o primeiro semestre de 2014 não se confirmou. Motivada por sérios problemas financeiros e empresariais, a Jaraçuá Equipamentos Industriais do Nordeste Ltda., "Epecista" contratada, que já não vinha performando o contrato, apresentou pedido de recuperação judicial em junho de 2014 e não concluiu o projeto. Os desdobramentos gerados por tal problema implicaram em atraso no prazo previsto para a retomada das operações.

Os custos fixos, tais como salários, despesas de manutenção, consumo de matérias primas e auxiliares durante os testes relacionados à transformação da fábrica foram classificados na demonstração de resultado na rubrica "despesas com fábrica em transformação" até fevereiro de 2015 no montante de R\$ 59.615 (R\$ 2014 – R\$ 188.585).

Com a retomada da produção em março de 2015 tais custos e despesas foram consideradas como sendo inerentes as atividades fabris de produção e foram consideradas com custo das vendas ou despesas gerais administrativas naquele exercício e nos subsequentes.

Em janeiro de 2015 a Companhia retomou suas atividades fabris, com um plano de produção crescente, produzindo celulose de mercado (BEKP).

Em fevereiro de 2016 foram realizadas as adequações e testes finais para produção de celulose solúvel (DWP), com a conversão total para este produto em março de 2016. A Companhia atingiu a produção prevista no projeto de 20.500 tons de celulose solúvel (DWP) por mês em março de 2017, tendo produzido no ano de 2016, o volume de 165 mil toneladas.

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

VARA DISTRIAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 11694

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Posição financeira

Com a retomada da produção de celulose de mercado no exercício de 2015 e a finalização do projeto de conversão da fábrica para a produção de celulose solúvel em fevereiro de 2016, com a produção de 165 mil toneladas e embarque de 160 mil toneladas no ano de 2016 (não auditado), a administração considera que Companhia terá condições de gerar caixa suficiente para fazer frente aos compromissos assumidos e retorno do capital investido.

Mantidas as condições de produção e principais variáveis de preço e câmbio, a Companhia terá "performance" suficiente para fazer frente às operações de linhas de crédito ao exportador, prática comum para financiamento do capital de giro na indústria de celulose.

A administração da Companhia possui convicção na qualidade do projeto industrial de conversão de celulose solúvel e de seu produto, validando a decisão da mudança sob a ótica econômica e de sustentabilidade no longo prazo.

Os acionistas da Companhia e suas controladas tem o compromisso e a capacidade financeira para manter aportes de recursos necessários para manter a continuidade das suas operações, motivo pelo qual a administração determinou que as demonstrações financeiras sejam elaboradas com base nos princípios contábeis no pressuposto de continuidade.

Comentários quanto ao risco de liquidez estão mencionados na Nota 3.1(c).

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de determinadas classes de bens do ativo imobilizado, remensuração de ativos biológicos ao seu valor justo e os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.21.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigindo a partir de 2017 que possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 das sociedades controladas sediadas no exterior, preparadas nas mesmas data-base das demonstrações financeiras da Companhia, foram, quando aplicável, harmonizadas com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e registradas em reais, utilizando os critérios estabelecidos no Pronunciamento CPC 02 (R2).

(ii) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1372 M

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajustes de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Consolidado são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros no momento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1173/4

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem principalmente "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber", "Partes relacionadas", "Depósitos Judiciais" e "Outros créditos".

(c) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

O Grupo não mantém operações com instrumentos financeiros não refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, assim como não realizou operações com derivativos financeiros (contratos de *swap*, troca de moedas ou indexadores, contratos futuros, mercado a termo e de opções, entre outros).

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras" no período em que ocorrem.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 *Impairment* de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (a) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 5174 M

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (c) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (d) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (e) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de realização duvidosa (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação atual de cada cliente.

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1125/11

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método da avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e os respectivos gastos gerais de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.8 Depósitos judiciais

Existem situações em que o Grupo questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo, estando demonstrados no realizável a longo prazo, atualizados monetariamente (Nota 18).

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

A Companhia e suas sociedades controladas optaram por adotar o custo atribuído (*deemed cost*) para determinadas classes de bens. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários correspondentes.

A parcela do ajuste de avaliação patrimonial é transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados na mesma proporção em que os bens são depreciados, exceto para terras, que não são depreciadas. A parcela do ajuste de avaliação patrimonial de terrenos e terras para reflorestamento somente será transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados quantos os referidos bens forem alienados ou baixados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando for provável que tragam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos.

Terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos ou seus valores reavaliados aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como apresentada a seguir. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a administração do Grupo avaliou as taxas atuais e decidiu manter inalterada as taxas obtidas no ano anterior.

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1176 M

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Taxa média</u>
Máquinas e equipamentos	5
Edificações	2
Móveis e utensílios	5
Instalações	4
Veículos pesados	13
Benfeitorias	4
Outros	4

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos", na demonstração do resultado.

O Grupo não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

2.10 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte. Sua exaustão é calculada com base no corte das florestas.

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucaliptos, proveniente exclusivamente de plantio renováveis. O processo de colheita e plantio tem um ciclo aproximado de 5 a 8 anos, variável com base na cultura e material genético a que se refere.

A avaliação dos ativos biológicos é feita anualmente pelo Grupo, sendo o ganho ou perda do valor justo dos ativos biológicos reconhecido no resultado no período em que ocorreram, em linha específica das demonstrações do resultado, denominada "Variação do valor justo dos ativos biológicos". O aumento ou a diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e final do período, menos os custos incorridos de plantio no desenvolvimento dos ativos biológicos e ativos biológicos exauridos no período.

2.11 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

O grupo arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros são reconhecidas no passivo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo e classificado no grupo correspondente do bem.

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1177-11

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar serão apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o prazo de 45 dias para pagamento aos fornecedores, sendo esse prazo considerado como parte das condições comerciais inerentes às operações do Grupo, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**2.16 Imposto de renda e contribuição
social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as controladas da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

**2.17 Outros ativos e passivos circulante
e não circulante**

Os demais ativos circulante e não circulante estão demonstrados ao valor de custo ou de realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

Os demais passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

2.18 Benefícios a funcionários e dirigentes

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela administração e contabilizadas, por ocasião do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável em contas de despesas com salários e no resultado do exercício.

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas controladas não mantêm planos de pensão, de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios para seus funcionários e dirigentes pós saída da Companhia.

2.19 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios e inclui os rendimentos encargos e variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulante e não circulante, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e quando os respectivos riscos e recompensas são transferidos para o comparador.

2.20 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. A administração da Companhia, pautado em base fundamentada poderá recomendar e requerer a seus acionistas que em determinado exercício haja a proposição de um dividendo inferior ao mínimo garantido, ou até mesmo a retenção integral dos lucros, visando a formação de disponibilidade financeira para liquidação de seus compromissos ou até mesmo formação de reservas necessárias à implementação de seu plano de investimentos.

2.21 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, são: (a) imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17); (b) valorização de ativos biológicos (Nota 13); (c) revisão da vida útil e recuperação do ativo imobilizado (Nota 12); (d) passivos contingentes (Nota 18); e (e) redução do valor recuperável de contas a receber e outros ativos (Nota 6).

3 Política de gestão de riscos financeiros

3.1 Fatores de riscos financeiros

A política de gerenciamento de risco do Grupo foi definida pela Diretoria. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) **Risco de mercado**

(i) **Risco com taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2016, os financiamentos totalizavam R\$ 1.057.924 (Nota 15).

(ii) **Risco com taxa de câmbio**

O risco associado decorre da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas decorrente de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes equivalentes a US\$ 7.307 mil (2015 - US\$ 6.148 mil) e US\$ 98.401 mil (2015 - US\$ 99.051 mil), respectivamente. Na controladora havia - ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes equivalentes a US\$ 65.201 mil (2015 - US\$ 2.170 mil) e US\$ 92.438 mil (2015 - US\$ 91.884 mil), respectivamente.

A administração entende que com a produção e exportação de celulose o Grupo desenvolverá a cobertura cambial necessária, considerando que as contratações lastreadas em US\$ tem prazo de vencimento após o início de recebimento de suas futuras exportações. A estratégia principal é que referidas exportações atuem como um "hedge natural" para parte das operações passivas em moeda estrangeira.

(b) **Risco de crédito**

O risco de crédito é administrado pela diretoria do Grupo. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, exposições de crédito de contas a receber em aberto e operações com partes relacionadas. A área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito dos clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas definidos pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para os clientes são geralmente interrompidas quando há evidência de inadimplência. Para os demais com histórico de inadimplências, a administração exige em alguns casos o recebimento antecipado. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. (Nota 6).

(c) **Risco de liquidez**

É o risco de o Grupo não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Tesouraria do Grupo.

A composição por modalidade, em 31 de dezembro de 2016, pode ser assim demonstrada:

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha n.º 1181-1

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	Curto prazo	Longo prazo	Total
Fornecedores	213.648		213.648
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	169.297	28.550	197.847
Pré-Pagamento de Exportação (PPE)	11.075	85.063	96.138
Cédula de crédito Exportação	24.146		24.146
Arrendamento Mercantil - leasing	289	63	352
FINAME/FINEP	105.710	633.731	739.441
Parcelamento de impostos	16.431	155.076	171.507
Outras contas a pagar	5.912	7.382	13.294
	546.508	909.865	1.456.373

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez no curto prazo, uma vez que, no decorrer do ano de 2016 as dívidas de curto prazo mais onerosas foram liquidadas e as novas dívidas foram contraídas com carência e prazos alongados, como linhas de financiamento aos investimentos junto ao BNDES e FINEP, além do fato de que parcela substancial dos financiamentos de curto prazo corresponder a empréstimos que são renováveis automaticamente.

O mercado está bastante positivo ao exportador, principalmente pelo ajuste cambial dos últimos meses, o que indica tendência de alta, mantendo o câmbio favorável à exportação. Além desse fator, a Companhia exporta 100% de sua produção para o mercado Asiático, que tem mantido crescimento sustentável.

A Companhia atua num mercado onde a demanda é maior que a oferta e, após ter se mantido estável no seu menor preço histórico, a celulose iniciou o ciclo de aumentos, seguindo a tendência de aumento da viscosa, garantindo assim os resultados projetados para os próximos anos. Aliado a esse fator, sua celulose será utilizada, a princípio, no setor têxtil para a fabricação de viscosa e, a partir de 2018, atenderá também o setor alimentício, que possui maiores preços e melhores margens.

A Companhia também tem negociado a venda de ativos florestais e renegociado com instituições financeiras para alongamento de sua dívida, o que também contribuirá para reduções das pressões de sua liquidez no curto prazo.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Recursos em bancos e em caixa	270	377	7.803	468
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) (i)	25.960	80.113	25.960	80.113
Remuneração de saldo no exterior (ii)			1.404	1.682
Impairment (iii)	(7.328)	(8.121)	(8.732)	(9.803)
	<u>18.902</u>	<u>72.369</u>	<u>26.435</u>	<u>72.460</u>

As aplicações em CDBs são parte das garantias aos financiamentos que a empresa possui junto as instituições financeiras.

(i) Remuneração equivalente entre 100% a 105% do CDI.

(ii) Saldo no exterior em US\$ remunerado a 0,10% ao ano, acima da variação da taxa LIBOR.

(iii) Está representada por perda de aplicação em fundo de investimento de renda fixa, cujo lastro eram títulos emitidos pelo Banco Santos S.A., o qual teve suas operações encerradas, ocorrendo apenas a devolução parcial do montante investido. A Companhia está discutindo em juízo o recebimento do saldo remanescente da referida aplicação, cuja possibilidade de perda, consoante posição dos assessores jurídicos, é provável.

As aplicações financeiras possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudanças de valor.

5 Instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria, em cada uma das datas apresentadas, pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	2016	2015
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalente de caixa	18.902	72.369
Contas a receber	35.057	9.573
Partes relacionadas	17.671	
Outras contas a receber	14.088	10.655
Depósitos judiciais	4.316	4.078
	<u>90.034</u>	<u>96.675</u>
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	208.661	174.173
Financiamentos	1.057.924	1.154.529
Partes relacionadas	250.254	251.646
Outras contas a pagar	13.294	8.932
	<u>1.530.133</u>	<u>1.589.280</u>

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2016	2015
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalente de caixa	26.435	72.460
Contas a receber	18.035	16.548
Partes relacionadas	43.210	30.600
Outras contas a receber	20.788	18.683
Depósitos judiciais	4.316	4.078
	<u>112.784</u>	<u>142.369</u>
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	213.648	180.268
Financiamentos	1.057.924	1.154.529
Partes relacionadas	202.722	194.766
Outras contas a pagar	13.294	9.407
	<u>1.487.588</u>	<u>1.538.970</u>

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Clientes				
No país	1.758	1.105	1.758	1.105
No exterior			16.277	15.443
Partes relacionadas (Nota 9)	33.299	8.468		
	<u>35.057</u>	<u>9.573</u>	<u>18.035</u>	<u>16.548</u>

Não há nenhum ônus ou gravames sobre a contas a receber de clientes

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
A vencer	33.299	8.605	7	136
Vencidas				
De 1 a 30 dias	81	46	5.799	4.111
De 31 a 60 dias				
Vencidas há mais de 60 dias	1.677	922	12.229	12.301
	<u>35.057</u>	<u>9.573</u>	<u>18.035</u>	<u>16.548</u>

Não foi constituída nova provisão para perda, pois a Companhia entende que há expectativa de recebimento de todos os valores baseado em análises da área de crédito.

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Matérias-primas	30.439	21.749	30.439	21.749
Produtos acabados	16.178	8.670	16.178	8.670
Material de uso e consumo	55.139	56.066	55.139	56.066
Perda por obsolescência	(17.546)	(11.783)	(17.546)	(11.783)
	<u>84.210</u>	<u>74.702</u>	<u>84.210</u>	<u>74.702</u>

Não há nenhum ônus ou gravames sobre os estoques.

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	48.162	35.561	48.162	35.561
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	2.147	1.940	2.147	1.940
Programa de Integração Social (PIS) (i)	11.311	13.265	11.311	13.265
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (i)	51.985	64.394	51.985	64.394
Imposto de Renda Retido na Fonte	4.535	1.729	4.535	1.729
Outros créditos - Reintegra	2.649		2.649	
	120.789	116.889	120.789	116.889
Ativo circulante	(9.335)	(3.673)	(9.335)	(3.673)
Ativo não circulante	111.454	113.216	111.454	113.216

(i) A Companhia, por ter suas receitas substancialmente oriundas de exportação, acumula créditos de PIS e COFINS. Dessa forma, apresentam diversos pedidos que geraram processos administrativos junto aos órgãos Fazendários solicitando o direito de compensação dos referidos créditos, cuja situação atual é a seguinte:

(a) Créditos reconhecidos em primeira decisão no CARF, ainda pendentes de confirmação em sede de Recurso a CSRF, em treze processos, no montante de R\$ 10.073 (2015 – R\$ 10.073)

(b) Créditos glosados em primeira decisão no CARF, pleiteados pela Companhia em recurso à CSRF, no montante de R\$ 11.787 (2015 – R\$ 11.787).

(c) Créditos ainda pendentes de pedido de reconhecimento no montante de R\$ 41.436.

A Companhia aguarda a aprovação do pedido de homologação dos créditos tributários de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado do Pará, no montante de R\$ 34.533 (2015 – R\$ 34.533) para utilização de tais créditos na compensação do parcelamento tributário do ICMS e de processos fiscais (Nota 16).

Ainda estão pendentes de pedido de homologação dos créditos tributários de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado do Pará, no montante de R\$ 13.629 (2015 – R\$ 1.028)

Os créditos de PIS e COFINS, segundo definição do CARF, não estão sujeitos a atualização monetária. Quanto aos créditos de ICMS, a atualização monetária somente é reconhecida após requerimento em esfera judicial, uma vez que as autoridades fiscais não admitem administrativamente eventuais atualizações dos referidos créditos.

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo				
Circulante				
Contas a receber (Nota 6) – Jari Pulp LLC	33.299	8.468		
Não circulante - realizável a longo prazo				
Créditos com sociedades controladora, controladas, ligadas e acionistas				
Jari S.A.			25.539	30.600
Saga Investimento e Participações do Brasil S.A	17.671		17.671	
	17.671	-	43.210	30.600
Total do ativo	50.970	8.468	43.210	30.600
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Passivo				
Não circulante				
Débitos com sociedades controladora, controladas e ligadas				
Saga Investimento e Participações do Brasil S.A		3.302		3.302
Grupo Saga S.A	183.286	163.571	183.286	163.571
Jari Pulp LLC	64.286	77.022		
Jarcel International Ltd.	2.682	7.751		
Jari Overseas Ltd			7.885	9.449
Jari International Inc.			11.551	13.919
Jari Florestal S.A				4.525
Total do passivo	250.254	251.646	202.722	194.766

Os créditos com partes relacionadas não estão sujeitos a encargos financeiros, como também não possuem garantias e vencimentos.

As principais transações de vendas no exercício de 2016 com as partes relacionadas no exterior (Jari Pulp LLC) foram feitas pelo preço médio de mercado internacional de celulose, em dólar estadunidense, e convertidas para reais no momento da transação para fins de consolidação, reduzido dos custos estimados de desembarço aduaneiro e frete.

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração total dos administradores foi de R\$ 3.749 (2015 - R\$ 3.614) na controladora e no consolidado, que corresponde em sua totalidade a benefícios de curto prazo. No exercício de 2016, não existem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e nenhuma remuneração baseada em ações.

10 Adiantamentos a fornecedores - fomento

Está representado por investimentos em terras de terceiros, para os quais o Grupo efetua adiantamentos para cultivo do plantio, abatendo futuramente do valor de compra da madeira, não estando estes adiantamentos sujeitos a avaliação a valor justo.

A movimentação ocorrida no exercício está representada por adiantamentos concedidos no montante de R\$ 659 (2015 - R\$1.138) e baixa de R\$ 1.789 (2015 - R\$ 1.525) na controladora e no consolidado.

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Investimentos

(a) Sociedades controladas

	Percentual de participação		Exercício findo em 31 de dezembro de 2016		Investimentos (Controladora)	
	2016	2015	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido	2016	2015
Controladas diretas						
Jarcel International Ltd. (i)	100	100	20.517	(4.257)	20.517	24.774
Jari Pulp LLC (ii)	100	100	44.778	(26.452)	44.778	71.230
Grupo de Investimentos Jari S.A (iii)	99	99				
					<u>65.295</u>	<u>96.004</u>

(i) A Jarcel International Ltd tem por atividade o comércio de celulose na Ásia.

(ii) A Jari Pulp LLC tem por atividade o comércio de celulose na Europa e na Ásia.

(iii) – Em 7 de julho de 2015 foi constituída a empresa Grupo de Investimentos Jari S.A que tem por objeto a participação em outras sociedades nacionais e internacionais, participações em investimentos imobiliários, intermediação de bens ou negócios próprios e de terceiros, aquisição e venda de ativos, venda de propriedades rurais e de ativos florestais e ainda participação em quaisquer outras sociedades ou fundos de investimentos, como acionista e/ou quotista.

(b) Movimentação dos investimentos (controladora)

	31 de dezembro de 2014	Equivalência patrimonial	31 de dezembro de 2015	Equivalência patrimonial	31 de dezembro de 2016
Jarcel International Ltd.	17.070	7.704	24.774	(4.257)	20.517
Jari Pulp	66.272	4.958	71.230	(26.452)	44.778
	<u>83.342</u>	<u>12.662</u>	<u>96.004</u>	<u>(30.709)</u>	<u>65.295</u>

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado

(a) Controladora

	Máquinas e equipamentos	Edificações	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Benfeitorias	Leito ferroviário	Terrenos	Terras para exploração	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldo contábil líquido, em 31 de dezembro de 2014	435.745	144.967	573	7.058	1.270	104.112	48.421	228	766.403	11.095	1.519.872	489.316	2.009.188
Aquisição	103	-	95	-	-	-	-	-	-	249	447	73.099	73.546
Baixa	(3.964)	(1)	-	(4.987)	(662)	(1.126)	-	-	-	-	(10.740)	(3.546)	(14.286)
Transferência	485.001	12.825	85	4.285	-	-	-	-	-	-	502.176	(502.176)	-
Depreciação	(116.465)	(8.850)	(129)	(219)	149	(6.076)	-	-	-	(1.809)	(133.399)	-	(133.399)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	800.420	148.941	624	6.117	757	96.910	48.421	228	766.403	9.535	1.878.356	56.693	1.935.049
Custo total	2.095.502	274.460	4.846	27.541	14.525	162.810	48.421	228	766.403	52.092	3.446.828	56.693	3.503.521
Depreciação total	(1.295.082)	(125.519)	(4.222)	(21.424)	(13.768)	(65.900)	-	-	-	(42.557)	(1.568.472)	-	(1.568.472)
Saldo contábil líquido, em 31 de dezembro de 2015	800.420	148.941	624	6.117	757	96.910	48.421	228	766.403	9.535	1.878.356	56.693	1.935.049
Aquisição	19	-	27	-	-	-	-	-	-	80	106	342	448
Baixa	(53)	-	-	(442)	-	-	-	-	-	(645)	(1.140)	-	(1.140)
Depreciação	(104.584)	(7.043)	(129)	(2.618)	(428)	(6.489)	-	-	-	(1.551)	(122.842)	-	(122.842)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	695.802	141.898	522	3.057	329	90.421	48.421	228	766.403	7.399	1.754.480	57.035	1.811.515
Custo total	2.095.458	274.460	4.873	27.099	14.525	162.810	48.421	228	766.403	51.507	3.445.794	57.035	3.502.829
Depreciação total	(1.399.656)	(132.562)	(4.351)	(24.042)	(14.196)	(72.389)	-	-	-	(44.108)	(1.691.314)	-	(1.691.314)
Saldo contábil líquido, em 31 de dezembro de 2016	695.802	141.898	522	3.057	329	90.421	48.421	228	766.403	7.399	1.754.480	57.035	1.811.515
Vida útil	5	2	5	13	4	4	(*)	-	-	4	-	-	-

(*). Considera-se como leito ferroviário as vias onde os trilhos e dormentes estão dispostos (63 Km de ferrovias).

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Consolidado

	Máquinas e equipamentos	Edificações	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Benfeitorias	Leito ferroviário	Terrenos	Terras para exploração	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldo contábil líquido, em 31 de dezembro de 2014	435.745	144.967	573	7.058	1.270	104.112	48.421	228	766.403	11.095	1.519.872	489.316	2.009.188
Aquisição	103	-	95	-	-	-	-	-	-	249	447	73.099	73.546
Baixa	(3.964)	(1)	-	(4.987)	(662)	(1.126)	-	-	-	-	(10.740)	(3.546)	(14.286)
Transferência	485.001	12.825	85	4.265	-	-	-	-	-	-	502.176	(502.176)	-
Depreciação	(116.465)	(8.850)	(129)	(219)	149	(6.076)	-	-	-	(1.809)	(133.399)	-	(133.399)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	800.420	148.941	624	6.117	757	96.910	48.421	228	766.403	9.535	1.878.356	56.693	1.935.049
Custo total	1.853.812	257.167	3.090	23.813	14.525	164.419	48.421	228	766.403	51.601	3.183.479	56.693	3.240.172
Depreciação total	(1.053.392)	(108.226)	(2.466)	(17.696)	(13.768)	(67.509)	-	-	-	(42.066)	(1.305.123)	-	(1.305.123)
Saldo contábil líquido, em 31 de dezembro de 2015	800.420	148.941	624	6.117	757	96.910	48.421	228	766.403	9.535	1.878.356	56.693	1.935.049
Aquisição	19	-	27	-	-	-	-	-	-	60	106	342	448
Baixa	(53)	-	-	(442)	-	-	-	-	-	(645)	(1.140)	-	(1.140)
Depreciação	(104.584)	(7.043)	(129)	(2.618)	(428)	(6.489)	-	-	-	(1.551)	(122.842)	-	(122.842)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	695.802	141.898	522	3.057	329	90.421	48.421	228	766.403	7.399	1.754.480	57.035	1.811.515
Custo total	1.853.778	257.167	3.117	23.371	14.525	164.419	48.421	228	766.403	51.016	3.182.445	57.035	3.239.480
Depreciação total	(1.157.976)	(115.269)	(2.595)	(20.314)	(14.196)	(73.998)	-	-	-	(43.617)	(1.427.965)	-	(1.427.965)
Saldo contábil líquido, em 31 de dezembro de 2016	695.802	141.898	522	3.057	329	90.421	48.421	228	766.403	7.399	1.754.480	57.035	1.811.515
Vida útil	5	2	5	13	4	4	(*)			4			

(*) Considera-se como leito ferroviário as vias onde os trilhos e dormentes estão dispostos (63 Km de ferrovias).

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Adoção do custo atribuído (*deemed cost*)

Conforme faculdade prevista no CPC 27 e na ICPC 10, a Companhia adotou em 31 de dezembro de 2009 o valor justo como custo atribuído aos bens do ativo imobilizado, que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ao seu valor justo; ou seja, os custos a serem atribuídos aos bens foram apurados para que estes ativos refletissem seu valor justo passando este a ser considerado como novo valor de custo do imobilizado. O referido ajuste, líquido dos efeitos tributários, teve como contrapartida a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido.

Abaixo quadro demonstrando a realização do ajuste de avaliação patrimonial.

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depreciação do ajuste de avaliação patrimonial	(42.770)	(43.809)
Baixas ajuste avaliação patrimonial – inutilização IRPJ e CSLL diferidos	(10)	(1.003)
	<u>14.545</u>	<u>15.236</u>
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	<u>(28.235)</u>	<u>(29.576)</u>

A Companhia procedeu no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a correção de erro relativo ao custo atribuído das terras referentes às áreas de florestas nativas nos estados do Pará e Amapá. Considerando que o método de avaliação adotado em 2009 (fluxo de caixa descontado) não reflete a metodologia adequada para a determinação do valor de "terra nua", a Companhia contratou uma empresa de avaliação de ativos, com o objetivo de avaliar a totalidade das terras de sua propriedade localizadas nos estados do Amapá e Pará. O trabalho foi realizado para a totalidade das terras da Companhia, totalizando 1.256.224 hectares, sendo 909.489 hectares localizados no estado do Pará e 346.735 hectares localizados no estado do Amapá e elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Engenharia de Avaliações da ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 14653-3 Imóveis Rurais. As terras foram avaliadas através do método comparativo de dados de mercado. Para tal, foram efetuadas pesquisas de valores de terras a venda em áreas próximas e comparáveis as áreas das terras, objeto de avaliação. Aos valores assim obtidos foram aplicados coeficiente de ajustes adequados representativos da localização, acesso, topografia, qualidade de solo, recursos hídricos, dimensões e fatores de especulação de mercado, que permitiu a obtenção de valores homogêneos, resultando em um valor das terras para a data base de 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 1.238.991 mil. A Companhia registrou o montante de R\$ 712.282 mil, antes dos efeitos tributários, relativos à área de 721.562 hectares, destes 545.022 hectares localizados no estado do Pará e 176.540 hectares localizados no estado do Amapá originalmente avaliados em 2009.

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Ativos biológicos

	Controladora e Consolidado	
	Florestas	
	2016	2015
Saldo inicial em 01 de janeiro	859.162	753.309
Ajuste do valor justo	19.804	98.320
Gastos com plantio	20.278	31.005
Exaustão de florestas	(53.485)	(23.472)
Saldo final em 31 de dezembro	845.759	859.162

Os ativos biológicos da empresa compreendem o cultivo e plantio de florestas de eucaliptos para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose.

Em 31 de dezembro de 2016, a empresa possuía 50.017 hectares (2015 – 55.201 hectares) (não auditado) de florestas plantadas desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que deve ser mantida para atendimento a legislação ambiental brasileira.

O saldo dos ativos biológicos do Grupo é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo.

Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, material genético, potencial produtivo, rotação e idade das florestas. O conjunto dessas características compõe um índice denominado Incremento Médio Anual (IMA), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade. O plano de corte das culturas mantidas pela Companhia é variável entre seis e sete anos para eucalipto.

Os preços dos ativos biológicos, denominados em reais/metro cúbico, são obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referentes a terras, em decorrência de se tratarem de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo.

A administração da Companhia, adotou a taxa de desconto de 8,6 % (8,5 % em 2015) para apuração dos valores presentes, por entender que a referida taxa reflete com maior propriedade os juros e descontos praticados no mercado financeiro e empresarial.

A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos exauridos no período e sua exaustão foi apropriada ao custo de produção.

Adicionalmente, a Companhia possui projetos de manejo florestal que consiste na exploração de florestas tropicais certificadas pelo FSC. Esta exploração está baseada na possibilidade de retirada de um volume de madeira que possa ser reposto naturalmente em um determinado ciclo de produção sustentável.

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O empresa contratou a empresa especializada Solufor Soluções Florestais Ltda. que realizou a avaliação de suas florestas para o ano de 2016, emitindo laudo de avaliação técnica seguindo os procedimentos estabelecidos no CPC 29 - "Ativo Biológico e Produto Agrícola", assim como em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnica, para avaliação de propriedade rural, que consiste em apurar o valor econômico dos plantios florestais, retratando a situação existente no Grupo em 31 de dezembro de 2016, quanto aos plantios existentes. O período dos fluxos de caixa foi projetado de acordo com o ciclo de produtividade das áreas objeto de avaliação.

As principais variáveis que justificam o aumento do valor dos ativos biológicos são:

- Incremento no preço praticado da madeira em todas as classes de sortimento e em ambas as espécies.
- O fluxo de produção de madeira planejado para ocorrer em 2014 e 2015 não foi concretizado, aumentando o estoque de madeira em 2015.
- Revisão dos extratos florestais com base no inventário verificando-se um aumento da produtividade por unidade de área.
- Ausência de corte durante um ano potenciando o aumento do volume florestal e o crescimento das toras.
- Diluição do Custo de Oportunidade do uso da Terra (COT).

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
No exterior	11.685	13.008	16.672	19.103
No País	196.976	161.165	196.976	161.165
	<u>208.661</u>	<u>174.173</u>	<u>213.648</u>	<u>180.268</u>

Representado substancialmente por compra de materiais de construção e equipamentos para modernização da fábrica, e compra de matérias primas e materiais auxiliares com o retorno da produção de celulose.

15 Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Em moeda estrangeira				
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	197.847	190.462	197.847	190.462
Pré-Pagamento de Exportação (PPE)	96.138	127.851	96.138	127.851
Cédula de Crédito a Exportação	24.146	27.467	24.146	27.467
Em moeda nacional				
Arrendamento mercantil - <i>leasing</i>	352	482	352	482
FINAME / FINEP	739.441	808.267	739.441	808.267
	<u>1.057.924</u>	<u>1.154.529</u>	<u>1.057.924</u>	<u>1.154.529</u>
Passivo circulante	<u>(379.279)</u>	<u>(318.877)</u>	<u>(379.279)</u>	<u>(318.877)</u>
Passivo não circulante	<u>678.645</u>	<u>835.652</u>	<u>678.645</u>	<u>835.652</u>

O montante dos financiamentos em moeda estrangeira (principal e juros em dólares estadunidenses) totalizam US\$ 97.613 mil (2015 - US\$ 88.553 mil) na controladora e no consolidado. Os referidos financiamentos em moeda estrangeira estão divididos em operações com juros prefixados entre de 6% a 11% ao ano.

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os Empréstimos e financiamentos em moeda nacional, têm encargos financeiros equivalentes a TJLP + 2,30% ao ano e encargos de cesta de moedas + 4,75% para operações com o BNDES; juros prefixados de 3,5% ao ano para operações com o FINEP; juros médios de 15% ao ano para as demais operações.

O total dos financiamentos são garantidos por terrenos, edificações e máquinas e equipamentos da Companhia, além de notas promissórias e avais dos acionistas controladores.

A Companhia possui obrigações relacionadas aos contratos de financiamentos (covenants), dentre elas a apresentação das demonstrações contábeis no prazo de 90 dias períodos intermediários, sem revisão dos auditores independentes, manutenção de certos índices que medem em percentuais o nível de geração de caixa, "performance" de volume de exportação, bem como o nível máximo de comprometimento financeiro sobre a capacidade de geração de caixa, a apresentação das demonstrações contábeis nos prazos definidos contratualmente.

Para alguns contratos de financiamento a Companhia não conseguiu honrar na totalidade tais compromissos, e desta forma, como preceitua a legislação contábil vigente, embora o financiamento no montante de R\$ 68.762 apresente características de longo prazo, a Companhia resolveu refleti-lo integralmente no passivo circulante. A Companhia encontra-se em estágio avançado de negociação com o banco credor, visando a obtenção de carta renunciando o direito de antecipar o vencimento e exigir a liquidação do financiamento. Desta forma não haverá impacto futuro nos fluxos de caixa da Companhia e do Consolidado pela exigência de antecipação de pagamento e a Companhia considera que atualmente possui todas as condições de arcar com as liquidações a longo prazo previsto no contrato.

O montante a longo prazo descrito anteriormente, tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
2017		117.788		117.788
2018	113.677	103.103	113.677	103.103
2019	96.466	77.128	96.466	77.128
2020	106.888	209.696	106.888	209.696
2021	118.318	151.999	118.318	151.999
2022	139.638	95.498	139.638	95.498
Após 2022	103.658	80.440	103.658	80.440
	<u>678.645</u>	<u>835.652</u>	<u>678.645</u>	<u>835.652</u>

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Impostos a recolher e parcelados

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Impostos correntes retidos na fonte				
Imposto de Renda Retido na Fonte	3.184	949	3.184	949
INSS sobre Prestação de Serviços	26.458	9.445	26.458	9.445
PIS - COFINS - CSLL sobre prestação de serviços	4.474	1.066	4.474	1.066
ISS a recolher	11.934	7.717	11.934	7.717
IOF a recolher	7.784	10.645	7.784	10.645
Outros impostos correntes retidos na fonte	-	1	-	1
	<u>53.834</u>	<u>29.823</u>	<u>53.834</u>	<u>29.823</u>
Impostos sobre operações de vendas				
Imposto sobre Circularização de Mercadorias (ICMS)	-	37	-	37
	<u>-</u>	<u>37</u>	<u>-</u>	<u>37</u>
Impostos parcelados				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - Pará (i)	17.324	8.883	17.324	8.883
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - São Paulo (ii)	106.710	110.422	106.710	110.422
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - Paraná (iv)	57	61	57	61
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - Bahia (v)	259	330	259	330
Parcelamento especial - SRFB - INSS - REFIS (iii)	1.767	175	1.767	175
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) INSS Lei 12.996/14 (vi)	45.390	45.590	45.390	45.590
	<u>171.507</u>	<u>165.461</u>	<u>171.507</u>	<u>165.461</u>
	<u>225.341</u>	<u>195.321</u>	<u>225.341</u>	<u>195.321</u>
Passivo circulante	<u>(70.265)</u>	<u>(47.581)</u>	<u>(70.265)</u>	<u>(47.581)</u>
Passivo não circulante	<u>155.076</u>	<u>147.740</u>	<u>155.076</u>	<u>147.740</u>

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em dezembro de 2008, a Companhia teve créditos de ICMS homologados pela Secretaria da Fazenda do Estado do Pará, no montante de R\$ 20.087, e utilizou tais créditos para compensação dos débitos fiscais de ICMS, no montante atualizado de R\$ 40.133. Parte deste valor estava apresentado na rubrica "Contingências tributárias". O saldo remanescente foi parcelado em 120 parcelas com vencimento final em novembro de 2018.

A Companhia aguarda a aprovação do pedido de homologação dos créditos tributários para a compensação do saldo remanescente do parcelamento tributário de ICMS (Nota 8).

- (ii) Em 2010, a Companhia solicitou parcelamento de débitos de ICMS (36 meses), vencendo a última parcela em setembro de 2013. Em 04 de abril de 2013 aderiu ao Programa Especial de Parcelamento do ICMS conforme termo de aceite, assim consolidando os valores das competências em atrasos e do parcelamento anterior, esse novo parcelamento foi dividido em 120 parcelas a findar-se em março de 2023.

Em junho de 2015 devido atraso no pagamento de 3 parcelas, montante da dívida foi novamente incluído na Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. Em 14 de dezembro de 2015 a Companhia aderiu novamente ao novo parcelamento Programa Especial de Parcelamento do ICMS, conforme termo de aceite do PEP Nº 20208395-6, assim consolidando os débitos que estavam na Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, em 120 parcelas com vencimento final em novembro de 2025.

- (iii) Em outubro de 2015 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Parcelamento Lei 18.468/2015 do Estado do Paraná, referente a processo de débito de ICMS conforme certidão de dívida ativa Nº 03124449-8, esse parcelamento foi dividido em 120 parcelas com vencimento final em setembro de 2025.

- (iv) Em dezembro de 2015 a companhia aderiu ao parcelamento especial Lei 13.449/15 do Estado da Bahia, referente a débitos de processo de ICMS, esse parcelamento foi dividido em 36 parcelas com vencimento final em novembro de 2018.

- (v) Em novembro de 2009, a Companhia utilizou-se dos benefícios da Lei nº 11.941/09 e da Medida Provisória nº 470/2009 REFIS - Parcelamento Especial, aderindo ao novo parcelamento dos seus débitos com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, para pagamento em 161 parcelas mensais, com vencimento final em outubro de 2024.

- (vi) Em janeiro de 2012, a Companhia reparcelou o saldo remanescente de parcelamento de IPI, incluindo o montante em atraso de R\$ 38.008, para pagamento em 60 parcelas, com vencimento final em junho de 2017. Em agosto de 2014 aderiu a Lei 12.996/14 consolidando os débitos de IPI e INSS para pagamento em 180 parcelas mensais, com vencimento final em julho de 2029.

17 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas sociedades controladas possuem prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável, como apresentados a seguir:

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízos fiscais	1.723.358	1.675.251	1.723.358	1.675.251
Bases de cálculo negativa da contribuição social	1.639.666	1.598.124	1.639.666	1.598.124
Despesas não dedutíveis temporariamente	57.934	58.870	57.934	58.870
Reavaliação de bens do ativo imobilizado				
Bens depreciables	23.494	26.613	23.494	26.613
Bens não depreciables	714.795	714.795	714.795	714.795
Custo atribuído (deemed cost)	206.439	246.100	206.439	246.100
Diferença Taxa Depreciação	154.054	167.380	154.054	167.380
Avaliação de ativos biológicos	454.322	443.800	454.322	443.800
Ajustes da Lei no. 8.200/91 - IPC/90				
Bens depreciables	37.793	44.358	37.793	44.358
Bens não depreciables	41.006	41.006	41.006	41.006

A composição do imposto de renda e contribuição social diferida ativo e passivo é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo não circulante				
Prejuízos fiscais	116.483	119.901	116.483	119.901
Bases de cálculo negativa de contribuição social	44.061	45.469	44.061	45.469
	<u>160.544</u>	<u>165.370</u>	<u>160.544</u>	<u>165.370</u>
Passivo não circulante				
Reavaliação de bens do ativo imobilizado				
Bens depreciables	(7.989)	(9.048)	(7.989)	(9.048)
Bens não depreciables	(243.030)	(243.030)	(243.030)	(243.030)
Custo atribuído (deemed cost)	(70.189)	(83.674)	(70.189)	(83.674)
Diferença Taxa Depreciação	(52.378)	(56.909)	(52.378)	(56.909)
Avaliação de ativos biológicos	(154.469)	(150.892)	(154.469)	(150.892)
Ajustes da Lei no. 8.200/91 - IPC/90				
Bens depreciables	(3.401)	(3.992)	(3.401)	(3.992)
Bens não depreciables	(3.691)	(3.691)	(3.691)	(3.691)
	<u>(535.147)</u>	<u>(551.236)</u>	<u>(535.147)</u>	<u>(551.236)</u>
Imposto diferido líquido no passivo	<u>(374.603)</u>	<u>(385.866)</u>	<u>(374.603)</u>	<u>(385.866)</u>

Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras em 31 de dezembro de 2016
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do imposto de renda diferido é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
No início do exercício	(385.866)	(364.499)	(385.866)	(364.499)
Com contrapartida no resultado	11.263	(21.367)	11.263	(21.367)
No final do exercício	(374.603)	(385.866)	(374.603)	(385.866)

Os prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativa da contribuição social não possuem prazo de prescrição, estando, todavia, sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis futuros apurados anualmente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos decorrente dos referidos créditos tributários totaliza, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 598.107 (2015 - R\$ 582.660); todavia, por não serem atendidas todas as premissas estabelecidas nas normas contábeis, foi registrado crédito tributário limitado ao montante da obrigação tributária diferida passiva, montantes esses calculados observando a limitação de 30% para compensação dos prejuízos fiscais e das bases de cálculo negativa da contribuição social.

18 Provisões para contingências

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas apresentavam os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a contingências:

	Controladora e Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2016	2015	2016	2015
Trabalhistas	3.829	3.457	10.111	11.333
Cíveis	147	266	17.078	17.666
Tributária			1.948	5.904
Outras	340	355		
	4.316	4.078	29.137	34.903



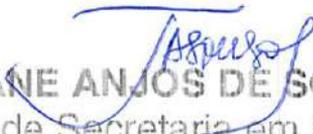
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMARCA DE ALMEIRIM
VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO

VARA DISTRITAL DE
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1200
VARA DISTRITAL D
MONTE DOURADO
Folha: n.º 1200

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Nesta data, procedo ao encerramento do VI Volume do processo n.º 0002487-69.2019.8.14.9100 – Classe: **Recuperação Judicial**, o qual contém as fls. 1.001 à 1.200, devidamente numeradas e rubricadas. Do que, para constar, lavro o presente termo.

Distrito de Monte Dourado, 03 de julho de 2019.


JOSANE ANJOS DE SOUSA
Diretora de Secretaria em Exercício
Portaria n.º 012/2019- G.J.